

Emprego

EMPREGO

Equipe de Trabalho:

Miriam De Toni (FEE)

Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho (FEE)

Ruberval C. M. Xavier de Mello e Silva (Estagiário)

Consultor:

Antônio David Cattani (UFRGS)



APRESENTAÇÃO

Por meio do projeto *RS 2010*, a Secretaria da Coordenação e Planejamento procurou retomar as atividades de prospecção econômica e social, as quais se encontravam inteiramente abandonadas no âmbito do Governo do Estado.

O esforço para dilatar o horizonte de informações dentro do qual os atores públicos e privados tomam decisões das quais depende o desenvolvimento e a prosperidade futuras não se fez, porém, nos moldes tecnocráticos que foram padrão no país em décadas passadas. Bem diferentemente, procurou-se estimular a elaboração de estudos independentes, realizados por diferentes autores, cujos resultados foram levados à discussão em diferentes fóruns e em contextos diversos, desde os meios acadêmicos até as associações empresariais e sindicais, seja na capital seja no interior do Estado.

Foi um longo processo de discussão e de produção de conhecimento, consubstanciado em várias publicações.

A presente coleção de documentos compreende, além do volume com as anotações para posterior definição de uma proposta de estratégia de desenvolvimento para o Estado, os diagnósticos e a avaliação das questões emergentes em 12 áreas de interesse para o Rio Grande do Sul, apresentados na forma de "textos para discussão", a saber: Agregados Macroeconômicos e Balança Comercial, Agribusiness, Indústria, Comércio e Turismo, Desequilíbrios Regionais, Emprego, Pobreza Rural, Pobreza Urbana, Educação, Setor Financeiro, Infra-Estrutura e Capacitação Competitiva.

Como era de se esperar, os resultados são variados, mas não haverá exagero em dizer que este conjunto de estudos representa a avaliação qualitativa mais completa hoje disponível sobre os desafios que, em diferentes áreas, estão lançados aos rio-grandenses.

Os relatórios em pauta foram elaborados com total liberdade. A coordenação do projeto simplesmente solicitou que as análises da situação existente fossem trazidas até o momento presente, a fim de que se tornassem mais claras as questões críticas que em cada caso, precisam ser enfrentadas.

Contamos que os resultados alcançados possam servir a todos, independentemente do campo de atuação profissional ou de coloração partidária. Estamos convictos de que é indispensável recuperar a função de planejamento no Rio Grande do Sul, mormente em função das profundas e positivas transformações na matriz econômica estadualb ocorridas nos últimos quatro anos.

JOÃO CARLOS BRUM TORRES

Secretário de Coordenação e Planejamento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. DESAFIOS PARA O EMPREGO:	
QUADRO DE REFERÊNCIA INTERNACIONAL	9
1.1 MUTAÇÕES EM RITMO ACELERADO	10
1.1.1 A INTENSIFICAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO	11
1.1.2 MUDANÇAS NO PARADIGMA PRODUTIVO	12
1.2. OS IMPACTOS SOBRE O EMPREGO	14
1.3. REBATIMENTOS DO NOVO PARADIGMA NA AMERICA LATINA	17
2 O EMPREGO FORMAL NA ECONOMIA GAÚCHA	18
2.1 DISTRIBUIÇÃO SETORIAL	18
2.2 EVOLUÇÃO RECENTE	20
2.3 PORTE DE EMPRESAS, ROTATIVIDADE E RENDIMENTOS	23
2.4 PIB E EMPREGO FORMAL	26
3 O MERCADO DE TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL	29
3.1 QUADRO GERAL A PARTIR DA PNAD 95	29
3.2 O MERCADO DE TRABALHO NA DÉCADA DE 80	32
3.3 EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS NOS ANOS 90	33
4 PERSPECTIVAS DE ENFRENTAMENTO DA PROBLEMÁTICA DO EMPREGO	40
4.1 POLÍTICAS CENTRADAS NAS VARIÁVEIS INTERNAS AO MERCADO DE TRABALHO	42
4.1.1 QUALIFICAÇÕES	42
4.1.2. DESREGULAMENTAÇÃO	45
4.2 ELEMENTOS PARA UMA ESTRATÉGIA ALTERNATIVA	47
4.2.1 POLÍTICA DE DEFESA DO EMPREGO	47
4.2.2 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	48
4.3 O EMPREGO COMO DESAFIO PARA O ESTADO	49
6 BIBLIOGRAFIA	51
TABELAS E GRÁFICOS	53
RESUMO EXECUTIVO	93

INTRODUÇÃO

A tarefa de, no bojo de um esforço de elaboração de um "plano estratégico" para o Rio Grande do Sul, tematizar os "desafios do emprego" na forma como se colocam presentemente para o Estado implica uma postura analítica que se desdobra em dois planos principais. De um lado, é obrigatória a ancoragem nas referências aos fenômenos que, em escala mundial, têm colocado o desemprego e a precarização do trabalho como expressão por excelência dos desajustes macrossociais desencadeados pelos processos de reestruturação produtiva e pela forma que tem assumido a mundialização. De outro – como condição primeira para que se possa construir uma compreensão integrada da realidade regional que venha a embasar visões prospectivas e propostas de intervenção – o mercado de trabalho é uma das dimensões que precisa ser conhecida com maior acuidade. Neste sentido, é necessário em um primeiro momento identificar as particularidades da sua configuração e de sua evolução recente no Estado.

No presente relatório, enfatiza-se a preocupação diagnóstica a respeito do mercado de trabalho gaúcho, analisando-se seus principais indicadores e referindo-os à forma como têm evoluído no agregado nacional e, eventualmente, em outras unidades da federação. Ainda assim, apresenta-se, num primeiro item, um quadro de referências internacionais, em que a problemática do mundo do trabalho aparece articulada a algumas de suas principais determinações de alcance mundial, estabelecendo-se alguns eixos analíticos pelos quais ela deverá ser abordada num contexto social particular, ao mesmo tempo em que se faz referência aos constrangimentos que marcam seu enfrentamento.

O mercado de trabalho estadual é analisado considerando-se algumas características selecionadas de sua configuração presente, bem como a evolução dos principais indicadores em dois períodos distintos de tempo, anos 80 e anos 90, privilegiando-se o último. Esta tarefa encontra-se condicionada pelas fontes de informação utilizadas, as quais articulam duas vertentes de análise complementares e, evidentemente, referidas às determinações de abrangência nacional.

De um lado, através das informações do Ministério do Trabalho – Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) – circunscritas ao setor formal, tem-se uma abordagem do emprego pelo enfoque da oferta de postos de trabalho em sua forma mais "clássica", aquela do trabalho assalariado com vínculo oficializado e cobertura legal. Ao mesmo tempo em que permite caracterizar a evolução dessa parcela – quantitativa e qualitativamente fundamental – da estrutura ocupacional, esta fonte proporciona indicações sobre a própria realidade empresarial do Estado, configurando, de certa forma, uma abordagem do fator trabalho como expressão das transformações que se processam no universo produtivo. A configuração e o movimento recente do emprego formal são tratados no item 2.

Expressando a configuração e o movimento do mercado de trabalho em seu conjunto, os

dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), realizadas pelo IGBE, e das Pesquisas de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre – PED-RMPA (convênio FEE-FGTAS-SINE/RS-SEADE/SP-DIEESE) e da Região Metropolitana de São Paulo – PED-GSP(SEADE-DIEESE) – por sua vez, permitem visualizar e avançar na compreensão de fenômenos que escapam à primeira fonte – como o desemprego, o trabalho por conta própria, o trabalho não remunerado –, possibilitando um tratamento da problemática do trabalho não como mero fator produtivo mas como uma dimensão altamente expressiva e determinante da realidade social em seu sentido mais pleno.

Assim, no item 3, faz-se, em um primeiro momento, uma caracterização do mercado de trabalho no RS a partir dos dados da PNAD de 1995. A seguir apresenta-se uma breve análise do comportamento do mercado de trabalho nos anos 80, tendo-se presente que as transformações que vêm ocorrendo nos anos 90 assentam-se sobre um mercado de trabalho que já havia passado por uma série de alterações decorrentes da crise do início dos anos 80 e do relativo estancamento econômico que marcou a década. No caso do RS, assim com em nível nacional, observou-se crescimento da PEA no decorrer daquela década – todavia, as condições gerais do mercado de trabalho se deterioraram, especialmente no espaço urbano. Deve-se observar que este mercado de trabalho, por sua vez, já é historicamente caracterizado por grande heterogeneidade das formas de inserção (elevada participação de formas precárias, tais como os trabalhadores por conta própria) acentuada flexibilidade (veja-se a elevada rotatividade da mão de obra, por exemplo), baixos rendimentos do trabalho e extenso leque salarial, características estas que tipificam o mundo do trabalho em nosso País. Por fim, examina-se a evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho no decorrer dos anos 90, procurando detectar os impactos das diferentes conjunturas do período sobre a força de trabalho (1991 a 1993 – recessão econômica, governo Collor – e 1994 em diante – estabilização monetária, governo Fernando Henrique Cardoso).

Em um quarto item, discutem-se brevemente algumas das estratégias de enfrentamento do problema do emprego que têm se mostrado hegemônicas em nível internacional e também no Brasil. Em primeiro lugar, tematiza-se a idéia de que incrementar o nível de qualificação da força de trabalho possa ser um fator impulsionador da oferta de novos postos de trabalho, procurando-se indicar os limites e as possibilidades dessa abordagem. Em seguida, a perspectiva da desregulamentação do mercado de trabalho, discutida no panorama internacional (item 1), é analisada na forma como tem sido apropriada no País, onde aparece articulada com a noção de “custo Brasil”. Ainda no quarto item, apontam-se, de forma indicativa, eixos selecionados pelos quais a problemática do emprego possa vir a ser enfrentada.

1 DESAFIOS PARA O EMPREGO: QUADRO DE REFERÊNCIA INTERNACIONAL¹

A análise das transformações no mundo do trabalho, deve, obrigatoriamente, referenciar-se nas características e tendências que configuram a economia internacional neste final de século. A terceira revolução tecnológica, o domínio do mercado como instância reguladora total, a mudança do paradigma produtivo e demais processos associados, impõem-se como fenômenos planetários.

Duas hipóteses básicas norteiam a observação das mutações contemporâneas. A primeira, é que não se tratam de processos passageiros e superficiais que basta aguardar um certo tempo que haverá um acomodamento em padrões próximos aos anteriores. O ponto de partida deste trabalho é o reconhecimento da extrema gravidade da situação determinada pelas novas conjunturas e dinâmicas econômicas e da necessidade de ações que se oponham aos processos predatórios em curso. A segunda, é que não se tratam de modificações seqüenciais que afetam, inicialmente os países economicamente mais avançados e num segundo momento as nações subdesenvolvidas. A globalização capitalista com seu corolário ideológico e social, afeta as sociedades nacionais com pouca diferença temporal.

Portanto, não se pode considerar o que está ocorrendo nos países mais avançados como uma antecipação do que poderá ocorrer no Brasil. Os impactos da intrincada rede de relações econômicas internacionais ocorrem quase que de maneira simultânea, porém, com intensidade e conseqüências diferenciadas como veremos a seguir.

A abordagem das transformações em curso é uma tarefa de grande complexidade e na apresentação sintética dos pontos essenciais corre-se o risco de destacar apenas generalidades mesmo que referenciadas em autores importantes. Esse é o limite do quadro de referência delineado a seguir. Do vasto leque de questões relacionadas às mutações contemporâneas, destacaremos apenas aquelas que guardam relações diretas com o mundo do trabalho e com a problemática do emprego. O quadro que resulta é bastante sombrio. As transformações em escala planetária são acompanhadas de um clima de euforia. Novas tecnologia, novas oportunidades de negócios, novos mercados, fazem crer que tudo se passa pelo melhor no melhor dos mundos possível. Se isso é verdade para determinados segmentos sociais e econômicos, não o é para o conjunto da sociedade. A constatação que os custos sociais da reestruturação produtiva são altíssimos não pode ser taxada de pessimista. A constatação que não existe trabalho para todo o mundo, que um número crescente de indivíduos não consegue sobreviver de forma autônoma graças ao seu próprio esforço, não é expressão de derrotismo. Não há avanços no conhecimento e na busca de soluções edulcorando a realidade.

Duas fontes de informação fundamentam este trabalho. Os elementos empíricos foram retirados da publicação do Banco Mundial, *World Development*, de 1995, e, especialmente da

¹ Texto elaborado pelo consultor do Núcleo Temático, Prof. Dr. Antonio David Cattani (UFRGS).

publicação da Organização Internacional do Trabalho *World Employment 1996/1997: National policies in a global context*, de 1996. Subsidiariamente foram consideradas as publicações da OCDE *L'Étude de l'OCDE sur l'emploi*, 1994 e *Perspectives de l'Emploi*, 1994. A parte analítica fundamenta-se em parte da vasta e já consolidada literatura crítica sobre as transformações no mundo do trabalho. Economistas e sociólogos conseguiram produzir em pouco tempo, um volume expressivo de estudos e análises que dissecam as características recentes do crescimento industrial no que concerne a geração de empregos e as novas situações de trabalho. No Brasil, destacam-se os trabalhos do CESIT, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da UNICAMP e da Fundação SEADE, Sistema de Estatísticas e Análises de Dados. Não foi possível considerar a produção dos importantes trabalhos do Prealc.

1.1 MUTAÇÕES EM RITMO ACELERADO

Inúmeros autores de orientação neoliberal, consideram o atual processo de transformação econômica e social como assumindo um caráter de originalidade e mesmo de excepcionalidade. Outros, apresentam a terceira revolução tecnológica e a globalização como fenômenos que estariam mudando a natureza intrínseca do sistema capitalista. Segundo eles, estaríamos transitando para uma sociedade pós-industrial, cuja racionalidade, cujos valores, práticas e sentido da atividade econômica estariam superando os problemas que caracterizaram o modelo dominante nos últimos 200 anos (Ruby, 1991).

Boaventura Santos (1994) com excepcional argúcia denuncia essa falácia. Da mesma forma, em obra de grande densidade, David Harvey, ao mesmo tempo em que reconhece as transformações abissais por que passam o sistema capitalista, sustenta que "confrontadas com as regras básicas da acumulação, as mudanças não fazem emergir uma sociedade e práticas inteiramente novas" (Harvey, 1992, p. 7). Numa perspectiva de longo prazo, pode-se observar a repetição de determinados processos, o reaparecimento de problemas que prenunciavam crises cíclicas (Polanyi, 1990). Mas, ao mesmo tempo em que o capitalismo guarda sua essência, ele se renova através de uma multiplicidade de estratégias e de formas. É, justamente, a conjugação de processos já conhecidos com dimensões novas que cabe aqui destacar para que tenhamos um balizamento dos limites e possibilidades do sistema.

Diferentemente dos períodos anteriores, nos quais a gestação de novas fases demorava décadas, o que marca o período contemporâneo é a fantástica velocidade das transformações. A década de 90 representa um período de excepcional aceleração histórica. Rápidas e profundas mudanças econômicas, sociais, técnicas e culturais articulam-se de maneira imprevisível e, de certa maneira, caótica. Certezas e esperanças que orientaram a ação humana desde o Século das Luzes, em poucos anos, perderam sua base de inspiração. A crença no progresso, posteriormente rebatizado de desenvolvimento ou de modernização, entrou em colapso (Rist, 1996). Ao mesmo tempo em que aumentou a velocidade das transformações, o horizonte da vida econômica restringiu-se numa perspectiva imediatista. Ao mesmo tempo em

que são mobilizadas imensas forças sociais, o horizonte da vida social restringe-se à esfera individual. No centro dessas mutações, encontra-se a problemática do trabalho. Ao longo dos dois últimos séculos a economia capitalista extraiu sua legitimidade na convicção, amplamente partilhada que a organização produtiva, regulada pelo livre mercado, é eficiente e racional. Por possuir essas qualidades, superiores a outros sistemas, sua expansão far-se-ia de maneira equilibrada, homogênea e amplamente integradora. Em outros termos, o capitalismo absorveria um número crescente de indivíduos, submetendo-os aos mesmos princípios organizativos. O desemprego seria, portanto, um problema externo, cuja solução dependeria do crescimento econômico. Nas frases de efeito, recorrentes nas formulações neoliberais, o desemprego deve-se à "falta de capitalismo". Os dados sobre a evolução recente permitem tensionar essas posições. A aceleração do crescimento nas regras do capitalismo em condições de concorrência exacerbada, revela a sua incapacidade de proporcionar condições de trabalho e de vida dignas em volume suficiente para atender às necessidades da população submetida à sua esfera de dominação (Mattoso, 1995).

1.1.1 A intensificação da internacionalização

Eric Hobsbawm (1977), assinala que a compulsão do sistema ao crescimento planetário se manifesta com força ainda nas primeiras décadas do século XIX. O que se observa atualmente, é a aceleração de uma dinâmica secular. O barateamento dos fretes, das comunicações e das tarifas aduaneiras, entre outros fatores, permitiram multiplicar por dois a taxa de internacionalização (*ratio* produção/exportação) em apenas 20 anos. O percentual de globalização, considerado como a soma da taxa de internacionalização e a taxa de produção sob controle estrangeiro, ultrapassa os 50% da produção industrial mundial (CEPII, 1995). O crescimento do comércio mundial de bens e serviços cresceu 7,9% em volume e 8% em valor apenas no ano de 1995, um recorde histórico (FMI, 1996).

O que interessa destacar é a rapidez do processo. Uma determinada estrutura econômica regional necessitava de anos ou mesmo de décadas de investimentos para se tornar viável. Conhecia-se a agilidade e a afoiteza no deslocamento do capital financeiro. O mesmo pode ocorrer atualmente com o capital produtivo. Regiões ou países recebem investimentos de um dia para o outro, mas correm o risco de perdê-los com idêntica rapidez. A volatilidade dos investimentos produtivos é reforçada pela volatilidade ainda maior do capital financeiro e pela redução do poder regulador dos Estados. Os critérios de planejamento e de construção de malhas industriais de acordo com os interesses nacionais foram substituídos por princípios imediatistas de acordo com o receituário neoliberal do Banco Mundial.

É importante destacar que, em termos planetários, registra-se um aumento do volume total do emprego. Porém, em escala insuficiente para atender as necessidades crescentes da população inserida nas economias capitalistas. Além disso, o aumento verificado em várias partes do mundo é irregular, instável e extremamente diferenciado, país por país, região por região. A entrada no mercado de trabalho de massas de operários na Malásia, na Indonésia,

na costa leste da China, no Bangladesh, o crescimento expressivo de novos postos de trabalho na Escócia, na África do Sul ou na costa oeste dos Estados Unidos, é acompanhada por nítidas reduções em outras partes do mundo. De novo, a destacar a rapidez das transferências. O deslocamento de uma unidade de produção dos tênis Nike da Inglaterra para o Viet-nam pode ser feita em pouco mais de dois meses. Isso porque não existe a "fábrica" Nike ou a "fábrica" Benetton e sim, uma empresa que agencia a concepção do produto, fornecedores e esquemas de comercialização. (Boisgallais, 1993).

No vocabulário empresarial corrente é mais comum se falar de **deslocamento** do que de **implantação** de unidades produtivas. A dispersão internacional da produção é acompanhada pela desverticalização. Em síntese, em função de diferentes fatores locacionais (instabilidade política, pressão sindical, custo do trabalho, surgimento de novos mercados, etc.) o capital pode se deslocar rápida e agilmente parte das suas unidades produtivas intensificando o processo de globalização de acordo com interesses de curto prazo e sem nenhum compromisso com a comunidade local.

1.1.2 Mudanças no paradigma produtivo

As tentativas de superar os limites e impasses do modelo fordista-taylorista iniciaram ainda nos anos 60. As experiências que vingaram, associadas à terceira revolução tecnológica de base micro-eletrônica, constituem o novo paradigma produtivo. Não se trata de um modelo unitário, que tenha superado completamente o anterior, mas de uma série de iniciativas que alteraram a natureza das empresas e das suas estratégias produtivas e comerciais. Vejamos, sinteticamente, alguns traços mais importantes das novas dimensões que identificam o modelo:

a) **A empresa virtual** - É o caso, já citado, da Benetton. Através de diferentes franquias, constituem-se redes de empresas ágeis e performantes. O *know-how* operacional e comercial, antes segredo empresarial, passa a ser uma estratégia de expansão.

b) **Reestruturação produtiva** - Multiplicaram-se técnicas gerenciais do tipo reengenharia, *downsizing*, que são praticamente o oposto das estratégias adotados ao longo do século XX. No lugar de tentar se ocupar de toda a cadeia produtiva, da produção da matéria prima à comercialização final, a empresa prioriza uma fase específica, transferindo para terceiros todas as atividades subsidiárias. A redução do número de funcionários, recompensada imediatamente por altas das ações na bolsa de valores, se transformou numa obsessão dos grandes empresários (Wacquant, 1996).

Com o novo sistema, busca-se a flexibilização nas relações externas da empresa para aumentar a agilidade nos lançamentos e adaptações de novos produtos e mercados. As modificações que nos interessam dizem respeito à flexibilização interna, nas relações industriais permitidas pela redução e fragmentação dos coletivos de trabalho. Em todo o mundo observam-se tentativas de liquidação das "fortalezas operárias" e dos contratos coletivos que garantiam a coesão e o poder de pressão dos trabalhadores (IRES, 1992). A tendência dominante é de individualizar as carreiras e os salários. Com isso, elimina-se o princípio de "a posto igual,

salário igual". Enquanto diminuí a isonomia, observa-se nítidos aumentos da rotatividade. Durante décadas, a permanência no emprego era considerada, ao mesmo tempo, uma conquista profissional do trabalhador e uma norma valorizada pelas empresas. O processo agora inverteu-se, a permanência no mesmo emprego é vista como ausência de dinamismo e coragem do trabalhador e como incapacidade da empresa em renovar seus quadros. O resultado é o aumento da concorrência entre trabalhadores e da precarização das carreiras profissionais.

A terceirização aplicada em alguns setores tradicionais, como é o caso do setor financeiro, reduziu o contingente de trabalhadores a menos da metade. Parte dos que sobraram são contratos por empresas terceirizadas fazendo com que de um determinado coletivo de trabalho, apenas de 10 a 20% pertença a mesma categoria profissional tendo o mesmo empregador. Essas práticas esvaziam e desestruturam as entidades sindicais reativando a concorrência entre os trabalhadores. Nos principais países desenvolvidos, a exceção da Alemanha e dos países nórdicos, o índice de sindicalização baixou significativamente. A consequência imediata foi a queda do valor médio dos salários. A título de exemplo, entre 1979 e 1995 os salários mais baixos nos Estados Unidos tiveram uma queda de 20%.

A reestruturação produtiva inclui também reformas que afetam o espaço e o ato de trabalhar. Observa-se inúmeras variações e adaptações do chamado "modelo japonês" que inclui, na esfera interna da empresa, novas relações entre supervisores e executantes, eventualmente a gestão participativa no trabalho (CCqs, ilhas de produção, etc.), mudanças nos processos de trabalho e na gestão de fluxos de materiais e de informações. Acreditou-se, num primeiro momento, que as novas técnicas gerenciais de valorização do trabalho humano seriam a face virtuosa do novo paradigma, e que, com o tempo, compensariam os malefícios da precarização e os aumentos da exploração. Estudos recentes indicam que, no conjunto, os aspectos positivos são anulados pelo impacto limitado da sua aplicação. É comum empresas aplicarem a gestão participativa com um pequeno grupo de assalariados que por sua vez, permanecem rodeados por subcontratos e colegas com contratos precários (Actes de la Recherche, 1996)

Nos países da OCDE, apesar da crise do sistema taylorista-fordista, a produtividade horária do trabalho não sofreu interrupções importantes desde 1945 (Marcel e Taïeb, 1991). Com a reestruturação produtiva, os ganhos de produtividade após 1985 foram e continuam sendo excepcionalmente altos. Na década de 90, em diversos países da OCDE, o PIB cresceu em média anual superior a 2% enquanto o emprego estagnou ou mesmo sofreu bruscas reduções (OIT, 1996).

A terceira revolução industrial não só intensificou a automação como possibilitou a implantação de novas cadeias produtivas e serviços informatizados que reduzem drasticamente o volume de mão de obra. J. Rifkin apresenta dados que não deixam dúvidas quanto aos impactos da racionalização e da automação em curso. Em menos de cinco anos, inúmeros setores até então classificados como *labour intensive* dobraram a produção reduzindo o contingente de trabalhadores à metade.

c) **Redução do serviço público** - O peso do serviço público no nível de emprego, es-

pecialmente entre 1945 e 1980, cresceu de forma ininterrupta. No início da década de 80 o emprego público era responsável por 15 a 20% do emprego nos países da OCDE. O ideário neoliberal que foi se implantando nestas duas últimas décadas, reverteu a tendência. Observa-se que a participação do Estado como garantidor de empregos está estagnou ou mesmo regrediu para os patamares mais baixos do século. Na maioria desses países, observa-se a introdução do princípio da precarização do emprego público. A onda de privatizações iniciada na Inglaterra e que se alastrou na década de 90, bem como o fim da corrida armamentista, comprimiram ainda mais o volume de efetivos dependentes de recursos do Estado. Apenas nos Estados Unidos entre 1989 e 1993, o total de soldados dispensados e trabalhadores da indústria bélica demitidos, chegou a 800.000 indivíduos. A perspectiva para os próximos anos no Governo Clinton é de reduzir em 12% o número de trabalhadores do serviço público federal (Rifkin, 1996).

A redução global do emprego no setor público, pelo menos nos países mais desenvolvidos, é parcialmente compensada por acréscimos em outras esferas de serviços não empresariais (comunidades, administrações municipais, etc.). O mesmo não acontece nos países subdesenvolvidos

1.2. OS IMPACTOS SOBRE O EMPREGO

Dos processo descritos de forma sumária nos parágrafos precedentes é possível extrair algumas conclusões gerais. A reestruturação produtiva levada no bojo da terceira revolução industrial e nos quadros da internacionalização acelerada, permitiu ao capitalismo um novo ciclo de expansão. Todas as estatísticas registram aumentos na produção industrial e no comércio internacional. Observa-se uma queda dos preços e a abertura de novos mercados de consumo. Mas esse processo está longe de ser homogêneo e com conseqüências positivas para o conjunto dos envolvidos na esfera econômica.

Os autores mais críticos acentuam a questão da volatilidade do ciclo de expansão, o acirramento da concorrência sem mecanismos de regulação, a cegueira das estratégias empresariais de curto prazo. As forças econômicas postas em marcha assumem um caráter truculento e predatório, afetando o meio ambiente e milhões de indivíduos fragilizados. Ilustrando de forma simplista as estratégias de determinadas empresas multinacionais podemos compará-las a uma imensa jamanta carregada e circulando a 200 km por hora nas avenidas centrais de uma metrópole. A inexistência de barreiras, de controles, a desproporção entre o veículo e os transeuntes, permite que ele se desloque cada vez mais rápido, causando mais estragos e anunciando um grande desastre para breve...

Apresentando, sinteticamente, as dimensões mais graves das transformações em curso, podemos destacar:

a) Desemprego e precarização. Apesar do volume total do emprego estar crescendo, esse crescimento está muito aquém do que é necessário para absorver a população econo-

micamente ativa. Em outros momentos históricos o desemprego também atingiu níveis preocupantes, porém, com características diferenciadas. Ainda não se registra a existência de um desemprego massivo, concentrado. Ao contrário do que ocorreu no início da década de 30 quando grandes contingentes de trabalhadores perderam subitamente o emprego, o desemprego atual é diluído e seletivo. Em diferentes regiões e categorias profissionais, ele concerne os jovens e os trabalhadores sem qualificação com mais de 40 anos. As estimativas para a região da OCDE é que no ano 2000, em torno de 20% da PEA estará permanentemente fora do mercado de trabalho. Ou seja, 1/5 da população não terá condições de sobreviver com os recursos provenientes do próprio trabalho. Nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, observa-se o fenômeno da "nova pobreza", indivíduos que, anteriormente, possuíam um padrão econômico e social mais elevado e que decaíram na escala. O novo pobre, submetido ao desemprego de longa duração e excluído da rede de proteção do *Welfare State* inicia um processo de deriva, inicialmente econômica, em seguida social e moral. Os custos em termos sociais e humanos da nova pobreza são incalculáveis e para gerações inteiras, são irrecuperáveis (Bourdieu, 1994).

A taxa de desemprego de egressos do ensino superior dependia, historicamente, de opções pessoais. As situações de desemprego involuntário eram de curta duração. Nos últimos 10 anos observa-se uma mudança radical desse quadro. Na França, por exemplo, o número de formados pelo ensino superior que permanecem desempregados dois anos e meio após a conclusão do curso passou de 6,5% em 1987 para 11,5% em 1994 (CEREQ, 1997). Atualmente ela está em torno de 15% provocando graves problemas sociais e humanos. Em 1990, estavam desempregados pouco mais de 200 doutores. Em 1997 esse número chegará a 3.000. A previsão é de criação de 6.500 a 7.000 empregos anuais para 9.000 profissionais com esse nível de titulação, gerando um "excedente" de 2.000 doutores desempregados todos os anos (La Recherche, 1996).

Os Estados Unidos são apontados como exemplo virtuoso de uma economia que, graças à flexibilização, soube se reciclar e gerar um volume expressivo de novos empregos. Esse é o mito mais difundido pelas autoridades governamentais e pelos empresários interessados em eliminar os benefícios que sobreviveram ao desmantelamento do *Welfare State*. As estatísticas norte-americanas subestimam o volume de desempregados e, sobretudo, escondem o fato que 78% dos novos empregos são empregos precários, a tempo parcial e tão mal remunerados que situam os assalariados abaixo do nível de subsistência. (Wacquant, 1996: Le Monde Diplomatique, 1997). Atualmente, o maior empregador individual não é mais a GM ou a IBM, mas a multinacional do trabalho temporário, Manpower, Inc. com 767.000 funcionários. (Actes de la Recherche, 1996, p. 72).

No Japão, citado como tendo um dos menores índices de desemprego entre os países que compõe a OCDE, ocorre também o fenômeno da depuração estatística. Adotados critérios mais rigorosos, o índice de desemprego seria equivalente à média dos demais países, ou seja, entre 10 a 12% da PEA.

O desemprego aberto pode ser considerado como a situação extrema que exclui os trabalhadores da esfera econômica e social. Porém, o fenômeno mais importante decorrente da reestruturação produtiva, é o da precarização do trabalho (Singer, 1996).

Em todo o mundo observa-se uma regressão nas relações industriais, inclusive com a volta do trabalho familiar a domicílio e do *putting out system*, que caracterizou os primórdios primitivos do capitalismo industrial no século XVIII. O trabalho infantil não está sendo eliminado, e as mulheres ocupam cada vez mais empregos anteriormente ocupados por homens, obviamente, com salários mais baixos (OIT, 1996).

A fragilização crescente dos trabalhadores acentua todo o tipo de desigualdades. Observa-se não apenas a redefinição dos lugares na escala de renda e de possibilidades de ascensão social, mas a ampliação dessa escala criando dificuldades que ampliam as chances de exclusão. As desigualdades individuais tendendo a crescer, permitem que o sistema reintroduza o nefasto princípio da seletividade "natural".

Durante quase dois séculos o capitalismo mobilizou forças sociais em torno do ideário do progresso. O desenvolvimento virou uma religião moderna que prometia a integração de todos na esfera econômica e, através dela, o conforto e a realização para todos. Na década de 90 multiplicaram-se as declarações em sentido contrário, ilustres empresários assumiram publicamente o desengajamento da empresa com qualquer compromisso social. (Dunlap, 1996). A seleção dos melhores e a eliminação dos menos capazes reaparecem como princípios válidos para nações, para empresas e para indivíduos. Essa posição se traduz também nas análises que imputam à força de trabalho as responsabilidades pelo desemprego e pelas baixas remunerações. As empresas não cresceriam devido à falta de qualificações da mão de obra ou devido ao fato dos trabalhadores não aceitarem a flexibilização dos contratos. As baixas remunerações se justificariam igualmente pela incapacidade dos trabalhadores de agregarem mais valor à produção.

A soma do desemprego com as situações de trabalho precarizadas traçam um quadro de exploração e de sofrimento psíquico e físico com componentes paradoxais. De um lado, trabalhadores a tempo parcial com ganhos insuficientes. De outro, trabalhadores com sobrecarga de trabalho igualmente mal remunerados. Uma *boutade* norte-americana sintetiza essa situação: "a boa notícia é que tens um emprego, a má notícia é que tens um emprego" !

O Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano (PNUD, 1994), indicava que 20% da população mais rica detinha 70% da riqueza mundial em 1960, passando a deter 84,7% em 1991. Os 20% mais pobres detinham 2,3% em 1960, percentual que foi reduzido a 1,4% em 1991. Mas a evolução mais estarecedora ocorreu no país que é o modelo apresentado como exemplo para o resto do mundo. O distanciamento entre os norte-americanos mais ricos e os mais pobres, aumentou consideravelmente a partir de 1983. A parte da renda nacional detida pelos 5% mais ricos passou de 16,5% em 1974 para 21,1% em 1994. A parte dos 20% mais pobres diminuiu de 4,3 para 3,6% no mesmo período. Em 1995, 1% dos norte-americanos mais ricos possuíam 48% da riqueza financeira do país, enquanto 80% da população possuía apenas 6%

(Le Monde Diplomatique, 1997).

As rápidas informações anteriores indicam que não existem mudanças substanciais na lógica de funcionamento do sistema capitalista mas, ao mesmo tempo, a dinâmica recente apresenta uma grave peculiaridade: a produção e a expansão econômica ocorrem com o surgimento do desemprego estrutural. Mesmo com o crescimento do PIB em índices considerados excelentes, a geração de emprego não é suficiente para atender as necessidades do trabalho da população.

V. Forrester sintetiza a forma monstruosa que crescentemente assume o novo paradigma dominante. Toda a dinâmica econômica (globalização, reestruturação, automação, privatizações, desmantelamento do *Welfare State*) permite a geração e a acumulação da riqueza em patamares jamais vistos na história da humanidade. Ao mesmo tempo, cresce de forma inexorável a desigualdade, a exclusão social, a precarização do trabalho com a conseqüente degradação dos trabalhadores. A maior parte dos governos nacionais são forçados a acentuarem essas tendências sob o risco de perderem a confiança dos investidores internacionais. O país que não privatizar, flexibilizar as regras trabalhistas, não diminuir a proteção social, não reduzir a taxa sobre os investimentos e não permitir o livre repatriamento dos ganhos especulativos, enfrentará a fuga de capitais com conseqüências desastrosas. Ao aumento da riqueza corresponde o aumento da desigualdade. Qualquer tentativa de redistribuição de renda bloqueia o mecanismo de crescimento, empobrece o país. Esse bloqueio, esse impasse, é o "horror econômico" denunciado por V. Forrester (1996).

1.3. REBATIMENTOS DO NOVO PARADIGMA NA AMERICA LATINA

As transformações da economia e sua teorização no que se denomina hoje o "pensamento único", se manifestam em tempo real no continente latinoamericano. O sentido das transformações pode ser considerado idêntico aquela dos países economicamente mais avançados, porém, os seus impactos são muito mais percutantes. Nesses últimos, apesar do *Welfare State* estar sendo desmantelado, persiste ainda uma rede de proteção social que preserva a integridade de um número expressivo de trabalhadores. O mesmo não acontece naqueles países nos quais houve apenas um arremedo de estado de bem estar.

Os trabalhadores europeus e norte-americanos se encontram em patamares muito diferenciados dos trabalhadores da América Latina. Mesmo que os primeiros fiquem sem auxílio-desemprego, vários outros serviços públicos (saúde, reciclagem profissional) impedem que grande parte dos trabalhadores mergulhe na mais abjeta miséria. Na América Latina os princípios do *Welfare State* atingiram apenas segmentos específicos de trabalhadores do setor formal. O sucateamento de partes do aparelho de Estado, as privatizações e a precarização dos contratos agravaram sobremaneira a já combalida situação dos trabalhadores. Por outro lado, diferentemente dos trabalhadores europeus, por exemplo, os trabalhadores latinoamericanos conseguem se reciclar em outras atividades com muito mais facilidade.

des. A impressionante expansão do setor informal é a válvula de escape de uma situação que de outra maneira seria explosiva.

Mesmo assim o desemprego aberto vem crescendo de maneira regular ao longo da década. As considerações sobre a verdadeira dimensão desse fenômeno esbarram na qualidade das estatísticas oficiais. Em países como o México e o Brasil, por exemplo, nos quais existem milhões de pessoas pobres, precisando trabalhar, os serviços estatísticos oficiais indicaram durante décadas, taxas de desemprego idênticas as da Suécia. Estudos mais acurados indicam que na maioria dos países latinoamericanos o desemprego real chega a ser o dobro ou mesmo o triplo do reconhecido oficialmente. De qualquer maneira, a evolução do mercado de trabalho na década de 90 da-se nas direções já apontadas: crescimento do trabalho por conta própria e do trabalho sem remuneração e crescimento do desemprego. No Brasil, em comparação ao período 1940/ 1980, o crescimento médio anual dos trabalhadores por conta própria foi multiplicada por cinco entre 1990 e 1994, e por 10 no caso do trabalho sem remuneração (Porchman, 1997).

O desemprego nas regiões metropolitanas estaria próximo dos 15% da PEA. Esse percentual se aplica à maioria dos países latinoamericanos. A única exceção é o Chile, com taxas inferiores a 10%. Como indica o mais recente estudo da OIT, quanto maior o desemprego na indústria, mais baixo é o nível de ingressos reais (OIT, 1997).

O resultado não poderia ser outro. Como indica o livro da CEPAL *La Brecha de la Equidad*, o dinamismo econômico na década de 90 na América Latina resultou em ganhos substanciais para os 10% mais ricos da população. Os mais pobres, que representam aproximadamente metade da população não foram beneficiados e, em alguns casos, tiveram sua situação piorada. Nos restantes 40% observa-se oscilações importantes no sentido de aumentos da desigualdade. A distância entre salários de profissionais especializados e técnicos com os trabalhadores sem qualificação aumentou em até 60% entre 1990 e 1994. A dispersão de salários aumenta a desigualdade entre categorias que, até então, estavam num patamar homogêneo.

2. O EMPREGO FORMAL NA ECONOMIA GAÚCHA

2.1. DISTRIBUIÇÃO SETORIAL

Ao final de 1996, segundo dados do Ministério do Trabalho, 1.685.367 trabalhadores encontravam-se empregados formalmente no Estado do Rio Grande do Sul. A desagregação desse universo de postos de trabalho por setores de atividade econômica (Tabela 1) permite verificar que os setores com maior participação na oferta de empregos formais no Estado são a indústria de transformação (468 mil postos, ou 27,79% do total) e, em posição praticamente idêntica, o setor serviços, que responde por 27,20% do universo considerado. O terceiro colocado é o setor administração pública, com 325 mil empregados (19,33% do

total), seguido pelo comércio, responsável por 15,41% dos postos de trabalho².

Na comparação da distribuição do emprego formal no Rio Grande do Sul e no agregado do Brasil, o contraste mais marcante é entre o peso relativamente maior das atividades secundárias no Rio Grande do Sul *vis-à-vis* um Brasil cujo principal setor na oferta de empregos formais é o de Serviços (30,58%). O comércio absorve um percentual semelhante da força de trabalho, próximo aos 15% em ambos os casos, enquanto a construção civil tem no Estado uma participação menos expressiva do que no conjunto do país (3,70% contra 4,52%), comportamento que se repete com a administração pública (19,33% contra 23,15%).

A abertura desses dados em 46 atividades econômicas classificadas pelo IBGE permite verificar que, no Rio Grande, comparativamente ao agregado nacional, o emprego na indústria de transformação apresenta-se bem mais concentrado em alguns segmentos produtivos (tabelas 2 e 3). O gênero vestuário e calçados, notadamente, com 128 mil trabalhadores, responde por nada menos do que 27,4% do emprego no setor (7,62% do total de postos de trabalho formais no Estado). Em segundo lugar aparece a indústria de produtos alimentares, responsável por aproximadamente 15,35% do trabalho formal na indústria de transformação gaúcha (72 mil trabalhadores). A seguir, a indústria metalúrgica, com 43 mil empregados, representa 8,81% do número de postos nesse setor de atividade; a mecânica, em quarta posição, 7,93%. Juntas, essas quatro atividades representam 59,84% do emprego industrial – ou 16,63% do emprego total – no mercado de trabalho formal do Rio Grande do Sul.

No Brasil, os principais gêneros industriais, do ponto de vista da oferta de empregos, são praticamente os mesmos: nas duas primeiras posições inverte-se a ordem, com o de produtos alimentares superando por considerável margem o de vestuário/calçados. Na terceira posição volta a figurar a indústria metalúrgica, à qual se segue a indústria de material de transportes³. No agregado nacional, esses quatro gêneros principais concentram aproximadamente 47% do total do emprego industrial, sendo que aquele que maior participação ostenta limita-se a 18,18% do emprego industrial.

Considerando-se a participação no emprego formal total de cada uma das quatorze atividades de serviços arroladas, em apenas três delas o percentual, no Rio Grande do Sul, supera o verificado no agregado nacional: instituições financeiras, serviços de diversão, e serviços médicos e odontológicos. No Estado, as maiores concentrações de emprego se dão nas seguintes atividades de serviços: serviços de transporte (78 mil postos; 17% do emprego

² Os estoques setoriais de emprego apresentados na tabela I foram obtidos através da atualização – a partir dos registros mensais de admissões e desligamentos disponibilizados no Módulo I do CAGED (Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados) – dos dados da RAIS 95 (trabalhadores em atividade em 31/12 daquele ano). A compatibilidade entre as duas fontes, ambas do Ministério do Trabalho, não é perfeita, como demonstra, por exemplo, o número negativo obtido como total de empregados na classificação "outros".

³ A indústria mecânica, que, no Rio Grande do Sul, é o quarto gênero na geração de emprego industrial, ocupa, no agregado nacional, a sexta posição, logo após a indústria têxtil. Os contingentes empregados por esses dois gêneros e pela indústria de transportes são bastante semelhantes, situando-se entre os 280 e os 300 mil empregados.

no setor); serviços médicos e odontológicos (71 mil postos; 16% do total do setor), serviços de ensino (54 mil postos, 12% do total do setor); e instituições financeiras (49 mil postos, 11% do total do setor). No Brasil, os três primeiros colocados são os mesmos, e a quarta atividade na oferta de empregos formais do setor são os serviços sociais. Dentre as atividades deste setor que apresentam, no Estado, percentual de participação significativamente inferior ao nacional podem-se destacar: serviços técnicos e profissionais, comércio e administração de imóveis e serviços de comunicação.

2.2 EVOLUÇÃO RECENTE

Numa série temporal que compreende os anos de 1986 a 1996, os dados do Ministério do Trabalho mostram uma considerável paridade entre o comportamento do emprego formal no mercado de trabalho gaúcho e no brasileiro (tabelas 4 e 5). Os três últimos anos da década de 80 mostram expansão do emprego (acumulando quase 7%, no RS, e mais de 10% no Brasil). Os primeiros anos da década de 90 são de grande declínio: entre 1990 e 1991, o Estado elimina 10% do seu estoque de postos de trabalho; para o país a perda se prolonga em 1992, totalizando uma redução de 9% nesses três anos.

A partir de então, tanto no agregado nacional como no Rio Grande do Sul, ocorre, num primeiro momento, uma certa recomposição dos estoques de empregos, os quais, entretanto, voltam a diminuir nos anos de 1995 e 1996. Desta forma, ao final de 1996, o número de postos de trabalho formalmente ocupados no Brasil ostentava uma recuperação de 4,57% relativamente ao ano de 1992, encontrando-se, entretanto, 4,87% abaixo do patamar de 1989, último ano da década de 80 e ponto mais alto da série aqui considerada.

No RS, de forma divergente, a redução no emprego formal que se acumula nos dois últimos anos faz com que o estoque, em 1996, esteja no ponto mais baixo de toda a série: ele se encontra 10,33% abaixo do ápice de 1989, o que representa a perda de 194 mil postos de trabalho, configurando ainda um recuo de aproximadamente 5 mil empregos (0,3%) relativamente ao ano de 1991 – até então o patamar mais baixo no intervalo de tempo considerado.

Constata-se, assim, que, nos diferentes intervalos de tempo considerados para o decênio 86-96, a situação do Rio Grande do Sul é menos favorável do que a do agregado nacional: na expansão do final da década de 80, nosso mercado formal cresce menos; na recessão do início dos anos 90, a retração é maior no Estado. A pequena retomada que, no país, se verifica em 1993 e 1994 é superior à que ocorre no Rio Grande do Sul (de 1992 a 1994); por fim, nos dois últimos anos, o mercado de trabalho formal sofre, em nível estadual, uma retração mais significativa, o que o leva a retroceder relativamente ao pior momento da série, diferentemente do que ocorre no agregado nacional.

Numa análise do comportamento setorial do estoque de empregos⁴ no mercado formal gaúcho pode-se constatar que a indústria de transformação extingue o maior número de postos: 100 mil, relativamente a 1986, ou 118 mil frente ao ápice da série, o ano de 1989 – uma contração, neste caso, de 20,20%. Neste período compreendido entre 1989 e 1996, o emprego no comércio e na administração pública apresenta também importantes percentuais de encolhimento: 10,96 e 10,09, respectivamente. Nos serviços, a redução fica em 6,10%. Cresce de forma significativa o número de postos de trabalho nos serviços industriais e de utilidade pública (22,52%) e na construção civil (18,81%), setores cuja pequena participação na composição do emprego formal impede que tais acréscimos se demonstrem significativos no comportamento global do mercado de trabalho. Na comparação com o agregado do Brasil, a perda é um pouco menos dramática em nossa indústria, já que o corte de postos em nível nacional supera os 23% entre 1989 e 1996. O comércio do país, inversamente, apresenta crescimento (4,65%), assim como os serviços (1,78%). Os serviços industriais e de utilidade pública têm, também no conjunto do país, um acréscimo significativo em seu volume de emprego (11,99%), enquanto a construção civil, ao contrário do que ocorre no Rio Grande do Sul, sofre redução (-2,37%). As perdas na administração pública, por sua vez, são mais discretas no agregado nacional (-2,64%). Nos dois recortes regionais é elevadíssimo o percentual de aumento do emprego formal no setor agropecuário – 150,55% no país; 144,28% no Estado. Dada a discrepância deste movimento com as tendências verificadas na PNAD sobre o emprego agrícola, conforme será visto no próximo (?) item, pode-se pressupor que este aumento decorra antes de uma elevação no grau de formalização do emprego no setor do que de um acréscimo, de magnitude tão elevada, no contingente de ocupados.

Retomando-se a tabela 2, pode-se verificar que, no período compreendido entre dezembro de 1989 e dezembro de 1996, dentre as 46 atividades classificadas pelo IBGE, apenas 17 apresentam, no Estado, variação positiva no emprego formal. Destacam-se como geradoras de novos postos as seguintes atividades: no setor serviços, os serviços de ensino (nada menos que 559%), os serviços médicos e odontológicos (quase 100%), comercialização e administração de imóveis (68%), serviços técnicos e profissionais (37%) e os de alojamento e alimentação (26%).

Nas atividades secundárias, os percentuais mais significativos de expansão do emprego se dão nas indústrias de perfumaria, sabões e velas (83%), plástico (58%) e borracha (29%). Mais dois gêneros industriais – as indústrias do fumo e do mobiliário – apresentam, no período, elevação no número total de trabalhadores – 11% e 4%, respectivamente. Mesmo que alguns

⁴ As séries abertas por setor de atividades devem ser analisadas com certa cautela, na medida em que, tanto para o agregado nacional quanto para o Estado do Rio Grande do Sul, mas sobretudo neste último caso, há uma gradativa hipertrofia da classificação setorial "outros", a qual chega a responder por 24% do total dos registros do mercado de trabalho gaúcho, em 1994. Em menor medida, o problema se repete com a categoria "ignorado". Nos anos de 1995 e 1996 esta distorção, que no Estado tem especial efeito sobre o setor administração pública, se reverte. Na medida em que privilegia-se, neste momento, a comparação entre os dados de 1989 e 1996, o comprometimento da informação é menor.

percentuais de acréscimo verificados no setor secundário sejam bastante expressivos, deve-se ter presente que a soma dos estoques de empregos desses cinco gêneros industriais representa apenas 3,35% do total do mercado formal de trabalho do Estado, no ano de 1996.

Quanto às atividades que, durante o período considerado, tiveram, no Rio Grande do Sul, redução do emprego formal, destacam-se⁵, primeiramente, duas do setor terciário: os serviços auxiliares e os serviços sociais, que eliminam 70% e 54%, respectivamente, dos seus postos de trabalho⁶. Dentre os gêneros industriais, elevadas perdas se verificam na indústria metalúrgica, que ostenta um corte de 30% na força de trabalho formalmente registrada (quase 18 mil empregos); a indústria de vestuário e calçados, com uma contração de 25% – a mais expressiva em termos absolutos, equivalente a quase 43 mil empregos, ou 36% do número de postos fechados durante esses seis anos no setor secundário –; a indústria mecânica, também com 25% de encolhimento (12 mil empregos); e a indústria de couro e peles, com um decréscimo de 18% em seu contingente (4,7 mil empregos). Outras atividades com importantes retrações no emprego são as instituições financeiras, com 12 mil postos eliminados – equivalentes a 20% do estoque de 1989 – e o comércio varejista, onde a extinção de mais de 30 mil postos de trabalho representou uma queda de 13% no emprego formal.

No país são 18 as atividades nas quais se constata expansão do emprego. Oito delas integram o setor serviços, que, afora a agricultura e criação de animais, responde pelos três maiores percentuais de elevação: serviços de ensino (320%), serviços médicos e odontológicos (155%) e comercialização e administração de imóveis (133%). Nesse setor, destacam-se ainda os serviços técnicos e profissionais, com um percentual de 53% de variação positiva no emprego, e os de diversão (25%). Pode-se observar que as atividades de serviços que maior dinamismo ostentam na oferta de novos postos de trabalho são, no país, as mesmas que se destacaram no Rio Grande do Sul. No que diz respeito à indústria nacional, apenas três gêneros apresentam crescimento no estoque de empregos formais entre 1989 e 1996. Como no caso da indústria gaúcha, o melhor resultado se verifica na indústria de perfumaria, sabões e velas, onde o emprego tem uma expansão de 75%. Os outros dois gêneros são a indústrias de bebidas e a de alimentos, com 11% e 8% de variação positiva, respectivamente. O acréscimo no volume de empregos na atividade agricultura e criação de animais, por sua vez, atinge 160%..

No *ranking* das atividades que, no período, mais eliminam empregos no país, tem-se, num claro paralelo com o que foi observado quanto ao Rio Grande do Sul, o destaque para os serviços auxiliares e serviços sociais, que reduzem seus contingentes em 55% e 43%, respec-

⁵ Dado o grande número de atividades em que se verifica redução do estoque de empregos, as referências que aqui são feitas consideram apenas aquelas que, em 1996, tinham participação de pelo menos 1% no mercado de trabalho formal do Rio Grande do Sul. O mesmo critério será utilizado nas observações que, a este respeito, serão feitas sobre o agregado nacional.

⁶ É lícito supor que algumas das atividades de serviços estão mais sujeitas a imprecisões e descontinuidades na sua classificação, feita pelos próprios estabelecimentos informantes das bases de dados do Ministério do Trabalho. Parte das abruptas variações referidas podem derivar de efeitos dessa natureza.

tivamente. Neste setor de atividade, são relevantes ainda as retrações verificadas nos serviços domiciliares (26%) e nas instituições financeiras (25%). No setor secundário, as atividades onde os estoques de emprego mais caem percentualmente são a indústria têxtil (-39%), a mecânica (-37%), a indústria de minerais não metálicos (-35%), a de material de transportes (31%), a metalúrgica (-27%) e a de vestuário e calçados (-21%).

O movimento recente que se observa no volume e na composição da oferta de postos de trabalho no mercado formal expõe a indústria como o setor de atividade com mais elevada retração, tanto a nível estadual quanto nacional. É importante ressaltar que, em ambos os casos, os gêneros mais importantes do ponto de vista do pessoal ocupado estão entre aqueles que mais postos de trabalho eliminam – exceção feita à indústria de alimentos no Brasil. Ao mesmo tempo, dentre os poucos que ostentam crescimento nos seus estoques de emprego, não figuram gêneros que tenham grande representatividade na estrutura ocupacional. Estas constatações permitem prever um aprofundamento da tendência à perda relativa de importância do secundário na geração de oportunidades no mercado formal de trabalho.

2.3 PORTE DE EMPRESAS, ROTATIVIDADE E RENDIMENTOS

São conhecidas – e evidentes – as limitações de um critério de classificação de porte de empresas fundado tão-somente no número de empregados. Adicionalmente, no presente contexto, dentre as tendências percebidas como generalizáveis no processo de reestruturação produtiva, inclui-se uma redução nas dimensões das unidades produtivas, como resultado seja da incorporação de equipamentos de automação de base microeletrônica, seja dos processos de focalização (terceirização, subcontratação). O número de empregados por empresa é presumivelmente uma das variáveis mais afetadas. Desta forma, o critério de porte de empresas por número de empregados, além de precário por natureza, encontra na tradicional definição do IBGE uma referência muito provavelmente defasada⁷. Na falta de outra variável, todavia, e tendo em vista a pressuposta impropriedade dos intervalos convencionais, estabeleceu-se a seguinte classificação para o porte das empresas segundo número de empregados: até 49, pequenas; de 50 a 249, médias; acima deste número, grandes. Trata-se de um corte arbitrário, para um exercício de análise.

O gráfico 1 – com dados até 1994 – evidencia que, no Rio Grande do Sul, o emprego formal é mais bem distribuído, entre as três categorias dimensionais, do que no agregado nacional. As pequenas empresas absorvem 35,8% da força de trabalho, contra 31,7% no Brasil. Os percentuais da média empresa ficam mais próximos entre si (ao redor de 20%), mas no Estado ela responde, em toda a série trabalhada, por uma parcela um pouco mais elevada do emprego. Já as empresas de mais de 249 empregados, que ofertam 47,9% do total do empre-

⁷ Por este critério, são consideradas pequenas as empresas com até 99 empregados; de 100 a 499 empregados, as empresas são classificadas como médias; a partir de 500, grandes.

go formal no país, atingem, no Estado, o percentual de 42,5 %. A evolução, em ambos os recortes geográficos, é clara: a média empresa apresenta uma leve tendência de queda, ao mesmo tempo em que uma transferência bem mais evidente do emprego se dá das grandes para as pequenas. No Rio Grande do Sul, este último movimento é ainda mais pronunciado.

Na indústria de transformação (gráfico 2), onde têm sido mais evidenciados e estudados os movimentos de desverticalização e focalização, seria de esperar que fosse mais expressiva a tendência à redução relativa do emprego nas grandes empresas. Isso efetivamente se verifica. Tomando-se os dados do país, a parcela do emprego industrial localizada nas grandes firmas diminui 15,8% entre 1988 – quando atinge seu patamar mais elevado, na série – e 1994. No conjunto dos setores de atividade (gráfico 1), a queda da participação das empresas de grande porte fica em 6,6% (entre 1987 e 1994). No RS, essas variações são, respectivamente, de 15,7% (frente a 1986) e de 8,13 (relativamente a 1989).

O peso mais destacado – e, ressalte-se, a ascensão mais pronunciada – que, no Estado, as empresas de menor dimensão ostentam, do ponto de vista do emprego formal, é um elemento que tem implicações qualitativas dignas de nota. Nada impede que o crescimento da participação das micro e pequenas empresas na oferta de postos de trabalho se faça acompanhar de redefinições nas práticas de emprego ali vigentes. O que se pode assegurar é que, tipicamente, a condição do trabalhador dessas empresas é negativamente diferenciada, em pelo menos dois aspectos centrais para aquilatar a qualidade do emprego – a rotatividade e as remunerações –, e que nenhuma evidência de mudança neste padrão se faz sentir.

Na tabela 6, com dados da RAIS 95 relativos ao Rio Grande do Sul, pode-se perceber que há uma correlação bastante direta entre a dimensão da empresa e a concentração de empregados nas faixas mais elevadas da distribuição por tempo de serviço. Nas empresas menores, dessa forma, os empregos são bem menos "duradouros" – e destaque-se que os dados abrangem apenas os vínculos formalizados⁶. Enquanto na média de todas as firmas, independentemente do porte, os trabalhadores com menos de um ano de serviço representam já elevados 29,7%, nas empresas com até quatro trabalhadores esse contingente atinge os 43%; nas de 5 a 9 empregados, 40,8%; e à progressão na dimensão da empresa corresponde a regressão neste percentual, até chegar-se a 11,6% nas empresas com mil empregados ou mais. Inversamente, enquanto na média geral do Estado os trabalhadores com 5 anos ou mais de trabalho na mesma empresa representam 33,6%, nas firmas de 1000 empregados ou mais eles somam quase 60%. Nas empresas com até quatro empregados, essa parcela não chega a 15%.

A rotatividade, da qual busca-se a aproximação através do tempo de serviço na empresa, é ainda superior, no Rio Grande do Sul, à que se afere no agregado nacional (tabelas 7 e 8). Na indústria de transformação – setor responsável por quase um quarto do emprego formal

⁶. Fica para ser ponderada a relação entre uma rotatividade em sentido estrito – alternância de distintos trabalhadores em um mesmo posto de trabalho – e um índice mais alto de natalidade e mortalidade das próprias empresas.

gaúcho e do qual o discurso sobre novos paradigmas de gestão autorizaria esperar a estabilização de significativas parcelas da força de trabalho – , o percentual de empregados com menos de um ano de trabalho atinge, no Estado, 34,2%, contra 33% no conjunto do país⁹. Inversamente, os trabalhadores industriais com mais de 5 anos na mesma empresa totalizam 23,3% da força de trabalho formalmente empregada, no Rio Grande do Sul, contra 28,8% no Brasil considerado em seu conjunto.

Quanto às remunerações, elas vêm expressar a perda relativa que sofrem tanto os trabalhadores com menos tempo de serviço quanto os de empresas menores – situações que, conforme foi visto, se sobrepõem de forma marcante.

A tabela 9 permite visualizar uma progressão análoga à que se verificou a respeito do tempo de serviço: quanto maior o porte da empresa, mais elevadas tendem a ser as remunerações médias dos seus empregados. Tomando-se os dados do agregado do país e de algumas unidades da federação, constata-se que, em linhas gerais, essa tendência é generalizada. Uma primeira inferência é que a crescente participação das pequenas empresas na oferta de emprego formal tende a ser um fator de depressão dos rendimentos médios do trabalho e, decorrentemente, da massa salarial.

Uma segunda evidência da tabela é que a remuneração média do trabalhador formal no Rio Grande do Sul encontra-se abaixo da que se afere na média do agregado nacional (uma diferença de 7,8%). A diferença relativamente a São Paulo chega a 23%, sendo também significativa a desvantagem frente aos salários médios do Rio de Janeiro. Relativamente aos outros Estados da Região Sul, o Estado apresenta rendimentos médios superiores aos do Paraná e inferiores aos de Santa Catarina, sendo as distâncias, entretanto, pouco significativas.

Cabe destacar uma peculiaridade importante no perfil das remunerações no mercado formal gaúcho. A progressão dos salários médios vinculada ao crescente porte do estabelecimento empregador, acima mencionada, verifica-se apenas parcialmente, no Estado, apresentando uma estagnação que contrasta com o comportamento verificado no agregado nacional e na maioria das unidades da federação analisadas. Assim, se forem desconsideradas as duas "pontas" da distribuição – os estabelecimentos com até 19 empregados e aqueles com mais de 1000 – constata-se que os salários no Rio Grande do Sul permanecem virtualmente estacionários, chegando a apresentar, em alguns casos, decréscimo de um intervalo dimensional de empresa para outro¹⁰. Desta forma, no Estado, as remunerações médias nos estabelecimen-

⁹ A definição de qual intervalo de tempo de trabalho na mesma empresa será tomado como parâmetro na avaliação da rotatividade varia de um estudo para outro. O economista Gustavo Gonzaga utiliza o percentual de empregados com menos de dois anos de vínculo e, a partir dele, realiza uma comparação internacional sobre a rotatividade na indústria de transformação. Tomando-se alguns dados de sua pesquisa como ilustração, verifica-se que a proporção de trabalhadores industriais com menos de dois anos de trabalho na mesma empresa chega a 47%, no Brasil; 39%, nos Estados Unidos; 31%, na Inglaterra; 27%, na Dinamarca; 22%, na França; 21%, na Alemanha; 13%, na Itália. (Gazeta Mercantil, 28.04.97, p.A-6, "Brasil tem a maior rotatividade de mão-de-obra").

¹⁰ As empresas com até 19 empregados respondiam, ao final de 1995, por 26,3 % do emprego no Rio Grande do Sul, enquanto aquelas com mais de 1000 trabalhadores representavam 20,3% desse universo. Ao desconsiderar esses dois intervalos dimensionais está-se abarcando, desta forma, mais da metade do mercado de trabalho formal do Estado.

tos que empregam de 500 a 999 trabalhadores são inferiores às que são praticadas em empresas com número de empregados entre 20 e 49. Essa característica só encontra paralelo no Estado do Ceará, dentre os abordados. No agregado nacional a diferença em favor do primeiro grupo de empresas é de 30%, aproximadamente a mesma que se verifica em São Paulo, Santa Catarina e Paraná, por exemplo. No Rio de Janeiro, ela chega a 63%.

O outro ângulo pelo qual se pode aferir a estratificação dos rendimentos do trabalho formal está na tabela 10. Nela explicitam-se os ganhos associados ao "privilégio" de conservar o vínculo de trabalho com o mesmo empregador. Neste quesito, nem os valores nem a cadência da progressão que se verifica no Rio Grande do Sul o diferenciam significativamente do agregado nacional. O que acaba por incidir negativamente sobre o perfil das remunerações do Estado, conforme foi mencionado anteriormente, é o contingente relativamente menor de trabalhadores nos intervalos mais elevados do tempo de serviço.

Quando aberto por setores de atividade selecionados (tabela 11), o padrão de remunerações do setor formal gaúcho revela novas especificidades. No comércio e nos serviços as remunerações do Estado destacam-se positivamente na comparação com o agregado nacional e com as unidades da federação selecionadas. Em ambos os casos, os salários do Rio Grande do Sul só perdem para os de São Paulo (situando-se 26,3% e 8,6% abaixo das médias daquele Estado, respectivamente). A indústria de transformação, ao contrário, configura-se, dentre os principais setores, como aquele em que os salários praticados no mercado de trabalho gaúcho são mais negativamente diferenciados: 24,8% abaixo da média nacional; 43,5% abaixo dos de São Paulo; 22,9 % abaixo dos da Bahia. Dentre os Estados selecionados, supera-se significativamente apenas o Ceará. Na região Sul, os rendimentos médios na indústria ficam bastante próximos, com o Rio Grande do Sul superando ligeiramente o Paraná e apresentando pequena desvantagem frente a Santa Catarina.

Em síntese, o Rio Grande do Sul, comparativamente ao agregado nacional, caracteriza-se por um percentual superior do emprego formal concentrado em empresas de porte pequeno e médio. Conforme foi visto, este traço associa-se a uma maior rotatividade e a mais baixos rendimentos da força de trabalho. A indústria, que tem um peso destacado no mercado de trabalho do Estado, é um dos setores onde as remunerações encontram-se mais distanciadas, negativamente, da média nacional. Por fim, a evolução do volume global do emprego formal mostra restrições ainda maiores, no Rio Grande do Sul, do que no país em seu conjunto. Em que pese essa diferença de grau, em ambos os recortes regionais pode-se constatar que o universo de relações de trabalho resguardadas pela institucionalidade vigente no país vai sofrendo um estreitamento.

2.4. PIB E EMPREGO FORMAL

O gráfico 3 permite verificar que os anos 90 marcam uma clara dissociação do comportamento do emprego relativamente à evolução do produto interno – constatação que serve

tanto para o agregado nacional quanto para o Rio Grande do Sul. Os primeiros anos da década em curso, inequivocamente recessivos, assinalam, em linhas gerais, esta inflexão.

Ao final dos anos 80 analistas como Luque e Chahad (1990) apontavam para o fato de que o desaquecimento da economia nacional verificado a partir de 1987, após o malogro do Plano Cruzado, não estava sendo acompanhado de um proporcional movimento de demissões no país. Atribuíam o comportamento cauteloso da classe patronal ao aprendizado que a recessão do início daquela década havia legado: o empresariado havia arcado com elevados custos e vivenciado as dificuldades implicadas em recontratar e retrainar a força de trabalho, quando a atividade econômica voltou a se elevar. Os autores creditavam, ainda, essa prudência dos empregadores ante à opção de efetuar cortes de pessoal aos custos trabalhistas incidentes sobre as demissões, que haviam sido significativamente acrescidos com os dispositivos da Constituição de 1988. Esta interpretação encontra respaldo quando se percebe que, de uma forma geral, os índices de emprego se mantêm bastante próximos, e mesmo um pouco superiores, aos índices do produto, nos últimos anos da década passada.

No Rio Grande do Sul, já a partir de 1990 os movimentos dos dois índices começam a distanciar-se, enquanto no agregado nacional esta tendência se configura dois anos depois. Em 1996, no Estado, o índice do produto encontra-se 25% acima do índice do emprego. No Brasil, o diferencial é de 15%. Trata-se de um mesmo processo, com diferentes intensidades: se o desaquecimento do final dos anos 80 encontrou nos empregadores a disposição de adiar demissões até que tivessem formulado uma percepção mais consistente sobre a potencial durabilidade da conjuntura adversa, os primeiros anos da presente década, por sua vez, trazem consigo o aprofundamento do processo recessivo e, simultaneamente, uma abrupta elevação do grau de abertura da economia. Esses dois fatores deflagram um processo de ajuste estrutural de uma parcela significativa do universo de empresas, na qual mudanças organizacionais e reorientações estratégicas imediatas foram sendo seguidas de um considerável aumento na incorporação de novas tecnologias, com um flagrante ônus sobre o mercado de trabalho.

A indústria, por estar mais imediatamente exposta à concorrência estrangeira e por se tratar do setor em que os paradigmas produtivos, em nível internacional, estão passando pelas mais drásticas e profundas transformações, é o campo da atividade econômica onde os estrangimentos e o conseqüente ajuste ganham maior relevo. O gráfico 4 permite visualizar o comportamento das variáveis em análise nesse setor. Em primeiro lugar, convém observar que, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, o PIB industrial tem uma evolução bem menos positiva do que a do PIB global : ao final de 1996, o índice, em ambos os recortes regionais, situa-se praticamente no mesmo patamar que serve de base à série, o ano de 1986. Quanto à tendência de contração relativa na oferta de postos de trabalho, ela se demonstra ainda mais evidente na indústria do que no conjunto dos setores de atividade: em 1996, no agregado nacional, o índice do produto industrial encontra-se 28,6% acima do índice do emprego. A diferença é menor, no Estado, com o índice do PIB superando o do emprego em 23%.

Mesmo na hipótese de uma retomada do crescimento, os aumentos de produtividade na indústria nacional tendem a se acentuar, mormente considerando-se que os novos investimentos deverão concentrar-se em reposição de máquinas e equipamentos, desobstrução de gargalos e redução de custos, com requerimentos decrescentes de mão-de-obra. Como afirma Bielschowsky (1997, p.2-2) sobre a questão da absorção de força de trabalho na indústria, "é possível que estejam coincidindo os efeitos (...) do processo de racionalização iniciado há anos com os da modernização baseada em equipamentos intensivos em automação." Quanto aos efeitos da abertura sobre o emprego industrial, informações disponíveis indicam que o hiato entre importação e exportação cresceu continuamente, a partir de 1988, com maior significado em 1995, quando a queda na produção doméstica e, portanto, no emprego industrial foi equivalente a 4,5% da produção industrial, representando a perda de 400 mil postos de trabalho.

Nos anos mais recentes, o índice global do PIB gaúcho supera ou se equivale ao do PIB nacional, enquanto, na comparação entre os índices de emprego, o do Estado encontra-se sistematicamente em patamar mais baixo. Constata-se, assim, que, no conjunto dos setores de atividade, a redução na elasticidade produto-emprego é ainda mais acentuada no Rio Grande do Sul do que no Brasil. O que se procura problematizar aqui é o grau de possibilidade de que o crescimento econômico se dê gerando oportunidades ocupacionais, as quais se constituem em uma forma de distribuição dos resultados a ele associados.

No que diz respeito à indústria, o padrão competitivo que dela está a exigir o coeficiente de abertura da economia brasileira impõe substanciais e permanentes ganhos de produtividade. Nesse sentido, para o próprio êxito – ou sobrevivência – das atividades secundárias nacionais, é alvissareiro que os índices do produto cresçam mais do que os do emprego. O que se observa, todavia, é que os dez anos aqui abordados mostram um saldo nulo de crescimento do produto industrial, de forma que todos os ganhos de eficiência produtiva revertem numa vultosa exclusão de força de trabalho, em termos absolutos. No Rio Grande do Sul, os dados dos dois últimos anos indicam que a perda relativamente menor de empregos não se deveu a um maior êxito na elevação do produto industrial, mas, antes, a ganhos menos pronunciados de produtividade do trabalho.

As informações estatísticas restritas ao emprego formal têm evidentes limitações, seja para inferir o comportamento da produtividade, seja, considerando-se os propósitos do presente estudo, para caracterizar a complexidade do mercado de trabalho no Estado e no país. O que não se pode desconsiderar é que o encolhimento relativo do emprego formal, se não tem no desemprego uma contrapartida direta, está a indicar que se consagram formas de inserção na estrutura ocupacional que retiram da cobertura legal e do alcance dos mecanismos de proteção institucional parcelas crescentes da força de trabalho.

3 O MERCADO DE TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL

3.1 QUADRO GERAL A PARTIR DA PNAD 95

O RS possui uma população de 9.603.636 pessoas, conforme dados da PNAD-IBGE/95, sendo que a população apta para o trabalho, isto é, os indivíduos de 10 anos e mais de idade, que constituem a População em Idade Ativa (PIA), totalizam 7.805.755 indivíduos.

A maioria dessa população em idade de trabalhar vive no espaço urbano (6.165.494 ou 78,99% do total), sendo os grupos populacionais mais expressivos constituídos pelas mulheres (52,01%), pelos indivíduos com 40 anos e mais de idade (37,44%) e, em termos de escolaridade, pela parcela que ainda não concluiu o I Grau de Ensino (69,20%) - Tabela 12.

Do conjunto da PIA, 67,79% encontra-se na condição de economicamente ativos, fazendo parte da População Economicamente Ativa (PEA), que totalizava 5.291.243 indivíduos. Destes, 5.022.086 encontram-se ocupados e 269.157 desempregados, resultando em uma taxa de desemprego da ordem de 5,09% da PEA.

A PEA, sendo um conceito econômico e constituindo-se do conjunto das pessoas que se encontravam efetivamente trabalhando (ocupadas) ou à procura de trabalho (desempregadas), apresenta um perfil diferente da PIA, indicando que a demanda por mão-de-obra recai, para os grupos populacionais, de forma distinta e seletiva face a distribuição demográfica existente. Assim, alguns segmentos da PIA apresentam taxas bastante superiores aos 67,79% verificados para o seu conjunto. Com participações acima dessa média encontram-se os homens, cuja taxa atinge 78,66%, contra 57,75% para o segmento feminino. Por conseguinte, as mulheres, que são a maioria da população em idade de trabalhar, representam 44,31% da PEA, em decorrência da maior presença masculina no mercado de trabalho. Ainda com taxas mais elevadas de participação no mercado de trabalho estão os indivíduos nas faixas etárias de 18 a 24 anos (77,24%) e de 25 a 39 anos (85,53%). Em contrapartida, os indivíduos com 40 anos e mais têm participação pouco inferior à média (67,23%), o que, afora outras determinações, se relaciona ao fato de nessa parcela incluírem-se os aposentados. Já os mais jovens - entre 10 e 17 anos - têm a taxa de participação mais reduzida, constituindo o menor contingente na PEA. Não obstante terem taxa de participação de 34,03%, os mais jovens representam 9,56% da PEA estadual, o que demonstra a elevada participação desse contingente no mercado de trabalho, especialmente ao considerar-se que essa faixa etária caracteriza-se fundamentalmente como período de formação integral do indivíduo. A inserção precoce de crianças e adolescentes na força de trabalho é característica de sociedades não altamente industrializadas, como a brasileira, e está vinculada, via de regra, à pobreza das famílias desses jovens. Em tal circunstância, muitas crianças e adolescentes vêm-se na contingência de ingressar no mercado de trabalho como forma de complementar já minguados orçamentos familiares, na maioria das vezes em detrimento de sua formação educacional básica, que se vê atropelada pela premente necessidade de trabalhar, e não raro, abandonada no meio do caminho com

sérios prejuízos para a formação do indivíduo¹¹.

Em termos gerais pode-se dizer que "as diferentes taxas de participação de grupos populacionais no mercado de trabalho explicam-se, dentre outros fatores, pela maior ou menor pressão que cada grupo sofre para entrar no mercado, devido às necessidades individuais de sobrevivência, às responsabilidades com o provimento de outros grupos, a fatores culturais, e pela particular demanda do próprio mercado, a qual determina quão facilitado ou obstaculizado é o ingresso de cada segmento na força de trabalho." (TONI et al., 1993 p. 608)

Nesse sentido, por exemplo, constata-se clara correspondência entre a participação no mercado de trabalho e o nível educacional dos indivíduos, crescendo a taxa de participação à medida que aumenta a escolaridade. Assim, partindo-se dos segmentos com até 3 anos de estudo, cujas taxas de participação alcançam cerca de 56%, observa-se elevação sistemática desse indicador para os segmentos seguintes, chegando-se ao valor máximo de 88,51% entre os indivíduos com 15 anos ou mais de estudo (superior completo ou nível mais elevado).

Na estrutura ocupacional do Estado é clara a predominância do emprego assalariado (46,44%) - Tabela 13 -, muito embora não alcance a metade da força de trabalho. Além de esta forma de inserção estar longe de ser a predominante, conforme se observa nas economias capitalistas avançadas, constata-se que é elevada a não legalização na contratação de assalariados (21,77% do total de empregados, ou 10,11% do total da força de trabalho do Estado, não tem carteira assinada), privando parcela expressiva da força de trabalho da proteção prevista na legislação trabalhista e previdenciária vigente no País. Observa-se que o assalariamento predomina nas atividades urbanas (60,51%), sendo minoritário no meio agrícola (12,38%). Em segundo plano, mas com participação expressiva, encontram-se os conta própria (22,33%). Também não deixa de ser elevada a parcela de não remunerados (13,06%), quase totalmente vinculados ao setor agrícola (79,51%) - tabela 14, e compondo mais de 1/3 (35,68%) do total da mão-de-obra desse setor.

Examinando-se a distribuição dos ocupados sob a ótica da posição na ocupação, conclui-se que é elevada a parcela com inserção precária. Ou seja, tomando-se os dados da tabela 2, e considerando-se que as categorias conta própria (22,33%), empregado sem carteira assinada (10,11%), trabalhadores domésticos (6,79%) e trabalhadores não remunerados (13,06%) encontram-se associadas a algum grau de precarização, verifica-se que mais da metade, ou 52,29% dos trabalhadores insere-se no mercado de trabalho de forma precária.

A estrutura setorial da ocupação no Estado, em termos dos dois grandes grupos de atividade econômica - agrícola e não agrícola - segue padrão semelhante ao da PEA rural e urbana, dado que esse corte setorial praticamente se confunde com a distribuição espacial dessas atividades nos sítios rural e urbano. Assim, enquanto mais de 2/3 dos trabalhadores (70,15%) encontram-se em atividades não agrícolas, 29,85% trabalham em atividades agríco-

¹¹ A respeito da inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, no Brasil, ver, entre outros, Oliveira e Pires (1995), Miller (1993) e Toni (1996).

las. Destaque-se a ainda elevada proporção de trabalhadores vinculados ao setor agrícola, especialmente em uma comparação internacional e a importância, daí decorrente, para políticas de emprego nessa área.

Detendo-se na análise das atividades não agrícolas, observa-se a elevada predominância do setor terciário na absorção de mão-de-obra, totalizando 68,19% do total de trabalhadores. O setor secundário fica com os restantes 31,81%, com nítida ascendência da indústria de transformação, que emprega nada menos que 73,60% dos trabalhadores desse setor, seguindo-se a indústria da construção com 21,60%.

Sob outra classificação, e privilegiando o setor não agrícola, observa-se que dois sub-setores de atividade são responsáveis pela absorção de quase metade da força de trabalho tipicamente urbana do Estado: prestação de serviços (24,15%) e indústria de transformação (23,42%). Agregando-se o comércio de mercadorias (16,20%) e social (12,02%), verifica-se que dentre as atividades não agrícolas, esses quatro setores absorvem mais de $\frac{3}{4}$ do total de trabalhadores (Tabela 15).

É interessante notar que os dois setores de atividade mais importantes na absorção de mão-de-obra urbana encontram-se em situações praticamente opostas quanto às formas de inserção dos trabalhadores em suas atividades; uma situação que é emblemática da heterogeneidade e elevada inserção precária que tipifica o mercado de trabalho em nosso país, como também no Estado. Assim, se na indústria de transformação prevalece o emprego tipicamente capitalista - o assalariamento -, absorvendo 82,4% da força de trabalho industrial, com predomínio do emprego formalizado, isto é, com carteira de trabalho assinada (85,1% dos empregados encontram-se nessa situação), na prestação de serviços lideram formas precárias de inserção, ligadas ao chamado setor informal, que inclui a pequena produção urbana e outras estratégias de sobrevivência típicas desse contingente: o trabalho doméstico compreende 41,1% do emprego nesse sub-setor, sendo que, deste contingente, a grande maioria (67,80%) não tem carteira assinada, e o conta própria, figura típica do setor informal, representa 28,4% do total de trabalhadores, cifra superior à do assalariamento, que atinge 23,0%. Na categoria de empregados, por sua vez, diferentemente do que ocorre na indústria, o emprego formalizado se faz menos presente, alcançando apenas $\frac{2}{3}$ (66,5%) do total de empregados - Tabela 5.

Passando-se à análise dos rendimentos do trabalho, o exame da Tabela 17 indica que a maioria dos trabalhadores auferem baixos rendimentos ou trabalha sem rendimento algum. De fato, se juntarmos os segmentos que ganham até 2 salários mínimos /SM (35,3%) àquele sem rendimento (19,90), verifica-se que mais da metade dos trabalhadores (55,13%) ganha, no máximo, 2 SM mensais. Restringindo-se à população com rendimento, observa-se que nada menos do que 60,74% recebe, no máximo, 3 SM. No extremo oposto da distribuição, com mais de 10 salários mínimos mensais tem-se apenas 8,76% do total de trabalhadores com rendimento. Tais resultados são indicativos da extrema desigualdade existente na distribuição dos rendimentos do trabalho.

Aqui também, como no caso do ingresso no mercado de trabalho, a escolaridade está associada aos rendimentos do trabalho, observando-se incrementos da renda à medida que sobe o nível de escolaridade do trabalhador. Assim, por exemplo, tomando-se os segmentos que auferem até 3 SM, observa-se que, enquanto eles representam 48,08% do total de trabalhadores, sua participação sobe para cerca de 60% entre aqueles sem instrução e menos de um ano de estudo, declinando lentamente a partir daí. Para o grupo de indivíduos com I Grau completo ou II Grau incompleto (de 8 a 10 anos de estudo), a participação dos que ganham até 3 SM ainda é superior à metade (50,01%) do total de trabalhadores com esse nível de escolaridade. Uma melhora expressiva dos níveis de rendimento é observada apenas a partir do II Grau completo, onde os indivíduos recebendo até 3 SM cai para 33,16%, recuando para 10,03% entre aqueles que já completaram pelo menos um curso superior (15 anos ou mais de estudo). Nesta parcela, quase a metade dos trabalhadores (44,97%) auferem rendimento superior a 10 SM, situação que não atinge sequer 4% daqueles que ainda não completaram o I Grau de ensino.

Dessa análise pode-se concluir que a escolaridade se constitui em atributo facilitador na competição por um posto de trabalho, colocando-se, cada vez mais, como um elemento de clivagem entre os incluídos e os excluídos do mercado de trabalho, mormente no período mais recente, onde a educação básica erige-se como uma das necessidades fundamentais dentro do processo de reestruturação produtiva. Nesse sentido, o movimento recente de permanência dos jovens por períodos mais longos no sistema escolar pode estar associado a decisões familiares ou individuais por mais anos de educação formal, na expectativa de resolução mais favorável da questão do trabalho e da renda.

3.2 O MERCADO DE TRABALHO NA DÉCADA DE 80

A análise do comportamento do mercado de trabalho nos anos 80 revela que os ajustes à crise que caracterizou o período se deram no sentido de um aprofundamento dos níveis de subutilização e precarização da força de trabalho, à medida que houve uma exacerbação das condições estruturais de inserção precária de trabalhadores no mercado. As conseqüências mais importantes desse processo levaram à perda de dinamismo na criação de empregos no mercado formal de trabalho; ao aumento nos níveis de desemprego aberto e à mudança no perfil dos desempregados; e ao incremento de formas alternativas de emprego/ocupação encontradas pela população, frente à crise.

Embora a composição da força de trabalho não se tenha alterado de modo expressivo, o sentido das mudanças nos anos 80 foi oposto ao que se vinha verificando para o País no período anterior. Assim, por exemplo, no período 1970-80, de rápida expansão econômica no Brasil, a proporção de empregados em firmas particulares expandiu-se de 41,7% para 52,2% enquanto o trabalho autônomo decresceu de 33,8% para 25,2%. Já no período 1981-90 o primeiro decresce de 50,4% para 48,8% ao passo que o último tem um pequeno incremento,

de 22,3% para 22,6% no País. (SINGER, 1996).

No caso específico do RS, o exame do comportamento do mercado de trabalho não agrícola, onde o impacto da crise foi mais contundente, revela que, embora o contingente de ocupados tenha crescido 15,72% no período 81-89, incrementos significativos estiveram associados a condições precárias de inserção no mercado de trabalho: os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada apresentaram aumento de 27,03% - contra 24,52% entre aqueles com carteira assinada -, sendo que entre os trabalhadores por conta própria - figura típica do setor informal - o percentual de crescimento foi da ordem de 21,92% (PNAD-IBGE). Como consequência, essas duas formas de inserção no mercado contribuíram mais da metade (59,37%) do total de 571.235 novos postos gerados na década (Tabela 18).

As taxas de desemprego aberto, por sua vez, elevaram-se para mais de 3% da PEA estadual, chegando em 1983 ao patamar mais elevado da década (4,2%). Esse movimento foi semelhante ao observado para o País, onde a taxa de desemprego alcançou 4,9% naquele ano. Tais taxas contrastam com as observadas na década de 70, quando foram de 0,82% e 1,7%, respectivamente em 1970 e 1972, anos em que se tem informações para o Estado. As taxas de desemprego tendem a diminuir com a recuperação econômica, chegando ao valor mais baixo em 1986 (1,6% no RS), ano do Plano Cruzado, caracterizado por uma conjuntura econômica bastante favorável (Tabela 19).

As mudanças observadas no perfil dos desempregados também aprofundam os impactos negativos da crise sobre a população. Para o RS verifica-se incremento da participação, no contingente de desempregados, de indivíduos que já possuíam experiência prévia de trabalho e de chefes de domicílio. Neste último caso, a proporção oscila entre 20% e 30% do total de desempregados, quando era de 14% no Estado, em 1972, por exemplo.

Em suma, os efeitos da crise provocaram um agravamento da tendência à subutilização da força de trabalho, típica de economias capitalistas periféricas¹², como a brasileira, ao mesmo tempo que representaram uma interrupção nas tendências históricas a uma maior homogeneização das relações de trabalho - via, especialmente, o assalariamento da mão de obra - à incorporação gradativa do excedente estrutural de força de trabalho e à melhora das condições de trabalho e de vida da população como um todo.

3.3. EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS NOS ANOS 90

Nos anos 90, o mercado de trabalho brasileiro, e por decorrência o do RS, que já havia passado por transformações importantes nos anos de crise da década precedente, sofre nova

¹² A esse respeito, na região latino-americana, por exemplo, observa-se que, mesmo nos países caracterizados por elevadas taxas de crescimento durante sua fase de industrialização - caso do Brasil no período 1955-80 - as formas de organização da produção não tipicamente capitalistas, que tiveram drástica redução quando do início do processo de industrialização nos países centrais, não mostraram comportamento francamente declinante. Em termos da absorção da força de trabalho, apresentaram apenas um modesto recuo no período 1950-80, para o conjunto da América Latina, diminuindo de 30,6% da força de trabalho para 28,7%, respectivamente. (Tokman, 1986)

deterioração em suas condições gerais, como conseqüência da forma de inserção da economia nacional no contexto da economia internacional crescentemente globalizada.

A partir do início da década de 90, mais especificamente com o governo Collor, intensifica-se o processo de abertura comercial iniciado em 1988, fazendo com que a tarifa média de importação, por exemplo, passasse de 110% em 1985 para menos de 15% em 1995 (BARROS et al., 1996). Seguindo tendência já observada nos anos 80, aprofunda-se a reestruturação industrial e empresarial e a adoção de novos processos de trabalho através, principalmente, do emprego crescente da microeletrônica, movimentos esses característicos da chamada terceira revolução industrial. Em termos da atividade econômica, assiste-se a uma brutal recessão nos primeiros anos, com recuperação a partir de 1993 e a implantação, em 1994, de mais um plano de estabilização - Plano Real - que estabelece, a partir de jul./94, uma nova moeda - o real.

Na *era do real* aprofundam-se algumas características do período imediatamente anterior, tais como abertura comercial indiscriminada e ausência de uma estratégia produtiva industrial e de desenvolvimento para o País¹³. No âmbito do mundo do trabalho, em particular, propugna-se a necessidade de desregulamentar e flexibilizar ainda mais o mercado de trabalho, como condição *sine qua non* para aumentar a competitividade externa, além de instalar-se forte oposição a formas negociadas entre os atores sociais (a exemplo do que foram as câmaras setoriais). Desse modo, privilegia-se a discussão sobre redução do custo do trabalho, atacando-se preferencialmente os encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento. Tal procedimento, segundo seus defensores, além de aumentar a competitividade, teria também efeitos positivos sobre a criação de novos postos de trabalho, à medida que o barateamento do custo do trabalho disponibilizaria mais capital para investir na produção.

As conseqüências de todo esse processo têm levado a uma crescente "desordem do trabalho", como refere Mattoso (1995), diminuindo a proteção ao trabalhador e ampliando a insegurança no emprego, onde as elevadas taxas de desemprego compõem, possivelmente, o aspecto mais visível do conjunto de inseguranças que se abateu sobre o trabalho.

Assim, no contexto dos anos 90, as questões relevantes no âmbito do mercado de trabalho situam-se, ainda, nos problemas referentes ao desemprego e à precarização das condições e relações de trabalho, seguindo movimento já verificado nos anos 80, agora, porém, com determinantes distintos dos que prevaleceram naquela década.

A abertura comercial indiscriminada, com forte rebaixamento das alíquotas de importação, exacerba a concorrência entre capitais induzindo a um rápido crescimento da produtividade industrial e a uma certa desindustrialização do parque produtivo nacional. Dada a ausência de compromisso nacional de defesa da produção e do emprego, as empresas acabam privile-

¹³As recentes alterações visando (...) à ampliação das alíquotas de importação de alguns setores (automobilístico, têxteis, por exemplo) e ao favorecimento às exportações resultam menos de uma mudança de estratégia ou do reconhecimento da necessidade de políticas articuladas de defesa da produção e do emprego nacional e mais da pressão de lobbys de setores organizados interessados em medidas ad hoc e/ou em medidas temporárias visando efeitos eleitorais. (Mattoso e Baltar/96)

giando o curto prazo e fatores de competitividade relacionados ao custo ou preço, adotando estratégias vinculadas à reestruturação produtiva e gerencial (reengenharia, downsizing, terceirização, etc.) descurando, não raro, de fatores mais ligados à competitividade sistêmica. Entre as principais consequências desse processo para o mercado de trabalho destacam-se as abaixo examinadas.

Rápida diminuição do emprego industrial

Conforme a Pesquisa industrial mensal de emprego, salário e valor da produção, do IBGE, a indústria brasileira diminuiu em mais de um terço (34,3%) o volume de ocupados no período 1990-96. No intervalo 1995-96 registrou-se a maior queda anual da década, com retração de 11,1%, superando a variação negativa de 1991 (10,1%) - FOLHA DE SÃO PAULO, 1997. São Paulo liderou a queda no ano, fechando 13,5% das vagas. Para a grande São Paulo a tendência é semelhante. Dados da PED-GSP revelam corte de 511 mil postos de trabalho industriais entre set.89-set.95 (MONTAGNER, 1996). Na RMPA foram eliminados 30 mil postos de trabalho na Indústria de Transformação entre 1993 e 1996 (PED/RMPA. Somente o gênero calçados foi responsável pelo corte de 19 mil empregos no período.

Na GSP, a PED acusa diminuição da participação do emprego industrial no emprego total de 33% para 24,1% no período set.89-set.95 (MONTAGNER, 1996). Entre 1993-96 essa participação cai de 24,3% para 21,2%, na RMPA - PED/RMPA..

Ampliação do emprego no setor terciário

Dada a queda no emprego industrial e no emprego formal, como se viu anteriormente, o nível geral de ocupação cresceu pela ampliação dos postos de trabalho no setor terciário e naquelas formas de inserção mais precárias no mercado de trabalho. No que respeita ao crescimento do emprego no terciário, a análise ficará restrita ao período 1992-95, dadas as dificuldades de comparação com anos anteriores devidas às alterações metodológicas realizadas pelo IBGE na PNAD a partir de 1992. A análise da tabela ? permite verificar que entre 1992 e 1995 o nível geral de ocupação teve pequeno crescimento (0,66%), tendo sido criados mil postos de trabalho. Tal resultado decorreu de quedas no emprego agrícola (-6,61%) e no do secundário (%) não compensadas pelo aumento no nível ocupacional do terciário (%). Neste último setor registrou-se crescimento em todos os ramos de atividade sendo que os incrementos mais expressivos, em termos de novos postos de trabalho criados, ocorreram nos ramos prestação de serviços (mil) comércio de mercadorias (mil) e social (mil). A administração pública apresentou a menor variação (0,72%), tendo criado apenas 1.508 novos postos.

Precarização das relações de trabalho e das formas de inserção dos trabalhadores no mercado

O nível geral de ocupação acusou incremento de 3,50% no RS na primeira metade da década de 90, conforme dados da PNAD-IBGE. Com o acréscimo de 155.161 novos postos de

trabalho o total de ocupados passou para 4.588.511, em 1995.

Não obstante o aumento do nível geral de ocupação, um exame mais detalhado demonstra aprofundamento da precarização nas relações de trabalho, o que pode ser inferido a partir da análise das formas de inserção dos trabalhadores no mercado, conforme a posição na ocupação¹⁴. Nesse sentido, é comum na literatura sobre o assunto associar-se o **emprego assalariado no setor privado com carteira de trabalho assinada** e o **assalariamento no setor público** como formas não precárias de inserção, uma vez que obedecem aos padrões legais estabelecidos, proporcionando ao trabalhador a cobertura trabalhista e previdenciária estipulada em lei. Estas categorias compoem, grosso modo, o emprego formal da economia. As formas precárias de inserção no mercado de trabalho estão vinculadas, em geral, às seguintes categorias de trabalhadores: **assalariados do setor privado sem carteira de trabalho assinada, conta própria ou autônomo, trabalhador doméstico e os não remunerados**. A precariedade nessas formas de inserção está associada à maior incidência de fatores tais como ausência de proteção trabalhista e previdenciária, elevada rotatividade, longas jornadas de trabalho e baixos rendimentos, entre outros.

Tais formas mais precárias de inserção, que já haviam esboçado crescimento relativamente maior nos anos 80, conforme já referido, seguem movimento ascendente no período recente, saltando para patamares bastante elevados em alguns casos. Além disso, diferentemente do ocorrido na década de 80, onde todas as categorias de trabalhadores apresentaram crescimento, no anos 90 as formas legalizadas recuam.

Para o estado do RS, conforme analisado anteriormente, registra-se, para o período 1981-89, variação positiva para todas as posições na ocupação, exceto para a de não remunerados. Já, na primeira metade da década de 90, enquanto o nível geral de ocupação sobe 3,50% duas categorias apresentam variação negativa: o emprego com carteira assinada (-7,01%), seguido da categoria de trabalhadores não remunerados (-5,28%). O emprego sem carteira assinada sobe expressivos 29,65%, o trabalho por conta própria 0,89% e a categoria dos empregadores, a menor de todas, 14,00%. Note-se que o assalariamento sem carteira, embora com variação positiva tanto no período recessivo quanto no de estabilização, tem crescimento bem maior no primeiro (20,30% e 7,78%, respectivamente). Como resultado dessa evolução foram eliminados 123.578 postos de trabalho assalariado legalizado, enquanto criaram-se 178.866 postos de trabalho em categorias consideradas precárias (Tabela 22).

Uma comparação com a evolução do mercado de trabalho no âmbito nacional, para o período 1990-95, indica que o sentido das mudanças segue o padrão observado no Estado, embora as magnitudes sejam distintas.

¹⁴ A PNAD-IBGE apresenta as seguintes posições na ocupação: empregados (com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos estatutários e militares e outros) empregados domésticos (com e sem carteira de trabalho assinada) conta própria, empregadores, não remunerados, trabalhadores na construção para o próprio uso e trabalhadores na produção para o próprio consumo. Na análise ora empreendida as categorias serão distintas das atualmente apresentadas pela PNAD, pois procedeu-se a uma compatibilização metodológica da série, a fim de manter sua comparabilidade, devido às modificações introduzidas pelo IBGE a partir de 1992.

Em primeiro lugar, o incremento geral da ocupação foi mais reduzido no Estado que no País (3,50% e 5,57%, respectivamente). O emprego assalariado total cresceu mais no Estado, mas em ambos os casos o aumento restringiu-se ao assalariamento sem carteira de trabalho assinada. O recuo do emprego com carteira foi mais pronunciado no país (-12,63%) do que no estado (-7,01%). O trabalho por conta própria cresceu mais no país (11,54%) que no estado (0,89%).

No geral, a precarização no mercado de trabalho se alastra também no país. O emprego com carteira declina frente a incrementos bem superiores à média geral de crescimento do nível ocupacional (5,57%) daquelas formas de inserção precária: não remunerados 26,47%, empregados sem carteira 11,26% e conta própria 11,54% (Tabela 23).

A evolução desses indicadores no espaço urbano da região mais populosa e importante economicamente no Estado - a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) - pode ser visualizada através da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Região Metropolitana de Porto Alegre - PED-RMPA, cujos dados referem-se ao período de recuperação e estabilização da economia, isto é, após o Plano Real (1993-96).

Em termos gerais a tendência é semelhante à observada para o Estado, com queda do emprego mais formalizado (-0,36% no assalariamento no setor privado com carteira assinada e -2,19% no público) e crescimento das formas precária de inserção (3,45% entre os assalariados do setor privado sem carteira assinada, 10,32% entre os autônomos e 24,77% no emprego doméstico). Nesse período foram gerados 75 mil postos de trabalho na RMPA e eliminados 33 mil, com saldo positivo de 42 mil novos postos (tabela 24).

Para se ter uma idéia das possíveis tendências esboçadas por esses indicadores na década de 90 até o presente momento (1996) no espaço metropolitano mais importante do País, é interessante analisar os dados da PED - Grande São Paulo. Tomando-se as informações relativas ao mês de dezembro de cada ano, entre dez./89 e dez./96, e considerando-se a evolução dos índices para as diferentes categorias de posição na ocupação para os dois períodos dos anos 90 (recessão e estabilização) tem-se a seguinte evolução:

- o nível geral de ocupação teve tendência ascendente com variação de 10,77% até 1996
- o assalariamento no setor privado (com e sem carteira) declina nos anos 90 como resultado de uma queda no primeiro período não contrabalançada pela pequena recuperação no último.
- o assalariamento no setor público tem crescimento no primeiro período, passando a declinar depois de 1993, mas o saldo para os anos 90 é ainda positivo
- o assalariamento no setor privado com carteira assinada caiu de forma continuada
- o assalariamento no setor privado sem carteira de trabalho assinada, após apresentar crescimento expressivo no primeiro período, dá um salto no pós real
- o trabalho autônomo também cresce nos dois períodos, mas de forma mais intensa no primeiro que no segundo
- o trabalho doméstico também cresce continuamente

No cômputo geral para os anos 90, enquanto o nível geral de ocupação cresceu 10,77%, o emprego assalariado no setor privado - a maior categoria de trabalhadores - declinou 14,29% e o assalariamento no setor público teve incremento de 6,08%. A inserção precária sobe de modo expressivo para todas as categorias: assalariados no setor privado sem carteira assinada 51,39%, trabalhadores domésticos 49,06% e autônomos 42,13%, todos com crescimento bastante acima da média geral.

Quanto à precarização no mercado de trabalho há que se analisar, além do desemprego e do crescimento mais que proporcional das formas de inserção precárias, os aspectos referentes à terceirização.

Partindo-se da constatação que o processo de terceirização tende a ampliar o universo de firmas pequenas, observa-se que tais firmas geralmente contratam em condições mais precárias, seja em relação ao tempo de duração do vínculo empregatício, à cobertura legal e às próprias condições de trabalho. Conforme estudo da Fundação SEADE-SP, por exemplo, no período 1989-95 a contratação de assalariados diretamente pelas empresas caiu 2,3% (registrou-se queda de 7,9% na contratação formal - com carteira de trabalho assinada - ao mesmo tempo em que cresceu 30,2% a contratação informal - sem carteira assinada). Nesse mesmo período cresceu 46,0% a subcontratação, por parte das empresas, de emprego assalariado. Nessa modalidade, associada à terceirização, registrou-se incremento de 40,4% para o emprego formal e de 85,7% para o informal, evidenciando, portanto uma associação entre terceirização e precarização do mercado de trabalho.

Elevação do desemprego e manutenção das taxas em patamar elevado

Em termos gerais, no Brasil, assiste-se a uma elevação das taxas de desemprego e sua permanência em patamar elevado, revelando cada vez mais um descolamento do comportamento desse indicador vis-à-vis às oscilações do nível de atividade econômica. Veja-se, a respeito, a evolução do desemprego na Grande São Paulo¹⁵ cuja taxa média anual, após elevar-se no período de crise do início da década (11,7% em 91 e 15,2% em 92, segundo a PED-GSP), manteve-se elevada mesmo com a recuperação do nível de atividade econômica a partir de 1993. Em 1995 e 1996 tal indicador atingiu o patamar de 13,2% e 15,1%, bem acima das médias anuais para a segunda metade dos anos 80 que, após o pico de 1985 (12,2%), apresentou movimento declinante, chegando em 1989 ao patamar de 8,7% da PEA. (Paula/Sandra-SP Perspectiva 10/1 p37)

Tal evolução permitiria afirmar que o desemprego no Brasil, a exemplo do que já vem ocorrendo há mais tempo nos países avançados, torna-se estrutural. Outro indicador que reforça essa hipótese é o tempo médio de procura de trabalho, cujo comportamento nos anos 90 indica que no Brasil também se instala o desemprego de longa duração. Ainda conforme a

¹⁵ A utilização de dados para o País, bem como para o RS, relativos ao comportamento do desemprego nos anos 90, fica prejudicada devido às alterações metodológicas efetuadas pelo IBGE em seu levantamento anual - a PNAD - a partir de 1992.

PED-GSP, o tempo médio de procura por trabalho na Região aumentou de 15 para 22 semanas no período 1989-95, tendo se ampliado de 36 para 48 semanas, respectivamente, o tempo médio em que os indivíduos se encontravam afastados do seu último trabalho. Ademais, cresce a parcela de desempregados que se encontravam nessa situação há mais de seis meses. Em 1995 "dois terços destes vinham realizando procura de trabalho por tempo igual ou superior a seis meses, caracterizando uma situação de desemprego de longo prazo ou estrutural."(MONTAGNER, 1996).

O perfil dos desempregados também sofre alterações nesta década, seguindo em certa medida movimento já detectado na década anterior, e aprofundando o impacto negativo do desemprego sobre a população, uma vez que atinge mais diretamente a força de trabalho primária. Isto é, aumenta a participação de indivíduos em faixas etárias mais elevadas e daqueles que têm, geralmente, maior responsabilidade para o orçamento familiar - chefes e cônjuges - , categorias com participação mais efetiva e permanente na PEA. Segundo a PED-GSP, em 1995 a proporção de chefes de domicílio desempregados (27,2%) somado à de cônjuges nessa mesma condição (18,9%) é mais elevada que aquela referente aos filhos (41,6%) - MONTAGNER, 1996, p.42.

Para o estado gaúcho pode-se avaliar a situação do desemprego no período recente através dos dados da PED-RMPA, pesquisa que, não obstante ficar restrita ao emprego urbano da área metropolitana, abrange a região mais populosa e economicamente mais importante do Estado.

Em termos gerais, o movimento do desemprego na RMPA, no período 1993-96, segue tendência já observada para a Grande São Paulo. A taxa média, de 12,25% da PEA em 1993, sobe para 13,1% em 1996, após tendência declinante, mas em patamar elevado, nos anos precedentes. (Tabela 25). Nesse período mais 22 mil pessoas ficaram desempregadas, estimando-se um contingente total de desempregados de 198 mil pessoas, em média, no ano de 1996. Tal comportamento foi determinado pela elevação do desemprego aberto, de 7,3% para 9,1% da PEA nos anos extremos do período, visto que o desemprego oculto caiu (4,9% e 4,0%, respectivamente). Tanto a taxa de desemprego total quanto a de desemprego aberto subiram para todas as categorias populacionais (exceto para mulheres e cônjuges, no caso do desemprego total, cujas taxas se mantiveram praticamente estabilizadas). Em ambos os casos os grupos mais atingidos foram os que pertencem à força de trabalho primária. Ou seja, enquanto a taxa de desemprego total subiu 7,38% no período, registraram-se variações bem superiores para a taxa dos homens (15,89%), das pessoas com 25 anos ou mais de idade (9,37% e 14,43% entre aquelas com 25 a 39 e 40 anos e mais, respectivamente) e dos chefes de domicílio (18,31%). O tempo médio despendido na procura por trabalho, por sua vez, ampliou-se de 25 para 31 semanas entre 1993 e 1996 (Tabela 26).

Em suma, de qualquer ângulo que se analise, fica evidente a elevação do desemprego e sua permanência em patamar elevado, agregando-se que o impacto negativo desse fato sobre a população se vê exacerbado ao considerar-se os grupos que atinge em maior proporção e as

dificuldades de se conseguir emprego, medidas pela ampliação do tempo de permanência na situação de desempregado.

4. PERSPECTIVAS DE ENFRENTAMENTO DA PROBLEMÁTICA DO EMPREGO

A caracterização do mercado de trabalho feita nos dois itens anteriores permite destacar alguns elementos que configuram a profundidade dos desafios que estão colocados nesta esfera. Primeiramente, pode-se ressaltar a significativa contração do volume de emprego formal na presente década, tendência que se manifesta nacionalmente e adquire um contorno mais acentuado no Rio Grande do Sul. Em sete anos, o Estado elimina 194 mil postos de trabalho, que correspondem a 10% do estoque existente no final de 1989. A indústria de transformação é o setor que mais contribui para este saldo negativo: reduzindo seu contingente em 20%, ela dispensa quase 120 mil trabalhadores, o que equivale a 62% do total de postos fechados no mercado de trabalho gaúcho. Dentre os setores mais importantes, pelo critério de sua representatividade na oferta de emprego, nenhum ostenta crescimento no período considerado. No país, a queda global é um pouco mais branda, devido ao crescimento no setor de serviços (1,78%) e no comércio (4,65%), embora a redução na indústria seja mais drástica.

No agregado nacional e, com mais nitidez, no Estado, observa-se o crescimento da participação das empresas de pequeno e médio porte na oferta global do emprego formal. Tem-se assim indícios do avanço dos processos de desverticalização e externalização, e de que parte dos empregos formais extintos nas empresas que passam a externalizar processos ou serviços esteja sendo "recriada" no seu entorno, sob uma forma precarizada – o que se associa ao elevado aumento das ocupações sem registro em carteira. Merece atenção o fato de que a pequena e a média empresa – as quais, no Rio Grande do Sul, concentram uma parcela mais expressiva do emprego formal do que no agregado nacional – ostentam índices mais elevados de rotatividade do trabalho e remunerações mais baixas do que as empresas maiores.

Não obstante as oscilações claramente conjunturais verificadas no volume de emprego durante o período considerado, a tendência detectada é de que o comportamento do mercado de trabalho vá perdendo correspondência relativamente à evolução da atividade econômica, perdendo intensidade sua capacidade de resposta às elevações do produto interno bruto. Este fenômeno está caracterizado com mais nitidez no Rio Grande do Sul do que no agregado nacional e, dentro de cada um desses espaços, é mais pronunciado na indústria de transformação do que no conjunto dos setores de atividade. No Estado, entretanto, a superioridade da variação do produto industrial relativamente à do emprego no setor é menos expressiva do que no país, o que pode indicar um avanço menor na produtividade do trabalho.

Esta correlação entre crescimento econômico, ganhos de produtividade e emprego tem sido um elemento central na discussão sobre os elevados níveis de desocupação de mão-de-

obra que estão se verificando mundialmente. De forma simplificada, a oposição deriva de ênfases diferenciadas conferidas aos elementos explicativos do fenômeno. Numa primeira perspectiva, privilegiam-se os ganhos recentes de produtividade do trabalho como fator de redução – ou restrição de crescimento – da oferta de emprego. Nessa linha de raciocínio, ganham relevo, em primeiro lugar, as inovações tecnológicas – notadamente a automação de base microeletrônica –; em seguida, a multiplicidade de inovações na gestão da firma e a rearticulação das relações interempresarias (quer pela constituição de redes locais, quer pela redefinição dos ganhos de escala e de escopo a partir da formação de blocos e da mundialização); por fim, mudanças significativas nas relações de trabalho. Esse último eixo de transformações se desdobra em duas vertentes contraditórias, mas não raro coexistentes: significativos ganhos de produtividade são obtidos a partir de esquemas de envolvimento, qualificação, e participação dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que incrementos na lucratividade das empresas se viabilizam pelo aumento no grau de exploração do trabalho, seja graças ao recuo que em muitos países, a partir de processos de desregulamentação, vêm sofrendo as garantias institucionais que incidiam sobre as relações de trabalho, seja através da realocização de etapas e processos produtivos em regiões “especializadas” em mão-de-obra barata e menos qualificada.

Numa segunda perspectiva, a ênfase recai sobre a insuficiência do crescimento econômico como fator restritivo da demanda por força de trabalho. Segundo os analistas que sustentam este ponto de vista, os ganhos de produtividade obtidos pelos fatores acima mencionados não têm sido superiores aos que caracterizaram as principais economias capitalistas no período compreendido entre o final da II Guerra e o início da década de 70, quando os países centrais vivenciaram situações próximas ao pleno emprego. Neste sentido, o que estaria aprofundando o problema do desemprego, mais do que uma importante alteração na elasticidade emprego-produto, seriam outros pontos de estrangulamento, de caráter macroeconômico, responsáveis pela manutenção das taxas de crescimento em patamares inferiores aos necessários para a manutenção dos níveis de emprego da “Era de Ouro”.

Neste momento, interessa ressaltar que a problemática do emprego no Brasil dos anos 90 evidencia a complementaridade das duas abordagens acima apresentadas: o comportamento do PIB, após um período de virtual estagnação, traz um incremento significativo no ano de 1994, passando a ostentar variações menos expressivas nos dois anos seguintes. O setor industrial, por sua vez, expõe de forma mais clara a limitada capacidade de expansão produtiva do país em período recente: no ano passado, o índice do PIB industrial não excedia sequer em 2% o índice de 1986.

Os ganhos de produtividade do trabalho que, no país, foram impulsionados em grande parte pela política de abertura econômica, a partir do final dos anos 80, vêm assim somar-se a insuficientes taxas de crescimento do produto, configurando um agravamento do quadro já bastante precário que historicamente caracteriza o mercado de trabalho brasileiro. Se os anos 80 já haviam marcado o estancamento – e mesmo uma parcial reversão – nas tendências de

crescente incorporação de trabalhadores à condição de assalariamento e à integração ao mercado formal de trabalho, a década em curso vê delinear-se com ainda mais nitidez um mercado de trabalho cada vez menos articulado aos setores dinâmicos da economia.

Segundo dados da PNAD, no Rio Grande do Sul, o crescimento de 9,13% que se verifica na ocupação, durante a primeira metade dos anos 90, é tributável em grande parte à expansão de categorias ocupacionais que configuram o trabalho precário, quais sejam: a dos assalariados sem carteira assinada (a qual apresenta um acréscimo de 44,63%, chegando a englobar 10,11% da PEA, em 1995); a dos trabalhadores por conta própria (cujo contingente sofre um incremento de 7,69%, passando a representar 22,33% da PEA); e a dos trabalhadores não-remunerados (cuja participação sobe 10,54%, atingindo 13,06% da PEA na metade da década). Quanto às variações do trabalho doméstico, a PED da Região Metropolitana de Porto Alegre indica uma expansão de 24,77 entre 1993 e 1996%. O emprego assalariado com carteira assinada, por sua vez, recua 6,76%, no período, sendo a única forma de inserção no mercado de trabalho que apresenta variação negativa entre os anos de 1990 e 1995. O desemprego, por sua vez, mantém-se em taxas elevadas e persistentes; o tempo médio de sua duração se eleva; sua incidência sobre chefes de família e cônjuges ganha maior peso.

As duas grandes linhas interpretativas – não propriamente excludentes, mas distintas em suas ênfases – a respeito das causas da insuficiente geração de emprego no contexto atual da economia trazem implicações ulteriores do ponto de vista das estratégias de enfrentamento dessa. A primeira delas tem maior probabilidade de apontar soluções calcadas na "adaptação" da oferta de trabalho à nova configuração do sistema produtivo – o que envolve especialmente as qualificações dos trabalhadores e a dimensão institucional do mercado de trabalho. No segundo caso, ganha destaque o desafio de reconstruir mecanismos regulatórios que, no âmbito de uma economia com alto grau de internacionalização, assegurem a expansão do investimento produtivo.

4.1. POLÍTICAS CENTRADAS NAS VARIÁVEIS INTERNAS AO MERCADO DE TRABALHO

4.1.1. Qualificações

Os estudos a respeito das inovações tecnológicas e organizacionais que, em escala internacional, se disseminam nos sistemas produtivos têm apontado no sentido de uma importante mudança na composição técnica da classe trabalhadora. No setor secundário, a automação de base microeletrônica tem imposto uma mudança na própria concepção do que seja um processo de transformação industrial, sobretudo porque, tendencialmente, a intervenção humana não apenas se restringe como também muda de conteúdo, aproximando-se da atividade de monitoramento de sistemas automatizados. Novas práticas de gestão e de organização do trabalho, que – mesmo sofrendo importantes "filtragens" adaptativas – se difundem com considerável alcance, implicam, também elas, mudanças na inserção do trabalhador no processo

produtivo, impondo requisitos de recrutamento que vão além das variáveis operatórias e privilegiam a capacidade de intervenção ativa do indivíduo em estruturas nas quais as responsabilidades de cada trabalhador são acrescidas e diversificadas.

A importância decrescente da especialização do trabalhador em tarefas manuais parcelares está redefinindo o entendimento do que deva ser o processo de profissionalização da força de trabalho industrial, na medida em que saberes técnicos específicos teriam sua importância dividida com outras habilidades do indivíduo, como a iniciativa, a capacidade de comunicação, o raciocínio lógico-abstrato e a criatividade. A própria rapidez com que, continuamente, as mudanças tecnológicas tendem a suceder-se e a volatilidade dos mercados contemporâneos reforçariam o interesse das empresas mais intensivas em tecnologia em contar com empregados capazes de readaptar-se permanentemente às freqüentes inovações de processo.

Simplificadamente esboçada, essa reorientação nos requisitos para a inserção dos indivíduos nos processos de trabalho industriais contemporâneos tem sido tratada por inúmeros agentes públicos e privados como um elemento já amplamente consagrado, universal e determinante do comportamento global do mercado de trabalho. Nesse sentido, o discurso sobre a "qualificação" da força de trabalho como um imperativo para a geração de empregos encerra algumas imprecisões e exageros, ao mesmo tempo em que aponta para uma dimensão importante da discussão sobre o futuro do mercado de trabalho.

Primeiramente, deve-se considerar que as referências que informam a construção desse tipo ideal do "novo trabalhador" estão excessivamente calcadas nos mais avançados processos de produção industriais. Mesmo desconsiderando-se a grande distância que separa a realidade produtiva e social de um país como o Brasil da *best practice* internacional, deve-se ter presente que, de uma forma geral, a indústria têm perdido relevância do ponto de vista da geração de empregos diretos, tanto em países altamente industrializados como nos países periféricos. A perspectiva de "forjar" domesticamente uma força de trabalho industrial à altura dos requisitos técnicos de um novo paradigma produtivo é, desta forma, uma meta de inegável importância – porém mais pertinente para se garantir a competitividade sistêmica e a geração de riquezas do que para criar empregos propriamente industriais.

Em segundo lugar, ao se tomar a meta de qualificação como ferramenta central de intervenção e superação das adversidades que se aprofundam no mercado de trabalho, corre-se o risco de adotar-se, mesmo que implicitamente, o entendimento de que a insuficiente geração de postos de trabalho, ou a baixa qualidade dos existentes, encontram em variáveis do próprio mercado de trabalho sua determinação principal. A idéia de que uma inadequação na oferta de trabalho seja a causa precípua do desemprego ou da precarização tende a sustentar propostas de equacionamento em que se desconsideram as taxas e o perfil do crescimento econômico, a configuração e os estrangulamentos do sistema produtivo, as estratégias de inserção na divisão internacional do trabalho, a capacitação tecnológica e os mecanismos de distribuição da riqueza nacional, entre outros fatores centrais para assegurar um processo de de-

envolvimento socialmente sustentável.

Neste sentido, quando se constata que, no caso do Rio Grande do Sul, todos os principais setores de atividade econômica sofreram redução em seu estoque de empregos formais durante a década em curso, a perspectiva de qualificar trabalhadores para ocupar potenciais postos de trabalho se torna mais problemática, na medida em que não se vislumbram focos espontâneos de dinamismo econômico. Desta forma, a perspectiva de utilizar a educação profissional como instrumento de geração de empregos só adquire maior consequência se articulada a outras iniciativas, de caráter estratégico, de ativação de novas frentes de expansão do produto.

Ao mesmo tempo, quando se consideram os elevados níveis de rotatividade nos postos formais de trabalho, a disparidade no comportamento do volume de empregos das diferentes atividades econômicas classificadas pelo IBGE (tabela 2 e 3, *supra*), ou o crescente contingente de trabalhadores por conta própria no mercado de trabalho, pode-se perceber que, localizadamente, a oferta de treinamento para reconversão profissional de indivíduos, ou para incremento de sua capacitação para a atividade autônoma, podem se revelar importantes mecanismos de amortecimento dos custos, pessoais e sociais, da instabilidade e da descontinuidade nas trajetórias ocupacionais que tem caracterizado o mercado de trabalho. Da mesma forma, a oferta de cursos de treinamento de mão-de-obra pode ser encarada como um instrumento, entre outros, de apoio a setores de atividade específicos que necessitem reestruturar ou atualizar seus processos produtivos, o que se caracterizaria, do ponto de vista de política pública, como um reforço à competitividade, tanto ou mais do que uma intervenção centrada no mercado de trabalho.

Assim, embora possam ser instrumentos importantes de intervenção localizada, políticas de qualificação que se baseiem em cursos profissionalizantes têm seu alcance sobre a geração de empregos limitado pela própria incerteza quanto às ocupações que o sistema produtivo pode vir a gerar. A "credencial" que vem se mostrando mais importante no sentido de capacitar os indivíduos a disputar em melhores condições o acesso a postos de trabalho de qualidade superior é a **escolaridade**. Em verdade, o sistema formal de ensino é insubstituível para garantir que o indivíduo desenvolva efetivamente as habilidades básicas – lógicas, matemáticas, de expressão – as quais têm sido consideradas requisitos para ingressar nas empresas mais modernas, e que, ademais, podem contribuir para que o indivíduo enfrente com menos dificuldade situações de reconversão profissional.

Neste sentido, os dados a respeito da escolaridade da força de trabalho no Brasil e no Rio Grande do Sul evidenciam um quadro de grande precariedade. A PNAD 95 indica que 53,54% dos brasileiros de 10 anos de idade ou mais não têm sequer cinco anos de estudo; na faixa dos que não cursaram mais do que sete anos estão 72,11% da população em idade ativa do país. Essa mesma distribuição, em nível estadual, indica um percentual bem mais baixo dos que não têm o equivalente ao extinto curso primário (38,76%), mas quando se considera os que não concluíram o número de séries correspondentes ao I Grau, chega-se a um resultado

desconfortavelmente semelhante ao nacional: 69,19%.

Certamente uma população tão subatendida do ponto de vista da educação básica não sustenta idealizações calcadas nas experiências mais avançadas dos processos de produção contemporâneos. Uma política de qualificação da força de trabalho não pode se propor a suprir essa carência de escolaridade. Evidentemente a questão educacional não pode ser reduzida às exigências ou conveniências do sistema produtivo, mas com certeza a educação básica da população constitui-se num fator central da competitividade sistêmica, dotando a força de trabalho de um repertório de competências qualitativamente superior, adaptabilidade e versatibilidade capazes de sustentar estratégias produtivas mais próximas à *high road*.

4.1.2. Desregulamentação

Conforme foi visto no item 1, em nível mundial o enfrentamento da problemática do trabalho contemporâneo tem consagrado como perspectiva hegemônica a noção de que o desemprego e a precarização do trabalho se constituem em disfunções, geradas em grande parte pela rigidez da institucionalidade que, ao longo deste século, foi construída com o objetivo de regulamentar as relações de trabalho. A destruição deste aparato normativo passou a ser um dos preceitos mais difundidos.

No Brasil, esta posição aparece associada ao que tem sido designado como "custo Brasil," expressão que pretende sintetizar uma série de entraves para uma maior competitividade do País no contexto internacional. Em verdade, dentro desta noção de caráter genérico, a ênfase recai sobre o custo do trabalho (leia-se peso dos encargos sociais), argumentando-se que tal peso é muito elevado e portanto deve ser reduzido. Como resultado, haveria uma tendência ao aumento do nível de emprego ao mesmo tempo que os produtos brasileiros teriam maior competitividade no mercado internacional. Tal enfoque tem entre um de seus expoentes J. Pastore (1994 e 1996) e, no plano político, foi consubstanciado em projeto de lei que o governo federal remeteu ao Congresso Nacional.

Sobre o tema, há que qualificar melhor o debate, partindo-se de questões de natureza metodológica até a relação dos encargos com a flexibilização do mercado de trabalho e a competitividade internacional (AMADEO, 1994 e 1995; FIOCCA, 1996 e SANTOS, 1996). Entre os principais pontos desse debate colocam-se os abaixo relacionados.

a. Definição e cálculo dos encargos sociais

A respeito, FIESP e Pastore, por exemplo, consideram encargos sociais todas as despesas incidentes sobre a folha de pagamento das empresas (contratação/demissão), como se fossem de mesma natureza, excetuando-se apenas a unidade salarial. Já, outros autores (Amadeo, Fioca e Santos) propõem a separação entre "encargos" que a rigor devem ser considerados salários, porque beneficiam diretamente o trabalhador (ex. 13o. salário, adicional de 1/3 de férias, repouso semanal remunerado, férias) e os que são contribuições ao sistema de seguridade social (ex. INSS), à formação de mão-de-obra/ ou a entidade governamentais e/ou

empresariais (ex. sistema S), os quais "(...)somente favorecem de forma indireta e não-individualizada o trabalhador." (Santos, 1996)

A partir desses critérios, mais adequados para cálculo dos encargos sociais e que permitem comparações internacionais mais fidedignas, tais autores chagam a valores que variam de 20% a 25% do total da folha, bem abaixo, portanto, das cifras ao redor de 100% estimadas por Pastore/FIESP.

b. Comparações internacionais

Comparações internacionais desmentem o fato de o Brasil ser o "campeão dos encargos sociais". Santos (1996) mostra que a participação dos encargos na folha de pagamentos no Brasil (cerca de 20%), fica abaixo, por exemplo, da Itália, França, Bélgica e Espanha, na Europa, e Uruguai e Argentina, no Mercosul.

Utilizando uma forma ainda mais apropriada para verificar-se o custo do trabalho - custo total da mão de obra -, verifica-se que, no Brasil, o custo/hora na indústria manufatureira (ao redor de US\$ 3,00 - AMADEO,1994; SANTOS, 1996) situa-se bem abaixo da maioria dos países europeus, do Japão e dos EUA, como também de tigres asiáticos como Taiwan e Coréia do Sul, ficando pouco acima do México (US\$ 2,41) Malásia (US\$1,80) e China e Rússia (US\$ 0,54). Tais comparações revelam o baixo custo da mão-de-obra no País, reduzindo a importância da discussão sobre os encargos, a qual, sobrevalorizada, encobre o fato "(...) de que os salários no Brasil ainda são muito baixos e que, mesmo acrescidos de encargos sociais, resultam em baixo custo do trabalho."(Santos, 1996 p. 238).

c. Encargos versus flexibilização e competitividade

Como se observa, as propostas de redução dos encargos como forma de flexibilizar o mercado de trabalho e aumentar a competitividade não encontram respaldo nas comparações internacionais. Quanto ao primeiro aspecto, desconsideram o fato de que o mercado de trabalho brasileiro já é bastante flexível (veja-se a elevada rotatividade da mão-de-obra) o que já permite uma flexibilização dos salários. Resumindo, tais propostas visam a uma desregulamentação do mercado de trabalho e vão "(...) em direção a uma maior exposição dos trabalhadores às flutuações do nível de atividade e aos interesses das empresas em voltar a ajustar o nível de emprego e as formas de remuneração, como nos períodos em que as relações de trabalho eram principalmente definidas pelo mercado, sem passar por restrições legais". (SANTOS, 1996 p.242).

Relativamente à competitividade, pode-se concluir que ela estará baseada no rebaixamento do custo do trabalho, portanto uma "competitividade espúria" (Santos, 1996), baseada em baixos salários. Aqui também tais formulações parecem desconhecer que, conforme Santos (1996 p.221), "As condições de competitividade internacional dos países estão muito mais determinadas, segundo Tavares (1994), pelas condições de competitividade tecnológica e sistêmica, no longo prazo, e pela capacidade das empresas de apropriarem-se de ganhos de

produtividade em função de alterações cambiais e de movimentações financeiras internacionais. Para esta autora, a competitividade das economias e das multinacionais não tem mais como base os custos salariais."

d. Impactos da desregulamentação sobre a força de trabalho

Conforme já mencionado na introdução, a desregulamentação do mercado de trabalho já vem sendo realizada nos países mais industrializados, com efeitos prejudiciais à força de trabalho, que só não têm sido mais dramáticos porque aquelas sociedades haviam alcançado relações de trabalho e padrão de vida elevados, especialmente no período pós-guerra. Quanto a seu propalado efeito gerador de empregos, a própria OCDE reconhece, como coloca Mattoso (1996), "(...) que a geração de empregos não se relaciona positivamente com a redução dos padrões de trabalho e afirma que a flexibilização e o 'rebaixamento das condições de trabalho não tiveram efeitos significativos sobre a competitividade e desempenho comercial dos países que os adotaram' (OCDE, 1994a)".

Em um país como o Brasil seu impacto seria muito mais perverso, dadas as características do mercado de trabalho e o estágio da proteção ao trabalho vigente. A respeito Pochman (1995, p. 231), não obstante reconhecer que o sistema de proteção social no Brasil aproximasse, formalmente, do perfil do welfare state europeu, por exemplo, afirma que "(...) quando analisado pelo aspecto da eficácia e da qualidade dos serviços prestados e ainda dos valores monetários dos benefícios percebidos (...)" revela suas deficiências, em especial quanto a seus possíveis efeitos compensadores "em relação às desigualdades sócio-econômicas e ao problema da pauperização da grande massa da população".

Considerar o custo do trabalho como um dos fatores fundamentais do chamado "custo Brasil", como têm feito certos setores do governo e empresariais é, no mínimo, um grande equívoco. O custo Brasil está sim associado a outros fatores tais como as precárias e inadequadas condições de infra-estrutura (transporte, energia, etc), o baixo nível educacional da força de trabalho e a baixa qualidade da educação em geral, no País. Estes são os problemas que devem ser enfrentados e equacionados por um projeto de desenvolvimento que se quer socialmente sustentável.

4. 2. ELEMENTOS PARA UMA ESTRATÉGIA ALTERNATIVA

4.2.1. Política de defesa do emprego

Soluções voltadas para a questão do emprego-desemprego não podem ficar restritas em medidas direcionadas ao mercado de trabalho (e.g. desregulamentação, flexibilização, qualificação, etc.), pois suas causas são mais amplas e dizem respeito a um conjunto de fatores exógenos ao mercado de trabalho, decorrentes, principalmente, da concorrência desregulada. Nas palavras de Mattoso (1996), a reestruturação do capital "(...) em um quadro geral de globalização financeira, instabilidade econômica e de emergência de uma nova onda

de inovações tecnológicas, produtivas e organizacionais, rompeu com as prevalecentes formas de concorrência e com os instrumentos e mecanismos nacionais e internacionais que as regulavam". A reversão desse quadro deve partir do estabelecimento de uma política nacional de desenvolvimento, direcionada à defesa da produção e do emprego. Isto implica em contrapor-se às propostas que favorecem apenas a adaptação passiva do país ao processo de globalização em curso e às estratégias privadas da concorrência, tomadas como elementos inquestionáveis. Na condução de uma política dessa natureza a esfera pública governamental tem inegável responsabilidade, não obstante reconhecer-se o debilitamento da capacidade de decisão dos estados nacionais em todo esse processo.

Dentro desse marco mais geral de defesa da produção e do emprego, pode-se destacar alguns eixos que deveriam ser contemplados em uma agenda pública para geração de emprego e renda. Embora, tais medidas não têm a capacidade de, isoladamente, resolver o problema do emprego, certamente indicam caminhos possíveis e, não raro, necessários.

- geração de empregos em áreas de infra-estrutura (saneamento, educação, transporte, saúde, etc), o que, além de aumentar a produtividade sistêmica - que é um dos elementos cruciais do "custo Brasil"- tem efeitos importantes sobre a qualidade de vida da população.

- geração de empregos nas áreas menos suscetíveis à competição externa, tais como a de serviços e construção civil (além da própria infra-estrutura, já mencionada), uma vez que naqueles setores mais ligados à concorrência internacional fica mais difícil propor-se políticas de criação de empregos. A título de exemplo, poderiam ser contemplados programas amplos de habitação e saneamento para a população de baixa renda.

- implementação de programas de renda mínima vinculados à educação básica.

- promoção/estímulo no engajamento dos diferentes atores nas políticas de desenvolvimento regional. Nesse sentido é importante o fortalecimento da municipalização, bem como dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e das Câmaras Setoriais, como atores privilegiados para discutir, propor e assumir compromissos públicos (não necessariamente estatais) de defesa da produção e do emprego.

- promover acesso ao crédito para micro-produtores, normalmente excluídos das linhas tradicionais. Veja-se, por exemplo, as experiências de Porto Alegre (Instituição Comunitária de Crédito - ICC) e do Distrito Federal (FUNSOL).

4.2.2. Erradicação do trabalho infantil

O trabalho de crianças e adolescentes apresenta, historicamente, proporções elevadas entre a população ativa do Estado, a exemplo do que ocorre no âmbito nacional. De acordo com dados da PNAD, em 1995 encontravam-se na PEA estadual 23,05% da população entre 10 e 14 anos de idade e mais da metade (53,84%) dos jovens de 15 a 17 anos. Em período mais recente houve aprimoramento da legislação sobre o trabalho infantil, buscando-se proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, consubstanciados na Constituição de 1988 (artigo n. 277) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Ao mesmo tempo, a

inserção precoce dos indivíduos na PEA vem sendo estudada de modo mais sistemático e as precárias condições de trabalho, bem como o elevado nível de exploração a que esse segmento encontra-se submetido, de um modo geral, vem sendo denunciado de maneira ampla, incluindo-se aí organismos internacionais, como a OIT. A partir daí, ações no sentido de erradicar o trabalho infantil vem ocorrendo no país, abrangendo diferentes níveis do poder público e entidades da sociedade civil.

A eliminação do trabalho infantil deve ser meta prioritária de governo e sociedade, visando resgatar a infância, ou seja garantir proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Tal propósito torna-se urgente em nosso país, dado o elevado nível de exploração a que se vê submetido esse contingente, o que é atestado pelas precárias condições de trabalho vigentes: baixos rendimentos, longas jornadas de trabalho e tarefas inapropriadas à tenra idade, afetando a formação integral do indivíduo, sendo comum o atraso e/ou abandono da escola. Além disso, a eliminação do trabalho infantil terá ainda como efeitos positivos:

1. contribuir para a diminuição do elevado grau de pobreza existente no país. Ou seja, à medida que abre-se vagas para o trabalho adulto, que é melhor remunerado, aumenta-se a renda do trabalho.

2. aumentar o número de postos de trabalho para a população adulta. Dadas as altas taxas de desemprego vigentes no país e a elevada participação de chefes de domicílio no contingente de desempregados (% do total de desempregados na RMPA, em 1996 - PED-RMPA) não é lícito a adoção de políticas sociais de abertura de espaço no mercado de trabalho para os contingentes mais jovens. Aos adultos deve ser dada a prioridade para os empregos existentes, maximizando, assim, a renda das famílias mais pobres.

Por fim, dada a associação recorrente entre trabalho infantil e pobreza familiar, a ação do estado e da sociedade deve voltar-se também para a garantia de sobrevivência das famílias pobres que têm crianças e adolescentes. Nesse sentido, já há várias experiências no país, especialmente em nível de município, voltadas à implementação de programas de apoio financeiro a famílias de baixa renda com crianças e adolescentes, conjugando-se o compromisso de manter os filhos na escola. Para isso torna-se também necessário ampliar a cobertura escolar e, em especial, melhorar a qualidade da educação pública, além de proporcionar atividades de lazer para esse segmento da população. Busca-se reduzir a pobreza ao mesmo tempo que garantir educação básica, mobilizando-se - poder público e sociedade - no resgate dos excluídos para a cidadania.

4.3. O EMPREGO COMO DESAFIO PARA O ESTADO¹⁶

Do quadro de referências esboçado anteriormente pode-se destacar uma questão central que diz respeito ao caráter avassalador das transformações em curso. Não estão surgindo

¹⁶ . Texto elaborado pelo consultor do Núcleo Temático, Prof. Dr. Antonio David Cattani

forças sociais oponentes, o movimento sindical encontra-se acuado e sem capacidade de barrar os efeitos mais nefastos do processo. As autoridades políticas e econômicas, com raras exceções, renderam-se ao pensamento único. A política de pleno emprego foi abandonada, ao ponto de ser perguntar se não é apenas uma "reliquia do passado" (OIT, 1997, p.15 a 51). A retirada do Estado corresponde à rendição incondicional às regras do mercado, no qual o mercado de trabalho é entendido como força ou variável independente.

Parece não haver possibilidades de intervenção macroeconômica ou de controle pelas forças sociais a não ser no sentido de ampliar políticas sociais compensatórias que, no quadro atual, reeditariam as práticas de benemerência e de assistencialismo garantindo sobrevivência aos rescapados do embate capital-trabalho. A rendição ao paradigma dominante se manifesta também na busca de paliativos, especialmente no desenvolvimento do Terceiro Setor. A redefinição do papel do Estado, o enfraquecimento do movimento associativo dos trabalhadores, a busca ingênua de alternativas dentro do sistema, contribuem para manter intocados os privilégios nascidos do aumento das desigualdades permanentemente geradas e ampliadas pelo novo paradigma.

Embora sombrio, este quadro em absoluto deve ser considerado uma fatalidade inelutável. Pelo contrário, ele aponta para a urgência de ações que se oponham ao caráter predatório das atuais tendências econômicas, indicando, ao mesmo tempo, para a necessidade de se resgatar a autonomia política para alterar o processo em curso (OIT, 1997, p.11). Nesse sentido, a intervenção do Estado, ou melhor, modificações nas formas de intervenção do Estado aparecem como sendo indispensáveis. A produção desagravada de custos sociais, a liberação financeira e comercial, enfim, a lógica do mercado na sua dimensão globalizada, se expandem segundo interesses cada vez mais elitistas. A intervenção do Estado de orientação neoliberal reforça o sistema de privilégios, favorecendo a concentração de renda e ampliando a concorrência entre os trabalhadores. O resultado óbvio é o aumento das desigualdades e da exclusão social.

Esse processo de dimensões planetárias, é particularmente grave em países como o Brasil, nos quais as desigualdades não foram reduzidas pelo Welfare State. Estudo recente do CESIT dissecou as ações governamentais na década de 90 e comprova o abandono das políticas de emprego que, bem ou mal, buscavam promover a integração e a proteção do trabalhador (Porchmann, 1997). Ao mesmo tempo em que adota uma atitude passiva com relação às práticas de flexibilização adotadas pelas empresas, o Governo promove o fim do "garantismo jurídico" no que se refere à classe trabalhadora. Ou seja, através das ações rescisórias e das cláusulas vinculantes no Direito do Trabalho, liquida os princípios da segurança jurídica como valor fundante do conjunto de direitos da cidadania moderna (Baeta e Genro, 1997).

A rendição às regras do mercado se traduz não apenas no abandono dos princípios da planificação com fins universalizantes, mas, sobretudo, no favorecimento de negócios de poderosos grupos econômicos. Em vários estados da federação está ocorrendo o financiamento público de empreendimentos que contam com a opinião favorável de parcela significativa da

população mas que, apenas aparentemente, representam a vanguarda da modernização produtiva. Na ausência de uma verdadeira política industrial, o Brasil recebe investimentos importantes em ramos industriais tecnologicamente pouco relevantes ou pouco estratégicos.

Apesar da dependência da manutenção de juros altíssimos e da sobrevalorização do câmbio, as medidas tomadas pelo Estado após 1994, tiveram o mérito de estabilizar a moeda e de dinamizar setores antes entravados pela estatização ineficiente e pela proteção garantida pelas reservas de mercado. Entretanto, se os resultados positivos se fazem sentir imediatamente, os impactos negativos explodirão a médio e a longo prazo.

Todas as considerações anteriores apontam para a necessidade de se inverter, urgentemente, o sentido da ação do Estado. Precisa-se de um Estado que capaz de implementar medidas que ataquem os privilégios das elites econômicas, que recupere o sentido universalizante e integrador das políticas nacionais, que recuse o papel subalterno e servil na nova divisão internacional do trabalho.

5. BIBLIOGRAFIA

- AMADEO, Edward J. (1994). O conselho sobre encargos trabalhistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2.2, 04 jun.
- AMADEO, Edward J. (1995). Os encargos trabalhistas e a informalidade. Caderno de Final de Semana. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 17 abr.
- BAETA, H. e GENRO, T (1997). Reforma financeira "via" Judiciário. **Folha de São Paulo**, São Paulo.
- BALTAR, P. e PRONI, M. W. (1996). Sobre o regime de trabalho no Brasil: Rotatividade da m-d-o, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C. A. e MATTOSO, J.D. (orgs.) **Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou Volta ao Passado?** São Paulo: Scritta.
- BOISGALLAIS, Anne-Sophie (1993). **Nike: l'éloge de la loi et de la jungle**. Alternatives Economique. Set-out.
- BOURDIEU, Pierre (1994). **La misère du monde**. Paris: Syros.
- CEPAL (1997). **La brecha de la Equidad**. Santiago.
- CEREO (1997). **Documents**. n. 122, jan.
- DUNLAP, Albert (1996). **Mean business**. Nova York: Times Book.
- FIOCCA, Demian (1996). O que são encargos sociais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2.2, 31 jan.
- FMI (1996). **World Economic Outlook**. Washington, mar.
- FORRESTER, Viviane (1996). **L'horreur économique**. Paris: Fayard.
- GAZETA MERCANTIL (28.04.97). Brasil tem a maior rotatividade de mão-de-obra. São Paulo, p.A-6.
- HARVEY, David (1991). **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola.
- HOBSBAWM, Eric (1977). **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IRES (1992). **Syndicalismes, Dynamique des relations professionnelles**. Paris: Dunod.
- LE MONDE DIPLOMATIQUE (1997). Paris, jan.
- LODI, Élio (1996). **Reestruturação produtiva e o mundo do trabalho**. Palestra do I Encontro do Núcleo

- Interdisciplinar de Estudos, Pesquisa e Extensão na Área do Trabalho. Fortaleza-CE, 27,28 e 29 nov. (Mimeo).
- MARCEL, Bruno e TAÏEB, Jacques (1991). **Le chômage aujourd'hui**. Paris: Nathan.
- MATTOSO, J. e BALTAR, P. (1997). Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Ensaíos FEE**, v.18, n.1 (no prelo).
- MATTOSO, J. E. L. (1996). Emprego e Concorrência Desregulada: Incertezas e Desafios. In: OLIVEIRA, C. A. B. de, MATTOSO, J. E. L., (orgs.) **Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou Volta ao Passado?** São Paulo: Scritta.
- MATTOSO, Jorge (1995). **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta.
- MATTOSO, Jorge (1995). **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Scritta.
- MATTOSO, Jorge (1996). **Transformações estruturais e emprego nos anos 90**. Cadernos do Cesit n. 21. Campinas, out.
- MATTOSO, Jorge et al (1996). **Crise e trabalho no Brasil**. São Paulo: Scritta.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de (1995). A controvérsia sobre o emprego nos países centrais. **Boletim de Conjuntura IEI- UFRJ**, v.15, n.2. Rio de Janeiro, p. 61-64.
- MEREGE, L. (10.06.96). Terceiro setor: nova utopia social? **Folha de São Paulo**, São Paulo.
- MONTAGNER, Paula e BRANDÃO, Sandra M. Chagas (1996). Desemprego: Novos aspectos de um mesmo problema. **São Paulo em Perspectiva**, v.10, n.1. São Paulo, p.36, jan-mar.
- OCDE (1994 e 1995). **Perspectives de l'emploi**. Paris.
- OIT (1996). **World Employment 1996/97: National policies in a global context**. Genebra.
- PASTORE, José (1994). Encargos sociais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2.2, 05 jul.
- PASTORE, José (1996). A batalha dos encargos sociais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2.2, 28 fev.
- PNUD (1994). **Rapport mondial sur le développement humain**. Paris: Economica.
- POCHMANN, Mário (1995). **Políticas do Trabalho e de Garantia de Renda no Capitalismo em Mudança: Um estudo sobre as experiências da França, da Itália e do Brasil desde o segundo pós-guerra aos dias de hoje**. São Paulo: LTR.
- POLANYI, K. (1990). **A grande transformação**. São Paulo: Campus.
- RIFKIN, Jeremy (1996). **O fim dos empregos**. São Paulo: Makros.
- RUBY, C. (1990). **Le champ de bataille post-moderne/néo-moderne**. Paris: l'Harmattan.
- SANTOS, A. L. dos, PPOCHMANN, Márcio (1996). O Custo do Trabalho e a Competitividade Internacional. In: OLIVEIRA, C. A. B. de, MATTOSO, J. E. L., (orgs.) **Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou Volta ao Passado?** São Paulo: Scritta.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994). **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. Porto: Afrontamento.
- SINGER, Paul (1996). Desemprego e Exclusão Social. Mudanças Econômicas e Desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, v.10, n.1. São Paulo, p.3, jan-mar.
- WACQUANT, Loïc (1996). La généralisation de l'insécurité salariale en Amerique. In: **Actes de Recherche en Sciences Sociales**, n. 115, dez.

TABELAS E GRÁFICOS

Item	Descrição	Valor	Porcentagem
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50

...



TABELA 1

TOTAL DE EMPREGADOS FORMAIS POR SETORES (IBGE)

RS - BR - 31/12/1996*

	RS	RS %	BR	BR %
EXTR MINERAL	3.560	0,21	102.469	0,44
IND TRANSF	468.431	27,79	4.730.917	20,31
SERV IND UP	25.189	1,49	352.789	1,51
CONSTR CIVIL	62.379	3,70	1.052.670	4,52
COMÉRCIO	259.653	15,41	3.312.254	14,22
SERVIÇOS	458.383	27,20	7.122.099	30,58
ADM PUBLICA	325.737	19,33	5.392.788	23,15
AGROPECUÁRIA	71.627	4,25	967.059	4,15
OUTROS	-307	-0,02	-1.015	0,00
IGNORADO	10.715	0,64	259.832	1,12
Total	1.685.367	100,00	23.291.862	100,00

fonte dos dados brutos: MTb (Rais 95 e CAGED, Lei 4923/65)

* OBS: os números resultam da atualização, pelo saldo de admissões e desligamentos (CAGED-Módulo), do estoque de empregos em 31/12/95 (RAIS). Tal compatibilização é aproximativa e imperfeita como comprovam os resultados negativos obtidos no "setor" OUTROS.

TABELA 2

ESTOQUES DE EMPREGO EM 1989, 1995 E 1996*, POR ATIVIDADES ECONÔMICAS (IBGE).
PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES NO EMPREGO TOTAL EM 1996 E
RAZÃO ESTOQUE 1996*/1989 -- RIO GRANDE DO SUL

	31/12/89	31/12/95	variação 96	estim.31/12/96*	% em 96	razão 96/89
AGR CR ANIM	28.000	71.705	-1.805	69.900	4,15	2,50
EXTR VEGETAL	718	1.639	-129	1.510	0,09	2,10
PESCA E AGR	604	287	-70	217	0,01	0,36
EXTR MINERAL	5.393	4.067	-507	3.560	0,21	0,66
IND N METAL	15.381	12.566	423	12.989	0,77	0,84
IND METAL	60.802	43.749	-889	42.860	2,54	0,70
IND MECANICA	49.491	36.872	290	37.162	2,20	0,75
IND ELET/COM	14.195	12.968	-665	12.303	0,73	0,87
IND TRANSP	20.967	19.296	-547	18.749	1,11	0,89
IND MADEIRA	19.916	13.711	-803	12.908	0,77	0,65
IND MOBILIAR	21.763	22.832	-302	22.530	1,34	1,04
IND PAPEL	9.785	7.913	-761	7.152	0,42	0,73
IND BORRACHA	6.224	7.809	208	8.017	0,48	1,29
IND COUR/PEL	25.847	20.865	250	21.115	1,25	0,82
IND QUIMICA	20.828	13.429	-473	12.956	0,77	0,62
IND FARM/VET	1.565	1.460	-88	1.372	0,08	0,88
IND PERF/SAB	1.636	3.093	-99	2.994	0,18	1,83
IND PLASTICO	10.983	16.527	790	17.317	1,03	1,58
IND TEXTIL	15.195	7.436	-132	7.304	0,43	0,48
IND VES/CALC	171.130	128.682	-284	128.398	7,62	0,75
IND ALIMENTO	73.141	74.298	-2.369	71.929	4,27	0,98
IND BEBIDAS	11.008	10.083	-1.113	8.970	0,53	0,81
IND FUMO	5.175	5.887	-139	5.748	0,34	1,11
IND EDT/GRAF	12.912	12.989	-421	12.568	0,75	0,97
IND DIVERSAS	19.033	4.236	-1.146	3.090	0,18	0,16
CONSTR CIVIL	52.504	62.880	-501	62.379	3,70	1,19
IND UTIL PUB	20.559	25.685	-496	25.189	1,49	1,23
COM VAREJO	240.649	215.995	-6.502	209.493	12,43	0,87
COM ATACADO	50.979	51.234	-1.074	50.160	2,98	0,98
INST FINANC	61.004	53.646	-4.863	48.783	2,89	0,80
COM/ADM IMOV	13.180	22.294	-97	22.197	1,32	1,68
SER TRANSP	72.245	79.178	-705	78.473	4,66	1,09
SER COMUNIC	11.894	12.789	-1.387	11.402	0,68	0,96
SER ALOJ/ALM	28.274	35.934	-445	35.489	2,11	1,26
SER REP/MANT	11.520	936	-362	574	0,03	0,05
SER PESSOAIS	13.720	4.908	159	5.067	0,30	0,37
SER DOMICIL	16.889	16.402	-496	15.906	0,94	0,94
SER DIVERSAO	6.324	8.051	-246	7.805	0,46	1,23
SER TEC/PROF	27.883	38.969	-733	38.236	2,27	1,37
SER AUXILIAR	88.043	29.792	-3.440	26.352	1,56	0,30
SER SOCIAIS	93.187	40.412	2.342	42.754	2,54	0,46
SER MED/ODON	35.849	71.300	163	71.463	4,24	1,99
SER ENSINO	8.175	53.192	663	53.855	3,20	6,59
ADM PUBLICA	362.286	328.665	-2.928	325.737	19,33	0,90
ORG INTERNAC	0	27	0	27	0,00	#DIV/0!
ATIV N ESPEC	42.681	0	-307	-307	-0,02	-0,01
IGNORADO	0	10.715	0	10.715	0,64	#DIV/0!
Total	1.879.537	1.717.403	-32.036	1.685.367	100	0,90

fonte dos dados brutos: MTb (Rais 95 e CAGED, Lei 4923/65)

* OBS: a estimativa do ano de 1996 foi obtida pela atualização, a partir do saldo de admissões e desligamentos (CAGED-MóduloI), do estoque de empregos em 31/12/95 (RAIS). Tal compatibilização é aproximativa e imperfeita como comprovam os resultados negativos obtidos em algumas atividades.

TABELA 3

ESTOQUES DE EMPREGO EM 1989, 1995 E 1996*, POR ATIVIDADES ECONÔMICAS (IBGE), PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES NO EMPREGO TOTAL EM 1996 E RAZÃO ESTOQUE 1996*/1989 – BRASIL

	31/12/89	31/12/95	variação 96	estim.31/12/96*	% em 96	razão 96/89
AGR CR ANIM	360.073	968.701	-34.673	934.028	4,01	2,59
EXTR VEGETAL	18.463	21.847	-668	21.179	0,09	1,15
PESCA E AGR	7.431	12.008	-156	11.852	0,05	1,59
EXTR MINERAL	149.264	107.331	-4.862	102.469	0,44	0,69
IND N METAL	361.236	238.567	-2.452	236.115	1,01	0,65
IND METAL	678.820	513.261	-15.990	497.271	2,13	0,73
IND MECANICA	443.956	297.781	-17.650	280.131	1,20	0,63
IND ELET/COM	372.935	213.638	-6.837	206.801	0,89	0,55
IND TRANSP	427.504	316.474	-19.642	296.832	1,27	0,69
IND MADEIRA	221.506	185.337	-4.909	180.428	0,77	0,81
IND MOBILIAR	173.184	145.421	2.073	147.494	0,63	0,85
IND PAPEL	142.966	130.693	-6.386	124.307	0,53	0,87
IND BORRACHA	82.140	78.462	-5.891	72.571	0,31	0,88
IND COUR/PEL	66.301	64.572	-1.178	63.394	0,27	0,96
IND QUIMICA	274.381	190.972	-6.812	184.160	0,79	0,67
IND FARM/VET	62.936	51.165	18	51.183	0,22	0,81
IND PERF/SAB	35.916	61.576	1.212	62.788	0,27	1,75
IND PLASTICO	208.772	182.512	-1.106	181.406	0,78	0,87
IND TEXTIL	469.465	296.703	-11.832	284.871	1,22	0,61
IND VES/CALC	713.119	582.353	-15.585	566.768	2,43	0,79
IND ALIMENTO	798.235	879.795	-19.311	860.484	3,69	1,08
IND BEBIDAS	151.129	171.054	-3.631	167.423	0,72	1,11
IND FUMO	19.868	20.897	-1.526	19.371	0,08	0,97
IND EDT/GRAF	199.141	186.863	-4.507	182.356	0,78	0,92
IND DIVERSAS	248.129	73.086	-8.323	64.763	0,28	0,26
CONSTR CIVIL	1.078.332	1.072.049	-19.379	1.052.670	4,52	0,98
IND UTIL PUB	315.006	368.749	-15.960	352.789	1,51	1,12
COM VAREJO	2.551.353	2.696.871	-9.162	2.687.709	11,54	1,05
COM ATACADO	613.664	632.416	-7.871	624.545	2,68	1,02
INST FINANC	863.499	704.417	-58.432	645.985	2,77	0,75
COM/ADM IMOV	165.202	382.480	1.619	384.099	1,65	2,33
SER TRANSP	1.023.645	1.142.947	-6.380	1.136.567	4,88	1,11
SER COMUNIC	181.641	204.326	-8.238	196.088	0,84	1,08
SER ALOJ/ALM	503.964	579.162	-7.152	572.010	2,46	1,14
SER REP/MANT	173.563	8.203	-4.260	3.943	0,02	0,02
SER PESSOAIS	142.279	82.564	-264	82.300	0,35	0,58
SER DOMICIL	501.536	367.997	2.090	370.087	1,59	0,74
SER DIVERSAO	77.322	96.884	-244	96.640	0,41	1,25
SER TEC/PROF	426.592	657.000	-2.585	654.415	2,81	1,53
SER AUXILIAR	1.251.601	599.094	-36.929	562.165	2,41	0,45
SER SOCIAIS	1.128.315	604.103	44.348	648.451	2,78	0,57
SER MED/ODON	347.583	876.880	8.321	885.201	3,80	2,55
SER ENSINO	210.490	868.859	12.663	881.522	3,78	4,19
ADM PUBLICA	5.539.313	5.398.245	-5.457	5.392.788	23,15	0,97
ORG INTERNAC	0	2.588	38	2.626	0,01	#DIV/0!
ATIV N ESPEC	704.783	0	-1.015	-1.015	0,00	0,00
IGNORADO	0	259.832	0	259.832	1,12	#DIV/0!
Total	24.486.553	23.596.735	-304.873	23.291.862	100	0,95

fonte dos dados brutos: MTb (Rais 95 e CAGED, Lei 4923/65)

* OBS: a estimativa do ano de 1996 foi obtida pela atualização, a partir do saldo de admissões e desligamentos (CAGED-Módulo), do estoque de empregos em 31/12/95 (RAIS).

Tal compatibilização é aproximativa e imperfeita como comprovam os resultados negativos obtidos em algumas atividades.

TABELA 4
ESTOQUES DE EMPREGOS FORMAIS POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA E TOTAL
RIO GRANDE DO SUL - 1986-1996*

	extr. mineral	ind. transform.	serv ind up	constr.civil	comércio	serviços	adm.pública	agropec.	outros	ignorado	total
1986	6.468	568.904	21.650	38.786	276.896	445.895	373.757	18.292	6.496		1.757.144
1987	6.529	557.232	21.913	36.325	273.337	460.254	374.677	22.219	8.628		1.761.114
1988	6.420	571.642	20.977	43.675	285.065	474.825	393.127	22.350	16.040		1.834.121
1989	5.393	586.977	20.559	52.504	291.628	488.187	362.286	29.322	42.681		1.879.537
1990	5.999	507.207	21.758	43.475	268.983	466.720	350.194	28.535	76.115		1.768.985
1991	5.389	476.486	22.646	38.140	245.002	447.502	336.346	27.282	91.753		1.690.546
1992	5.311	482.386	20.886	39.462	234.323	436.514	322.935	35.729	114.518	1.128	1.693.192
1993	5.292	504.940	19.969	41.341	239.582	440.520	79.007	38.994	402.119	1.538	1.773.302
1994	5.441	486.671	20.110	36.347	240.827	407.531	75.322	20.731	426.935	64.994	1.784.909
1995	4.067	476.701	25.685	62.880	267.229	467.830	328.665	73.631	0	10.715	1.717.403
1996*	3.560	468.431	25.189	62.379	259.653	458.383	325.737	71.627	-307	10.715	1.685.367

fonte dos dados brutos: MTb (Rais 86 a 95 e CAGED, Lei 4923/65)

* OBS: a estimativa do ano de 1996 foi obtida pela atualização, a partir do saldo de admissões e desligamentos (CAGED-Módulo), do estoque de empregos em 31/12/95 (RAIS).

Tal compatibilização é aproximativa e imperfeita como comprovam os resultados negativos obtidos no setor "outros".

TABELA 5
ESTOQUES DE EMPREGOS FORMAIS POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA E TOTAL
BRASIL - 1986-1996*

	extr. mineral	ind. transform.	serv. ind. u. p.	constr. civil	comércio	serviços	adm. públ.	agropec.	outros	ignorados	total
1986	152.353	5.985.585	288.406	994.672	2.877.158	6.217.617	5.278.386	269.577	100.073		22.163.827
1987	161.055	5.837.800	300.575	966.111	2.919.157	6.553.263	5.450.839	303.231	125.755		22.617.787
1988	155.757	5.870.602	293.965	1.052.423	3.007.602	6.789.057	5.931.285	302.670	258.218		23.661.579
1989	149.264	6.151.639	315.006	1.078.332	3.165.017	6.997.232	5.539.313	385.967	704.783		24.486.553
1990	130.875	5.464.436	323.392	959.341	2.979.260	6.448.719	5.280.183	372.960	1.239.490		23.198.656
1991	123.408	5.106.018	320.281	975.256	2.812.584	6.364.363	5.195.091	364.998	1.742.285		23.004.264
1992	115.447	4.713.262	317.659	903.982	2.644.743	6.143.231	4.595.541	471.394	2.041.123	326.461	22.272.798
1993	115.077	4.771.353	310.969	890.334	2.732.735	6.129.271	4.543.831	506.334	2.859.235	305.888	23.165.027
1994	105.555	4.813.577	308.607	789.400	2.797.717	5.904.461	4.463.083	297.539	3.303.128	884.174	23.667.241
1995	107.331	4.881.182	368.749	1.072.049	3.329.287	7.177.504	5.398.245	1.002.556	0	259.832	23.596.735
1996*	102.469	4.730.917	352.789	1.052.670	3.312.254	7.122.099	5.392.788	967.059	-1.015	259.832	23.291.862

fonte dos dados brutos: MTb (Rais 86 a 95 e CAGED, Lei 4923/65)

* OBS: a estimativa do ano de 1996 foi obtida pela atualização, a partir do saldo de admissões e desligamentos (CAGED-Módulo), do estoque de empregos em 31/12/95 (RAIS).
 Tal compatibilização é aproximativa e imperfeita como comprovam os resultados negativos obtidos no setor "outros".

TABELA 6

EMPREGADOS POR PORTE DE EMPRESA SEGUNDO O TEMPO DE SERVIÇO
RIO GRANDE DO SUL - 1995 (trabalhadores em atividade em 31/12) - %

	ATE 4	DE 5 A 9	DE 10 A 19	DE 20 A 49	DE 50 A 99	DE 100 A 249	DE 250 A 499	DE 500 A 999	1000 OU MAIS	Total
0,0 2,9 M	11,78	11,85	11,68	10,80	10,32	10,10	8,22	6,82	2,51	8,57
3,0 5,9 M	11,17	10,18	9,39	8,58	8,03	7,43	6,91	4,69	3,08	7,16
6,0 11,9 M	20,08	18,77	17,41	16,20	16,32	14,51	13,59	12,31	6,02	13,97
1,0 1,9 A	20,18	18,98	18,15	16,92	16,68	15,20	14,22	13,78	8,83	15,04
2,0 2,9 A	11,01	11,02	10,57	10,26	10,40	10,09	9,55	9,50	7,83	9,77
3,0 4,9 A	10,75	10,92	11,01	11,19	11,59	12,31	13,22	12,78	12,04	11,83
5,0 9,9 A	10,36	11,64	12,61	14,16	14,79	17,06	18,57	19,29	21,89	16,41
10 OU + A	4,59	6,57	9,08	11,79	11,73	13,19	15,58	20,77	37,76	17,17
Ignorado	0,08	0,07	0,09	0,10	0,12	0,11	0,13	0,05	0,05	0,09
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

fonte dos dados brutos: MTb (RAIS 95)

TABELA 7
EMPREGADOS POR SETOR DE ATIVIDADE SEGUNDO O TEMPO DE SERVIÇO
RIO GRANDE DO SUL - 1995 (trabalhadores em atividade em 31/12) - %

	EXTR MINERAL	IND TRANSF	SERV IND UP	CONSTR CIVIL	COMERCIO	SERVICIOS ADM PUBLICA	AGROPECUARIA	Total*
0,0 2,9 M	6,34	9,51	2,13	20,44	12,38	9,11	1,13	10,49
3,0 5,9 M	7,47	7,91	2,12	15,20	9,28	7,87	1,67	9,06
6,0 11,9 M	13,01	16,73	4,58	21,85	17,86	14,40	5,36	13,60
1,0 1,9 A	14,97	17,91	6,46	16,74	19,24	14,03	8,71	16,97
2,0 2,9 A	10,99	11,06	1,64	8,23	11,40	8,90	8,62	10,18
3,0 4,9 A	12,37	13,46	7,00	8,20	11,69	10,55	12,28	12,72
5,0 9,9 A	18,37	15,54	12,37	6,77	12,56	16,47	23,25	15,01
10 OU + A	16,45	7,79	63,62	2,35	5,53	18,57	38,94	11,87
Ignorado	0,02	0,09	0,09	0,21	0,06	0,10	0,04	0,10
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

fonte dos dados brutos: MTb (RAIS 95)

* Inclui os registros com setor de atividade ignorado, não listados na tabela

TABELA 8
EMPREGADOS POR SETOR DE ATIVIDADE SEGUNDO O TEMPO DE SERVIÇO
BRASIL - 1995 (trabalhadores em atividade em 31/12) - %

	EXTR MINERAL	IND TRANSF	SERV IND UP	CONSTR CIVIL	COMERCIO	SERVICIOS	ADM PUBLICA	AGROPECUARIA	Total*
0,0 2,9 M	6,68	8,10	3,15	20,52	12,53	9,35	0,91	11,03	8,10
3,0 5,9 M	7,05	8,11	2,48	16,54	11,24	8,75	1,71	11,32	7,74
6,0 11,9 M	12,88	16,76	4,93	20,22	19,21	15,37	5,98	16,89	14,19
1,0 1,9 A	13,24	16,45	5,28	15,28	19,40	14,32	8,82	16,56	14,23
2,0 2,9 A	8,94	9,69	2,86	7,17	10,73	8,64	7,63	9,33	8,81
3,0 4,9 A	12,71	12,08	5,96	8,31	11,26	11,22	11,44	10,80	11,22
5,0 9,9 A	20,73	17,63	21,30	7,57	11,22	16,17	23,31	13,63	16,99
10 OU + A	17,66	11,15	54,02	4,22	4,37	16,08	40,13	10,36	18,64
Ignorado	0,11	0,05	0,03	0,16	0,05	0,10	0,08	0,09	0,08
Total	100,00	99,97	100,00	99,83	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

fonte dos dados brutos: MTb (RAIS 95)

* Inclui os registros com setor de atividade ignorado, não listados na tabela

TABELA 9
REMUNERAÇÃO MÉDIA POR PORTE DE EMPRESA -- BRASIL E
ESTADOS SELECIONADOS, 1995

n. empreg.	zero	de 1 a 4	de 5 a 9	de 10 a 19	de 20 a 49	de 50 a 99	de 100 a 249	de 250 a 499	de 500 a 999	de 1000 ou mais	total
R.G DO SUL	0,00	2,29	3,40	4,66	5,47	5,46	5,59	5,18	5,35	7,63	5,33
BRASIL (total)	6,96	2,97	3,62	4,40	5,08	5,42	5,67	5,86	6,68	7,36	5,78
CEARA	0,00	1,67	2,58	3,36	3,55	3,52	4,46	3,90	3,38	4,67	3,84
BAHIA	0,00	1,80	2,49	3,65	4,31	4,67	4,67	4,87	5,08	5,95	4,65
MINAS GERAIS	0,00	1,73	2,45	3,36	4,04	4,30	4,55	5,05	5,48	8,18	4,85
RIO DE JANEIRO	0,00	2,24	2,78	3,69	4,93	5,63	6,08	7,08	8,08	8,38	6,06
SAO PAULO	6,96	5,42	5,51	5,85	6,33	6,80	6,99	7,67	8,26	8,68	6,92
PARANA	0,00	2,10	3,08	4,12	4,77	5,06	5,10	5,01	6,36	7,58	5,15
ST CATARINA	0,00	2,43	3,31	4,21	4,67	5,24	5,94	6,14	6,18	7,89	5,42

fonte dos dados brutos: MTb (RAIS 95)

NOTAS: 1) remunerações do mês de dezembro (em múltiplos do salário mínimo)

2) trabalhadores em atividade em 31/12)

TABELA 10
REMUNERAÇÃO MÉDIA POR TEMPO DE SERVIÇO DO TRABALHADOR -- BRASIL E
ESTADOS SELECIONADOS, 1995

/meses	até 2,9	3,0 a 5,9	6,0 a 11,9	12,0 a 23,9	24,0 a 35,9	36,0 a 59,9	60,0 a 119,9	120 ou mais	ignorado	total
R.G. DO SUL	2,88	3,49	3,43	3,76	4,41	4,73	6,11	10,44	2,61	5,33
BRASIL (total)	3,33	3,57	3,72	4,07	4,79	5,28	6,72	10,57	2,68	5,78
CEARA	2,16	2,25	2,28	2,39	2,75	3,18	3,59	6,63	0,86	3,84
BAHIA	2,49	2,71	2,7	2,9	3,57	3,94	4,94	7,59	5,69	4,65
MINAS GERAIS	2,43	2,68	2,85	3,19	3,89	4,5	5,76	10,26	2	4,85
RIO DE JANEIRO	3,13	3,49	3,57	3,96	4,83	5,23	6,77	11,43	3,74	6,06
SÃO PAULO	4,47	4,51	4,61	5,13	5,97	6,51	8,77	13,95	3,82	6,92
PARANA	2,82	3,09	3,07	3,53	4,19	4,63	6,47	11,08	2,04	5,15
ST CATARINA	2,84	3,36	3,37	3,75	4,38	5	6,55	11,93	3,18	5,42

fonte dos dados brutos: MTb (RAIS 95)

NOTAS: 1) remunerações do mês de dezembro (em múltiplos do salário mínimo)

2) trabalhadores em atividade em 31/12)

TABELA 11
REMUNERAÇÃO MÉDIA POR SETOR DE ATIVIDADE -- BRASIL E
ESTADOS SELECIONADOS, 1995

	Extr mineral	Ind transf	Serv ind up	Constr civil	Comércio	Serviços	Adm Pública	Agropecuaria	Ignorado	Total
R G DO SUL	4,25	4,72	8,77	3,51	3,88	6,75	6,04	3,08	2,75	5,33
BRASIL (total)	6,35	6,28	12,08	4,17	3,83	6,47	6,23	2,69	2,51	5,78
CEARA	1,96	2,63	9,85	2,45	2,75	4,69	4,15	2,75	1,46	3,84
BAHIA	8,95	6,12	11,28	3,59	2,67	5,6	4,5	1,89	1,88	4,65
MINAS GERAIS	7,81	4,96	13,19	3,49	2,94	5,5	6,02	2,04	2,1	4,85
RIO DE JANEIRO	8,17	6,2	8,42	4,34	3,68	6,48	7,7	2,58	2,67	6,06
SÃO PAULO	5,3	8,35	13,92	5,14	4,9	7,33	6,6	2,86	3,78	6,92
PARANA	3,02	4,59	19,52	3,66	3,57	5,88	5,97	2,39	2,46	5,15
ST CATARINA	4,79	4,96	11,02	3,15	3,69	6,21	6,82	6,48	2,56	5,42

fonte dos dados brutos: MTb (RAIS 95)

NOTAS: 1) remunerações do mês de dezembro (em múltiplos do salário mínimo)

2) trabalhadores em atividade em 31/12)

Tabela 12

Distribuição percentual da população em Idade Ativa, da População Economicamente Ativa e dos inativos e taxas de participação, segundo atributos pessoais, no RS - 1995 %

POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA

ATRIBUTOS PESSOAIS	Total	População economicamente ativa			Inativos (10 anos e mais)	TAXA DE PARTICIPAÇÃO
		Total	Ocupados	Desempregados		
Total	100	100	100	100	100	67,79
Homens	47,99	55,69	56,08	48,43	31,79	78,66
Mulheres	52,01	44,31	43,92	51,57	68,21	57,75
Idade						
10 a 17 anos	19,04	9,56	8,85	-	38,99	34,03
18 a 24 anos	13,09	14,92	14,16	-	9,25	77,24
25 a 39 anos	30,43	38,39	38,74	-	13,67	85,53
40 anos e mais	37,44	37,13	38,25	-	38,09	67,23
Situação do domicílio						
Urbano	78,99	73,78	72,64	-	89,93	63,32
Rural	21,01	26,22	27,36	-	10,07	84,57
Escolaridade						
Sem instrução e menos de 1 ano	8,09	6,66	6,78	-	11,12	55,75
1 a 3 anos	16,07	13,20	13,39	-	22,09	55,71
4 a 7 anos	45,04	45,28	45,45	-	44,53	68,15
8 a 10 anos	13,54	13,93	13,41	-	12,73	69,72
11 a 14 anos	12,54	14,80	14,70	-	7,78	80,01
15 anos ou mais	4,51	5,88	6,04	-	1,61	88,51
Não determinados e sem declaração	0,22	0,25	0,23	-	0,15	77,96

FONTE: Tabela 12.1

Tabela 12.1

Distribuição da população em Idade Ativa, da População Economicamente Ativa e dos inativos e taxas de participação, segundo atributos pessoais, no RS - 1995

ATRIBUTOS PESSOAIS	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA				TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)
	Total	População economicamente ativa		Inativos (10 anos e mais)	
	Total	Ocupados	Desempregados		
Total	7.805.755	5.022.086	259.157	2.514.512	67,79
Homens	3.745.972	2.816.315	130.364	799.293	78,66
Mulheres	4.059.783	2.205.771	138.793	1.715.219	57,75
Idade					
10 a 17 anos	1.486.189	444.357	-	980.406	34,03
18 a 24 anos	1.021.905	710.976	-	232.623	77,24
25 a 39 anos	2.375.221	1.945.608	-	343.738	85,53
40 anos e mais	2.922.440	1.921.145	-	957.745	67,23
Situação do domicílio					
Urbano	6.165.494	3.648.058	-	2.261.367	63,32
Rural	1.640.261	1.374.028	-	253.145	84,57
Escolaridade					
Sem instrução e menos de 1 ano	631.735	340.685	-	279.539	55,75
1 a 3 anos	1.254.043	672.407	-	555.464	55,71
4 a 7 anos	3.515.576	2.282.503	-	1.119.588	68,15
8 a 10 anos	1.057.167	673.520	-	320.152	69,72
11 a 14 anos	978.588	738.173	-	195.649	80,01
15 anos ou mais	351.773	303.287	-	40.402	88,51
Não determinados e sem declaração	16.873	11.511	-	3.718	77,96

Tabela 13

Pessoas de 10 anos ou mais de idade,
ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação. no RS - 1995

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	TOTAL	PART. (%)
Total	5.022.086	100,00
Empregados	2.332.255	46,44
Com carteira	1.530.467	30,47
Militares e func. públ. estatutários	294.052	5,86
Outros (sem carteira)	507.736	10,11
Trabalhadores domésticos	341.082	6,79
Com carteira	109.837	2,19
Sem carteira	231.245	4,60
Conta própria	1.121.191	22,33
Empregadores	230.905	4,60
Não remunerados	655.971	13,06
Trab. produção p/ próprio consumo	332.745	6,63
Trab. construção p/ próprio uso	7.937	0,16

FONTE: PNAD/IBGE

Tabela 14

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação segundo os ramos de atividade do trabalho principal, no RS - 1995 %

RAMOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL	Total	Empregados			Trabalhadores Domésticos		Conta Própria		Empregadores Remunerados		Trabalhadores Não Remunerados		Trabalhadores em Produção p/ Consumo Próprio		Trabalhadores em Construção p/ uso Próprio	
		Total	Empregados	Trabalhadores Domésticos	Conta Própria	Empregadores Remunerados	Trabalhadores Não Remunerados	Trabalhadores em Produção p/ Consumo Próprio	Trabalhadores em Construção p/ uso Próprio							
Total	100	46,44	6,79	22,33	4,60	13,06	6,63	0,16								
Agrícola	100	12,38	-	26,14	3,03	35,68	22,76	-								
Não Agrícola	100	60,51	9,93	20,18	5,28	3,86	-	0,23								
Outras atividades ou não declaradas	100	57,95	-	36,60	4,07	1,38	-	-								

FONTE: Tabela 14.1

Tabela 14.1

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação segundo os ramos de atividade do trabalho principal, no RS - 1995

RAMOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL	Total	Trabalhadores Domésticos		Conta Própria	Empregadores	Não Remunerados	Trabalhadores	
		Empregados	Trabalhadores				Produção p/ Consumo Próprio	Trabalhadores p/ Construção uso Próprio
Total	5.022.086	2.332.255	341.082	1.121.191	230.905	655.971	332.745	7.937
Agrícola	1.461.702	181.002	-	382.156	44.266	521.533	332.745	-
Indústria de Transformação	804.487	662.687	-	58.496	56.846	26.458	-	-
Indústria da Construção	237.125	116.425	-	95.817	11.225	5.721	-	7.937
Outras atividades industriais	51.416	43.908	-	5.577	572	1.359	-	-
Comércio de Mercadorias	556.751	302.262	-	161.456	43.123	49.910	-	-
Prestação de Serviços	829.728	190.518	341.082	235.483	32.680	29.965	-	-
Serviços auxiliares da atividade econômica	174.200	88.380	-	65.080	17.808	2.932	-	-
Transporte e comunicação	159.188	111.344	-	38.616	7.654	1.574	-	-
Social	413.109	355.117	-	32.892	11.656	13.444	-	-
Administração Pública	209.735	208.377	-	-	-	1.358	-	-
Outras Atividades								
atividades mal definidas ou não declaradas	124645	72235	-	45618	5075	1717	-	-

FONTE: PNAD - IBGE

Tabela 14.2

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação segundo os ramos de atividade do trabalho principal, no RS - 1995

%

RAMOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL	Total	Trabalhadores Domésticos		Trabalhadores Conta Própria		Empregadores		Não Remunerados		Trabalhadores	
		Empregados	Domésticos	Própria	Empregadores	Remunerados	Consumo Próprio	Produção p/ Consumo Próprio	Trabalhadores	Trabalhadores	
Total	100	46,44	6,79	22,33	4,60	13,06	6,63	0,16	-	-	
Agrícola	100	12,38	-	26,14	3,03	35,68	22,76	-	-	-	
Indústria de Transformação	100	82,37	-	7,27	7,07	3,29	-	-	-	-	
Indústria da Construção	100	49,10	-	40,41	4,73	2,41	-	-	-	3,35	
Outras atividades industriais	100	85,40	-	10,85	1,11	2,64	-	-	-	-	
Comércio de Mercadorias	100	54,29	-	29,00	7,75	8,96	-	-	-	-	
Prestação de Serviços	100	22,96	41,11	28,38	3,94	3,61	-	-	-	-	
Serviços auxiliares da atividade econômica	100	50,73	-	37,36	10,22	1,68	-	-	-	-	
Transporte e comunicação	100	69,94	-	24,26	4,81	0,99	-	-	-	-	
Social	100	85,96	-	7,96	2,82	3,25	-	-	-	-	
Administração Pública	100	99,35	-	-	-	0,65	-	-	-	-	
Outras Atividades											
atividades mal definidas ou não declaradas	100	57,95	-	36,60	4,07	1,38	-	-	-	-	

Fonte: Tabela 14.1

Tabela 14.3

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação segundo os ramos de atividade do trabalho principal

RAMOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL	Empregados		Trabalhadores Domésticos		Conta Própria		Empregadores		Trabalhadores Não Remunerados		Trabalhadores Produção p/ Consumo Próprio		Trabalhadores Construção p/ uso Próprio	
	Total	Empregados	Trabalhadores Domésticos	Conta Própria	Empregadores	Trabalhadores Não Remunerados	Trabalhadores Produção p/ Consumo Próprio	Trabalhadores Construção p/ uso Próprio						
Total	5.022.086	2.332.255	341.082	1.121.191	230.905	655.971	332.745	7.937						
Agrícola	1.461.702	181.002	-	382.156	44.286	521.533	332.745	-						
Não Agrícola	3.435.739	2.079.018	-	693.417	181.564	132.721	-	-						
Outras atividades mal definidas ou não declaradas	124.645	72.235	-	45.618	5.075	1.717	-	-						

FONTE: Tabela 14.1

Tabela 14.4

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação segundo os ramos de atividade do trabalho principal, no RS - 1995

RAMOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL	Empregados		Trabalhadores Domésticos		Conta Própria		Empregadores		Trabalhadores Não Remunerados		Trabalhadores Produção p/ Consumo Próprio		Trabalhadores Construção p/ uso Próprio	
	Total	Empregados	Trabalhadores Domésticos	Conta Própria	Empregadores	Trabalhadores Não Remunerados	Trabalhadores Produção p/ Consumo Próprio	Trabalhadores Construção p/ uso Próprio						
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00						
Agrícola	29,11	7,76	-	34,08	19,17	79,51	100,00	-						
Não Agrícola	68,41	89,14	-	61,85	78,63	20,23	-	-						
Outras atividades mal definidas ou não declaradas	2,48	3,10	-	4,07	2,20	0,26	-	-						

FONTE: Tabela 14.3

Tabela 15

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação segundo os ramos de atividade do trabalho principal, no RS - 1995 %

RAMOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL	Total		Trabalhadores Domésticos		Conta Própria	Empregadores	Não Remunerados		Trabalhadores em Construção p/ uso Próprio
	Empregados	100,00	Trabalhadores Domésticos	100,00			Remunerados	100,00	
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Indústria de Transformação	23,42	31,88	-	8,44	31,31	19,94	-	-	-
Indústria da Construção	6,90	5,60	-	13,82	6,18	4,31	-	-	100,00
Outras atividades industriais	1,50	2,11	-	0,80	0,32	1,02	-	-	-
Comércio de Mercadorias	16,20	14,54	-	23,28	23,75	37,61	-	-	-
Prestação de Serviços	24,15	9,16	100,00	33,96	18,00	22,58	-	-	-
Serviços auxiliares da atividade econômica	5,07	4,25	-	9,39	9,81	2,21	-	-	-
Transporte e comunicação	4,63	5,36	-	5,57	4,22	1,19	-	-	-
Social	12,02	17,08	-	4,74	6,42	10,13	-	-	-
Administração Pública	6,10	10,02	-	-	-	1,02	-	-	-

FONTE: Tabela 15.1

Tabela 15.1

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação segundo os ramos de atividade do trabalho principal, no RS - 1995

RAMOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL	Empregados			Trabalhadores Domésticos		Conta Própria	Empregadores	Não Remunerados		Trabalhadores em Construção p/ uso Próprio
	Total	Empregados	Trabalhadores Domésticos	Trabalhadores Domésticos	Empregadores					
Total	3.435.739	2.079.018	341.082	693.417	181.564	132.721	7.937			
Indústria de Transformação	804.487	662.687	-	58.496	56.846	26.458	-			
Indústria da Construção	237.125	116.425	-	95.817	11.225	5.721	7.937			
Outras atividades industriais	51.416	43.908	-	5.577	572	1.359	-			
Comércio de Mercadorias	556.751	302.262	-	161.456	43.123	49.910	-			
Prestação de Serviços	829.728	190.518	341.082	235.483	32.680	29.965	-			
Serviços auxiliares da atividade econômica	174.200	88.380	-	65.080	17.808	2.932	-			
Transporte e comunicação	159.188	111.344	-	38.616	7.654	1.574	-			
Social	413.109	355.117	-	32.892	11.656	13.444	-			
Administração Pública	209.735	208.377	-	-	-	1.358	-			

FONTE: Tabela 14.1

Tabela 15.2

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação segundo os ramos de atividade do trabalho principal, no RS - 1995

RAMOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL	Total		Empregados		Trabalhadores Domésticos		Conta Própria		Empregadores		Não Remunerados		Trabalhadores	
	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Agrícola	29,11	7,76	-	34,08	19,17	79,51	-	100,00	-	-	-	-	-	100,00
Indústria de Transformação	16,02	28,41	-	5,22	24,62	4,03	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria da Construção	4,72	4,99	-	8,55	4,86	0,87	-	-	-	-	-	-	-	100,00
Outras atividades Industriais	1,02	1,88	-	0,50	0,25	0,21	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio de Mercadorias	11,09	12,96	-	14,40	18,68	7,61	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de Serviços	16,52	8,17	100,00	21,00	14,15	4,57	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços auxiliares da atividade econômica	3,47	3,79	-	5,80	7,71	0,45	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte e comunicação	3,17	4,77	-	3,44	3,31	0,24	-	-	-	-	-	-	-	-
Social	8,23	15,23	-	2,93	5,05	2,05	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Pública	4,18	8,93	-	-	-	0,21	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Atividades														
atividades mal definidas ou não declaradas	2,48	3,10	-	4,07	2,20	0,26	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Tabela 14.1

Tabela 16

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação segundo os ramos de atividade do trabalho principal, no RS - 1995

RAMOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL	Total	Empregados			Trabalhadores Domésticos		Conta Própria		Empregadores		Não Remunerados		Trabalhadores		Trabalhadores em Construção p/ uso Próprio
		Total	Empregados	Trabalhadores Domésticos	Trabalhadores Domésticos	Conta Própria	Empregadores	Remunerados	Consumo Próprio	Produção p/ Consumo Próprio					
Total	100	46,44	6,79	22,33	4,60	13,06	6,63	0,16							
Agrícola	100	12,38	-	26,14	3,03	35,68	22,76	-							
Indústria de Transformação	100	82,37	-	7,27	7,07	3,29	-								
Indústria da Construção	100	49,19	-	40,41	4,73	2,41	-						3,35		
Outras atividades industriais	100	85,40	-	10,85	1,11	2,64	-						-		
Comércio de Mercadorias	100	54,29	-	29,00	7,75	8,96	-						-		
Prestação de Serviços	100	22,96	41,11	28,38	3,94	3,61	-						-		
Serviços auxiliares da atividade econômica	100	50,73	-	37,36	10,22	1,68	-						-		
Transporte e comunicação	100	69,94	-	24,26	4,81	0,99	-						-		
Social	100	85,96	-	7,96	2,82	3,25	-						-		
Administração Pública	100	99,35	-	-	-	0,65	-						-		
Outras Atividades mal definidas ou não declaradas	100	57,95	-	36,60	4,07	1,38	-						-		

FONTE: Tabela 14.1

Tabela 17

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupados na semana de referência, por grupos de anos de estudo segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, no RS - 1995

%

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS	Sem instrução e menos de 1 ano							100	Sem instrução e menos de 1 ano				100	Não determinados	
	TOTAL	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	e Sem declaração		TOTAL	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos			11 a 14 anos
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Até 1/2 Salários	4,10	10,94	7,34	4,37	2,02	0,62	0,14	6,83	10,94	7,34	4,37	2,02	0,62	0,14	6,83
Mais de 1/2 a 1	10,74	20,04	15,45	11,41	10,34	4,52	0,90	9,32	20,04	15,45	11,41	10,34	4,52	0,90	9,32
Mais de 1 a 2	20,39	22,80	23,55	23,01	22,57	13,62	2,95	12,41	22,80	23,55	23,01	22,57	13,62	2,95	12,41
Mais de 2 a 3	12,85	7,33	10,98	13,87	15,08	14,40	6,04	29,83	7,33	10,98	13,87	15,08	14,40	6,04	29,83
Mais de 3 a 5	13,70	5,35	8,40	12,49	17,27	22,52	14,10	26,09	5,35	8,40	12,49	17,27	22,52	14,10	26,09
Mais de 5 a 10	10,44	1,36	3,97	6,98	12,61	22,58	26,64	8,69	1,36	3,97	6,98	12,61	22,58	26,64	8,69
Mais de 10 a 20	4,72	0,29	0,80	1,68	4,60	11,62	25,02	-	0,29	0,80	1,68	4,60	11,62	25,02	-
Mais de 20 Salários	2,21	0,17	0,23	0,68	1,15	3,42	19,95	-	0,17	0,23	0,68	1,15	3,42	19,95	-
Sem rendimento	19,90	31,30	29,00	24,69	13,23	5,34	1,67	6,83	31,30	29,00	24,69	13,23	5,34	1,67	6,83
Sem declaração	0,94	0,42	0,28	0,81	1,14	1,36	2,59	-	0,42	0,28	0,81	1,14	1,36	2,59	-

FONTE: Tabela 17.1

Tabela 17.1

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupados na semana de referência, por grupos de anos de estudo segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, no RS - 1995

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS	Sem instrução e menos de 1 ano						TOTAL	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinados e Sem declaração
	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinados e Sem declaração				
Total	672.407	2.282.503	673.520	738.173	303.287	11.511				
Até 1/2 Salários	49.341	99.750	13.584	4.577	429	786				
Mais de 1/2 a 1	103.904	260.442	69.648	33.396	2.717	1.073				
Mais de 1 a 2	158.324	525.270	152.009	100.538	8.937	1.429				
Mais de 2 a 3	73.860	316.668	101.547	106.319	18.309	3.434				
Mais de 3 a 5	56.496	285.179	116.338	166.254	42.761	3.003				
Mais de 5 a 10	26.676	159.316	84.962	166.688	80.804	1.000				
Mais de 10 a 20	5.362	38.329	30.960	85.747	75.880	-				
Mais de 20 Salários	1.573	15.514	7.727	25.246	60.506	-				
Sem rendimento	195.015	563.513	89.098	39.403	5.076	786				
Sem declaração	1.856	18.522	7.647	10.005	7.868	-				

FONTE: PNAD - IBGE

Tabela 18

PESSOAS OCUPADAS, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, NO RIO GRANDE DO SUL 1981-1990

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
EMPREGADOS	1.976.012	2.057.881	1.970.127	2.044.010	2.172.075	2.323.372	2.421.264	2.426.830
Com. carteira assinada	1.412.802	1.457.152	1.382.762	1.413.288	1.509.735	1.665.959	1.670.870	1.692.426
Sem. carteira assinada	562.288	600.729	587.365	630.722	662.340	657.413	750.183	732.908
Sem. declaração	922	0	0	0	0	0	211	1.494
CONTA PRÓPRIA	853.922	833.830	911.972	906.554	990.540	953.903	1.053.238	1.056.466
EMPREGADORES	113.563	125.886	116.096	105.735	111.148	130.462	163.052	166.056
NÃO REMUNERADOS	689.932	616.548	606.605	578.180	610.178	561.636	562.858	527.534
TOTAL	3.633.429	3.634.145	3.604.800	3.634.479	3.883.949	3.969.373	4.200.412	4.176.886

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1989	1990	1992	1993	1995
EMPREGADOS	2.473.508	2.525.023	2.667.243	2.653.803	2.673.337
Com. carteira assinada	1.759.249	1.763.882	1.658.074	1.705.349	1.640.304
Sem. carteira assinada	714.259	761.141	1.008.536	948.454	1.033.033
Sem. declaração	0	0	633	-	-
CONTA PRÓPRIA	1.041.100	1.111.330	1.067.268	1.078.606	1.121.191
EMPREGADORES	180.683	202.542	201.288	192.846	230.905
NÃO REMUNERADOS	509.373	594.455	606.193	592.253	563.076
TOTAL	4.204.664	4.433.350	4.541.992	4.517.508	4.588.511

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	Var (%)	Var (%)	Var (%)	Var (%)	Var (%)	Var. Abs.	Var. Abs.
	81-83	81-89	89-93	89-95	93-95	89-95	93-95
EMPREGADOS	-0,30	25,18	7,29	8,08	0,74	199.829	19.534
Com. carteira assinada	-2,13	24,52	-3,06	-6,76	-3,81	-118.945	-65.045
Sem. carteira assinada	4,46	27,03	32,79	44,63	8,92	318.774	84.579
Sem. declaração	-	-	-	-	-	-	-
CONTA PRÓPRIA	6,80	21,92	3,60	7,69	3,95	80.091	42.585
EMPREGADORES	2,23	59,10	6,73	27,80	19,74	50.222	38.059
NÃO REMUNERADOS	-12,08	-26,17	16,27	10,54	-4,93	53.705	-29.175
TOTAL	-0,79	15,72	7,44	9,13	1,57	383.847	71.003

Fonte: PNDA - IBGE

Tabela 19

Taxa de desemprego aberto no Brasil, no Rio Grande do Sul e na Região Metropolitana de Porto Alegre, 1972 - 1990

ANO	BRASIL	RS	RMPA
1972	3,1	1,7	-
1981	4,3	3,1	4,7
1982	3,9	3,1	4,7
1983	4,9	4,2	6,9
1984	4,3	3,4	5,5
1985	3,4	2,7	4,0
1986	2,4	1,6	2,7
1987	3,6	2,9	4,7
1988	3,8	3,6	4,5
1989	3,0	2,5	3,3
1990	3,7	2,9	4,0

Fonte: PNAD - IBGE

NOTA: A taxa refere-se às pessoas desempregadas em relação às pessoas economicamente ativas

Tabela 20

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação segundo os ramos de atividade do trabalho principal, no RS - 1992-95

RAMOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL	1992	1995	VARIAÇÃO 1992-95	
			%	Absoluta
Total	4.989.222	5.022.086	0,66	32.864
PRIMÁRIO	1.565.185	1.461.702	-6,61	-103.483
SECUNDÁRIO	1.117.668	1.093.028	-2,20	-24.640
TERCIÁRIO	2.183.948	2.342.711	7,27	158.863
Comércio de Mercadorias	522.620	556.751	6,53	34.131
Serviços	1.661.328	1.785.960	7,50	124.632
Outras Atividades atividades mal definidas ou não declaradas	122.421	124.645	1,82	2.224

FONTE: PNAD - IBGE

Tabela 21

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação segundo os ramos de atividade do trabalho principal, no RS - 1992-95

RAMOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL	1992	1995	VARIAÇÃO 1992-95	
			%	Absoluta
Total	4.989.222	5.022.086	0,66	32.864
Agrícola	1.565.185	1.461.702	-6,61	-103.483
Indústria de Transformação	824.688	804.487	-2,45	-20.201
Indústria da Construção	246.570	237.125	-3,83	-9.445
Outras atividades industriais	46.410	51.416	10,79	5.006
Comércio de Mercadorias	522.620	556.751	6,53	34.131
Prestação de Serviços	760.514	829.728	9,10	69.214
Serviços auxiliares da atividade econômica	159.431	174.200	9,26	14.769
Transporte e comunicação	143.631	159.188	10,83	15.557
Social	389.525	413.109	6,05	23.584
Administração Pública	208.227	209.735	0,72	1.508
Outras Atividades atividades mal definidas ou não declaradas	122.421	124.645	1,82	2.224

FONTE: PNAD - IBGE

Tabela 22
Pessoas ocupadas, por posição na ocupação, no Rio Grande do Sul - 1990 -1995

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PERÍODOS					VARIACÃO PERCENTUAL		Variação Absoluta 90-95
	1990	1992	1993	1995	1990-93	1993-95	1990-95	
EMPREGADOS	2.525.023	2.667.243	2.653.803	2.673.337	5,10	0,74	5,87	148.314
Com carteira assinada	1.763.882	1.658.074	1.705.349	1.640.304	-3,32	-3,81	-7,01	-123.578
Sem carteira assinada	761.141	1.009.169	948.454	1.033.033	24,61	8,92	35,72	271.892
Militares e func. públicos estatutários	191.165	275.220	262.801	294.052	37,47	11,89	53,82	102.887
Outros	569.976	733.316	685.653	738.981	20,30	7,78	29,65	169.005
Sem declaração	-	633	-	-	-	-	-	-
CONTA PRÓPRIA	1.111.330	1.067.268	1.078.606	1.121.191	-2,94	3,95	0,89	9.861
EMPREGADORES	202.542	201.288	192.846	230.905	-4,79	19,74	14,00	28.363
NÃO REMUNERADOS	594.455	606.193	592.253	563.078	-0,37	-4,93	-5,28	-31.377
TOTAL	4.433.350	4.541.692	4.517.508	4.588.511	1,90	1,57	3,50	155.161

FONTE: PNAD/IBGE

OBS: Foi realizada compatibilização metodológica das categorias de posição na ocupação para comparar 1990 com os demais anos

Tabela 23
Pessoas ocupadas, por posição na ocupação, no Brasil 1990 -1995

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PERÍODOS					VARIACÃO PERCENTUAL		VAR. ABSOLUTA
	1990	1992	1993	1995	1990-93	1993-95	1990-95	
EMPREGADOS	40.174.846	38.572.311	39.459.567	40.798.035	-1,78	3,39	1,56	623.189
Com carteira assinada	23.629.126	20.120.535	20.086.595	20.645.590	-14,99	2,78	-12,83	-2.983.546
Sem carteira assinada	16.545.149	18.431.187	19.349.492	20.146.924	16,95	4,12	21,77	3.601.775
Militares e funcionários públicos estatutários	2.595.632	3.972.072	4.108.781	4.627.382	56,30	12,62	78,28	2.031.750
Outros	13.949.517	14.459.115	15.240.711	15.519.542	9,26	1,83	11,26	1.570.025
Sem declaração	571	20.589	23.490	5.531	4012,08	-76,44	868,65	4.960
CONTA PRÓPRIA	14.092.260	14.195.563	14.428.099	15.719.068	2,38	8,95	11,54	1.626.818
EMPREGADORES	2.652.745	2.406.741	2.368.486	2.733.501	-16,98	15,41	-4,18	-119.244
NÃO REMUNERADOS	4.979.913	6.277.563	6.370.290	6.297.850	27,92	-1,14	26,47	1.317.937
SEM DECLARAÇÃO	239	434	382	6.120	51,46	2143,09	3297,49	7.861
TOTAL	62.100.023	61.452.632	62.626.604	65.556.604	0,85	4,68	5,57	3.456.581

FONTE: PNAD/IBGE

OBS: Foi realizada compatibilização metodológica das categorias de posição na ocupação

Tabela 24

Principais indicadores do mercado de trabalho, na RMPA - 1993/96

ESTIMATIVAS E TAXAS	1993	1994	1995	1996	VARIACÃO	
					Absoluta	%
População total (1)	3.133	3.202	3.272	3.342	209	6,67
PIA	2.534	2.618	2.674	2.764	230	9,08
PEA	1.445	1.438	1.487	1.509	64	4,44
População Ocupada	1.269	1.276	1.327	1.311	42	3,31
Indústria	308	301	291	278	-30	-9,74
Comércio	206	202	226	219	13	6,31
Serviços	596	605	624	635	39	6,54
Construção Civil	75	76	85	79	4	5,33
Serviços Domésticos	77	85	94	96	19	24,68
(Otros)	8	6	8	5	-3	-37,50
População Ocupada						
Assalariada	862	871	894	859	-3	-0,34
Setor Público	191	193	182	187	-4	-2,19
Setor Privado	670	678	711	671	1	0,14
Com carteira	581	580	602	579	-2	-0,37
Sem carteira	89	98	110	92	3	3,45
Autônomos	209	204	220	231	22	10,32
Para o público	145	149	171	166	21	14,48
Para empresa	65	54	49	64	-1	-1,54
Empregados Domésticos	77	86	94	96	19	24,77
Outros	121	116	118	125	4	3,55
Desempregados	176	162	160	198	22	12,50
Taxa de participação(%)	57	54,9	55,6	54,6		-4,21
Taxas de desemprego(%)						
Total	12,2	11,3	10,7	13,1		7,38
Aberto	7,3	8	8,1	9,1		24,66
Oculto	4,9	3,3	2,6	4		-18,37

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Estimativa em 1000 pessoas, elaborada pelo Núcleo de Sistematização de Indicadores FEE

Tabela 25

DICES DO NÍVEL DE OCUPAÇÃO, POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
Dezembro de 1985 a dezembro de 1996

Períodos	Índices do Nível de Ocupação										Total de Autônomos
	Total Geral	Setor de Atividade Econômica				Outros (2)	Posição na Ocupação				
		Indústria	Comércio	Serviços	Total		Total	Assalariados (1)		Setor Público (3)	
								Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada		
Dez/85	105,2	106,4	104,6	105,3	102,4	105,6	105,1	108,8	107,7	104,1	
Dez/86	113,5	122,8	112,8	108,9	111,3	116,2	116,5	114,7	101,2	119,8	
Dez/87	112,3	111,8	117,2	112,4	107,4	113,2	114,5	105,3	109,2	114,8	
Dez/88	115,7	110,3	119,1	121,2	107,9	119,4	119,1	121,1	117,2	116,7	
Dez/89	118,8	121,2	128,2	118,3	103,3	123,0	122,5	125,9	111,9	124,6	
Dez/90	118,9	109,4	139,3	126,9	94,8	118,9	117,6	127,4	119,3	136,4	
Dez/91	124,2	104,0	149,0	138,1	104,0	117,0	113,5	139,0	124,7	152,4	
Dez/92	122,1	95,5	140,5	140,0	113,0	110,6	105,5	142,8	135,0	155,5	
Dez/93	124,6	99,0	145,1	145,2	101,3	113,6	108,1	148,7	139,0	154,5	
Dez/94	128,5	100,1	159,7	146,9	107,6	119,7	110,2	179,8	121,1	164,4	
Dez/95	129,6	94,7	162,9	153,0	107,4	118,6	108,9	179,8	123,5	164,1	
Dez/96	131,6	88,9	162,6	157,2	124,7	116,7	105,0	190,6	118,7	177,1	
Variação anual											
89-93	4,9	-18,3	13,2	22,7	-1,9	-7,6	-11,8	18,1	24,2	24,0	
93-96	5,6	-10,2	12,1	8,3	23,1	2,7	-2,9	28,2	-14,6	14,6	
89-96	10,8	-26,7	26,8	32,9	20,7	-5,1	-14,3	51,4	6,1	42,1	

FONTE: SEP. Convênio SEADE - DIEESE

(1) Excluem os Empregados Domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham

(2) Englobam: Construção Civil, Serviços Domésticos, etc.

(3) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos Municipal, Estadual, Federal, Empresa de Economia Mista, Autarquia, Fundação, etc.)

Tabela 26

TAXAS DE DESEMPREGO, POR ATRIBUTOS PESSOAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
Dezembro de 1985 a dezembro de 1998 %

Períodos	Taxas de Desemprego por Atributos Pessoais											Experiência Anterior de Trabalho	
	Total	Sexo		Idade					Chefe	Demais membros	Experiência Anterior de Trabalho		
		Homens	Mulheres	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 39	40 e mais			Com Exper.	Sem Exper.	
Dez/85	9,8	7,9	12,8	35,3	24,9	13,3	6,3	4,4	3,5	14,6	8,1	1,7	
Dez/86	7,3	6,0	9,2	32,5	18,3	8,5	4,9	2,9	2,8	10,5	5,9	1,4	
Dez/87	8,6	6,7	11,5	33,1	20,2	12,4	5,9	3,7	3,7	12,3	7,6	1,0	
Dez/88	8,6	7,1	11,0	34,6	23,5	11,0	6,0	3,7	3,8	12,3	7,5	1,1	
Dez/89	6,7	5,7	8,3	25,3	15,8	9,0	5,3	2,8	3,4	9,3	5,8	1,0	
Dez/90	9,4	8,8	10,3	32,5	21,8	13,6	7,4	4,0	5,2	12,5	8,2	1,2	
Dez/91	10,5	9,6	11,8	34,2	23,3	14,7	8,1	5,7	6,3	13,7	9,5	1,1	
Dez/92	14,4	13,0	16,3	44,8	36,1	18,8	11,3	7,7	8,0	19,1	12,3	2,1	
Dez/93	13,3	12,4	14,6	39,2	34,9	18,5	10,6	6,2	7,2	17,9	11,5	1,8	
Dez/94	12,6	10,7	15,3	39,4	34,2	17,7	9,8	6,2	6,9	16,9	10,9	1,7	
Dez/95	13,2	12,0	15,1	41,1	31,6	18,8	10,0	7,7	7,5	17,5	11,3	2,0	
Dez/98	14,2	12,6	16,4	40,3	39,8	19,7	11,1	8,0	7,9	19,0	12,5	1,8	

Varição
anual

89-93	98,5	117,5	75,9	54,9	120,9	105,6	100,0	121,4	111,8	92,47	98,28	80,00
93-98	6,8	1,6	12,3	2,8	14,0	6,5	4,7	29,0	9,7	6,15	8,70	0,00
89-98	111,9	121,1	97,6	59,3	151,9	118,9	109,4	185,7	132,4	104,30	115,52	80,00

FONTE: SEP. Convênio SEADE - DIEESE

Tabela 27

taxas de desemprego total, aberto e oculto, por atributos pessoais, na RMPA
1993 - 96 %

ATRIBUTOS PESSOAIS	ANOS	(continua)			
		TOTAL	ABERTO	OCULTO	
Total	1993	12,2	7,3	4,9	
	1994	11,3	8,0	3,3	
	1995	10,7	8,1	2,6	
	1996	13,1	9,1	4,0	
	var 93-96 %		7,38	24,66	-18,37
Sexo					
	Homens	1993	10,7	5,9	4,8
		1994	10,0	6,8	3,2
		1995	9,2	6,7	2,5
		1996	12,4	8,2	4,2
var 93-96 %		15,89	38,98	-12,50	
Mulheres	1993	14,3	9,4	4,9	
	1994	13,2	9,7	3,5	
	1995	12,9	10,1	2,8	
	1996	14,1	10,4	3,7	
	var 93-96 %		-1,40	10,64	-24,49
Idade					
	10 a 17 anos	1993	32,8	23,7	9,1
		1994	36,2	28,7	7,5
		1995	31,2	26,4	4,8
		1996	34,3	26,6	7,7
var 93-96 %		4,57	12,24	-15,38	
18 a 24 anos	1993	19,2	12,7	6,5	
	1994	17,5	13,3	4,2	
	1995	17,1	13,7	3,4	
	1996	21,0	16,1	4,9	
	var 93-96 %		9,38	26,77	-24,62
25 a 39 anos	1993	9,7	5,2	4,5	
	1994	9,0	5,7	3,3	
	1995	8,8	6,1	2,7	
	1996	11,1	7,3	3,8	
	var 93-96 %		14,43	40,38	-15,56
40 anos e mais	1993	6,1	3,0	3,1	
	1994	5,1	3,3	1,8	
	1995	5,4	3,7	1,7	
	1996	7,4	4,4	3,0	

Tabela 27

(conclusão)

var 93-96 %		21,31	46,67	-3,23
Cor				
Branca	1993	11,5	7,0	4,5
	1994	10,6	7,5	3,1
	1995	10,3	7,8	2,5
	1996	12,5	8,7	3,8
var 93-96 %		8,70	24,29	-15,56
Não Branca	1993	16,7	9,5	7,2
	1994	15,9	11	4,9
	1995	13,4	10,1	3,3
	1996	17,5	11,7	5,8
var 93-96 %		4,79	23,16	-19,44
Posição no domicílio				
Chefe	1993	7,1	3,2	3,9
	1994	6,3	3,6	2,7
	1995	6,1	3,9	2,2
	1996	8,4	4,9	3,5
var 93-96 %		18,31	53,13	-10,26
Cônjuge	1993	11,0	6,8	4,2
	1994	9,4	6,6	2,8
	1995	10,0	7,7	2,3
	1996	10,9	7,5	3,4
var 93-96 %		-0,91	10,29	-19,05
Filho	1993	22,0	15,0	7,0
	1994	21,5	16,5	5,0
	1995	19,4	15,8	3,6
	1996	23,2	17,7	5,5
var 93-96 %		5,45	18,00	-21,43
Outros	1993	15,3	9,6	5,7
	1994	15,0	11,3	3,7
	1995	14,5	11,7	2,8
	1996	15,4	11,8	3,6
var 93-96 %		0,65	22,92	-36,84

Fonte: PED/RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE e DIEESE.

GRÁFICO 1 - PERCENTUAL DO EMPREGO POR PORTE DAS EMPRESAS
total dos setores de atividade - BRASIL E RS

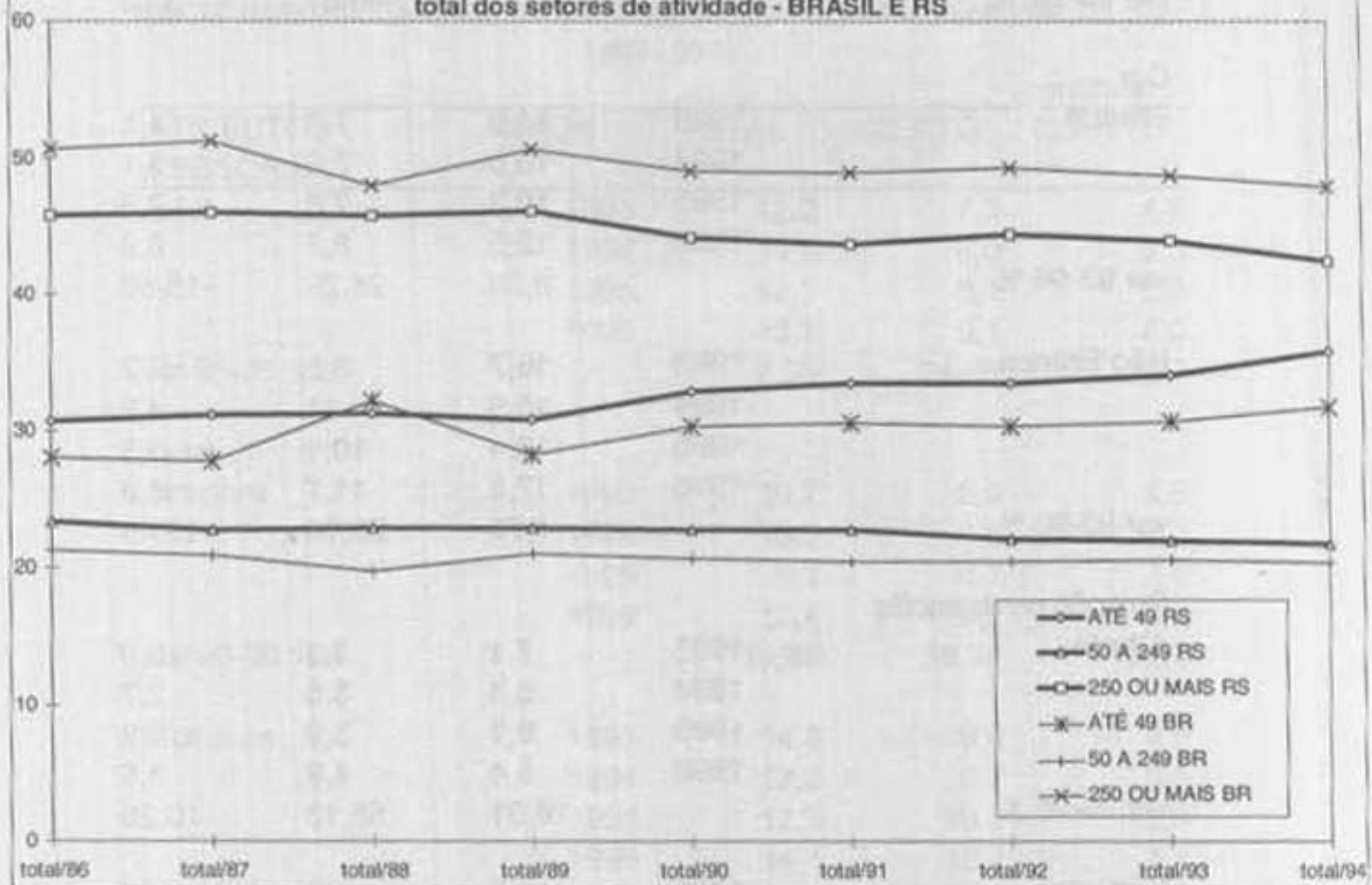


GRÁFICO 2 - PERCENTUAL DO EMPREGO POR PORTE DAS EMPRESAS
INDÚSTRIA DE TRANSFORM. BRASIL E RS

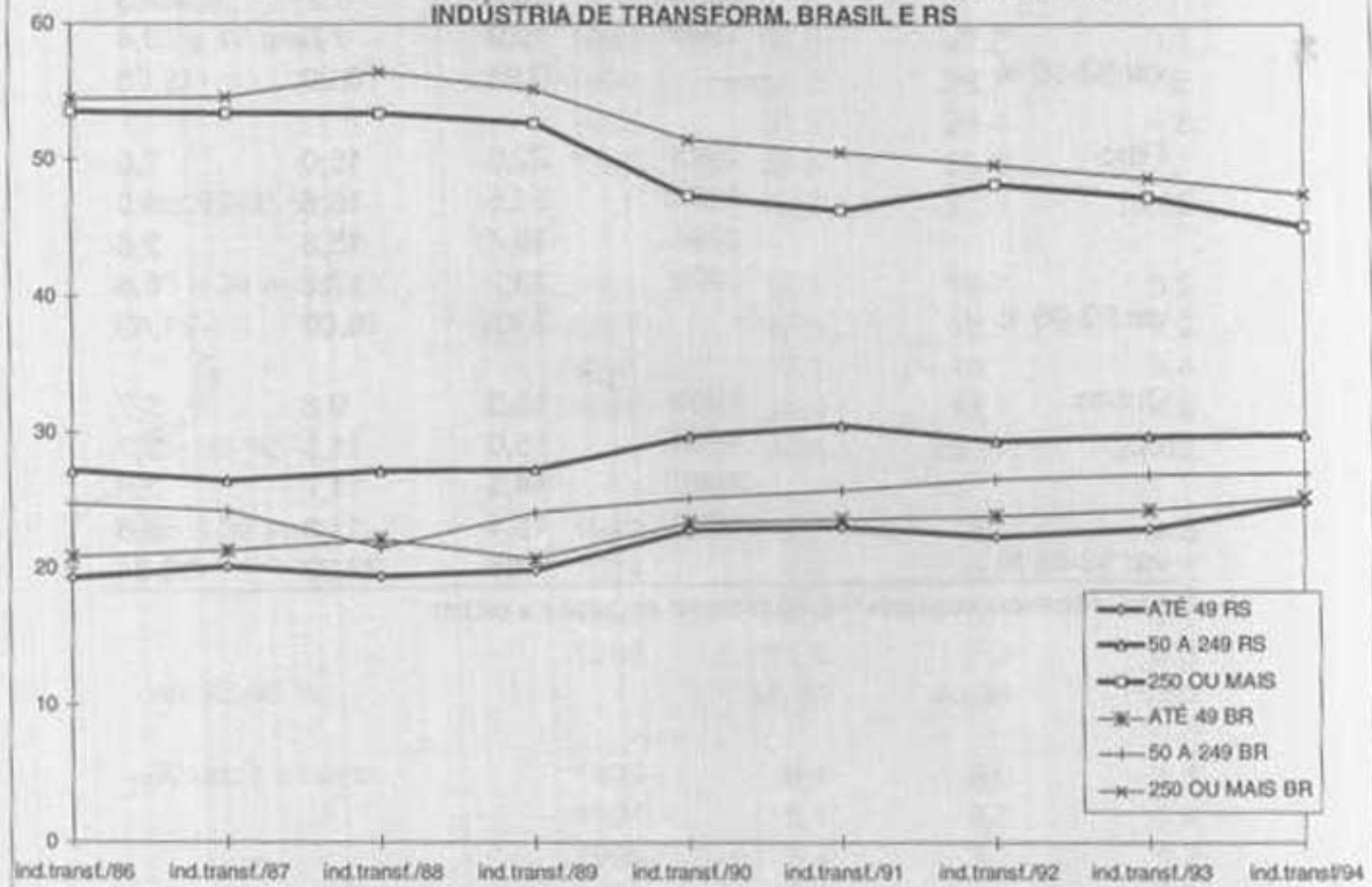


GRÁFICO 3 -
 (ÍNDICES DO PIB E DO EMPREGO FORMAL (TODOS OS SETORES DE ATIVIDADE) BRASIL E RS)

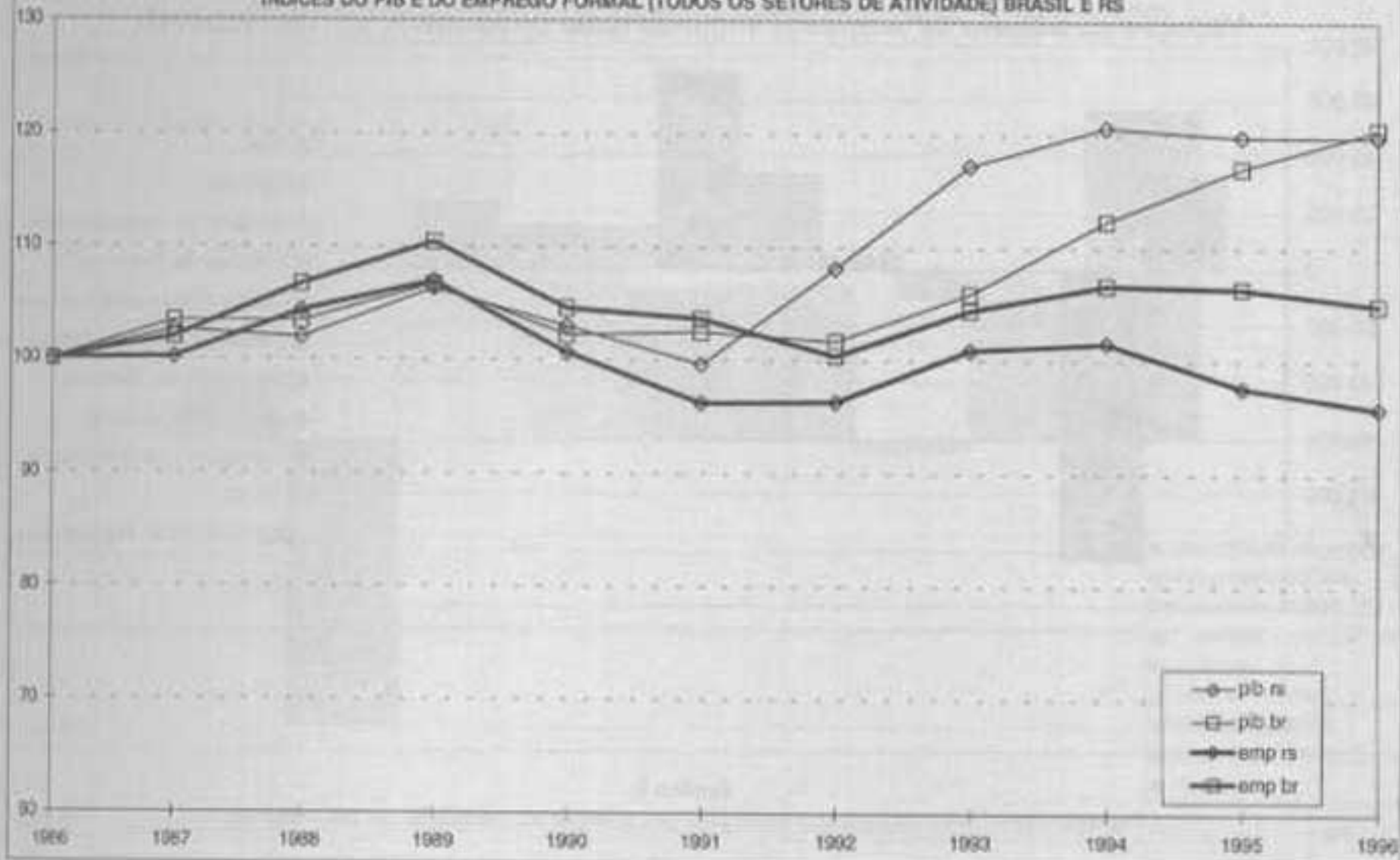


GRÁFICO 4 - ÍNDICES DO PIB E DO EMPREGO FORMAL NA IND. DE TRANSFORM. DO BRASIL E DO RS

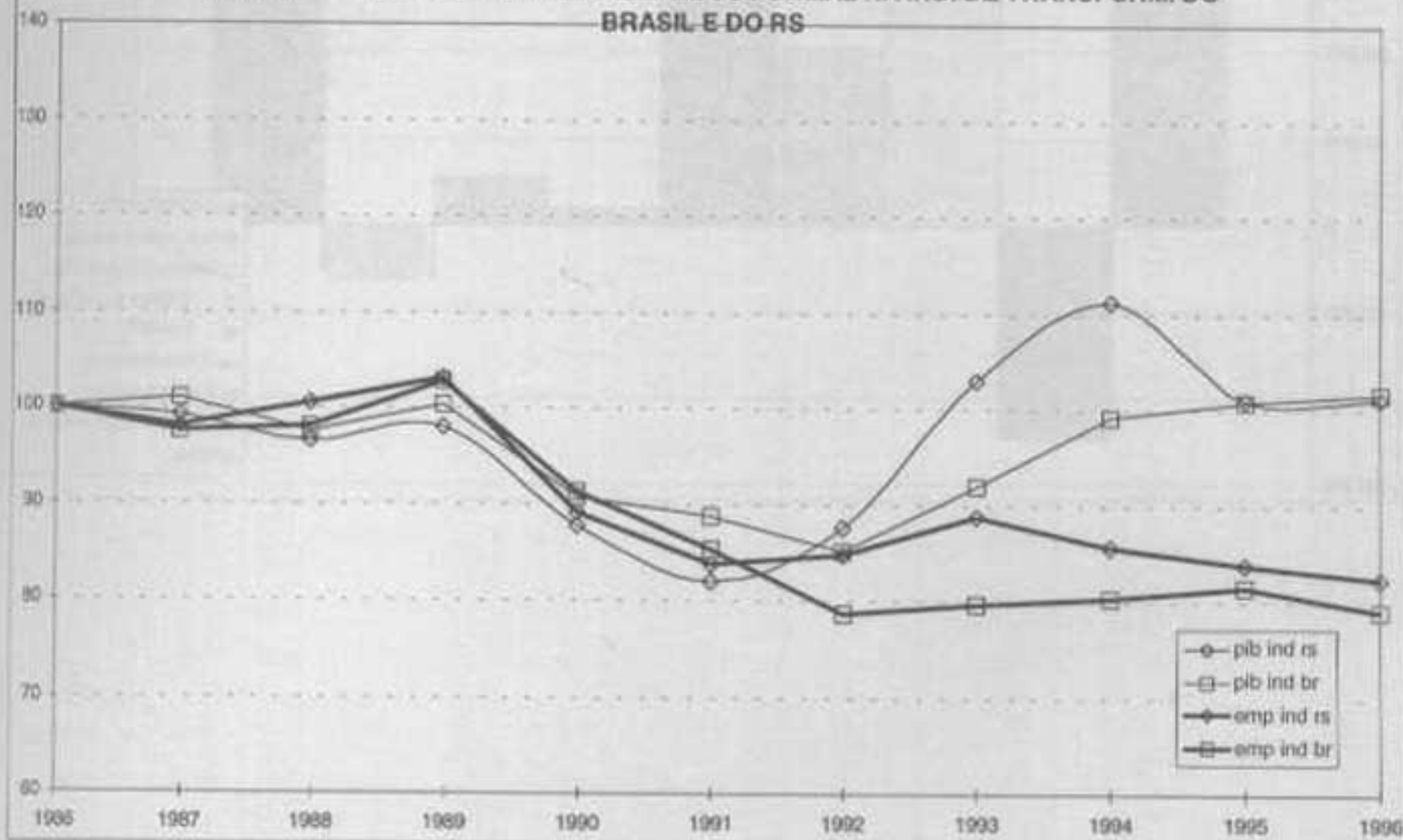


Gráfico 5

Varição do número de ocupados segundo ramo de atividade, no RS- 1992-1995

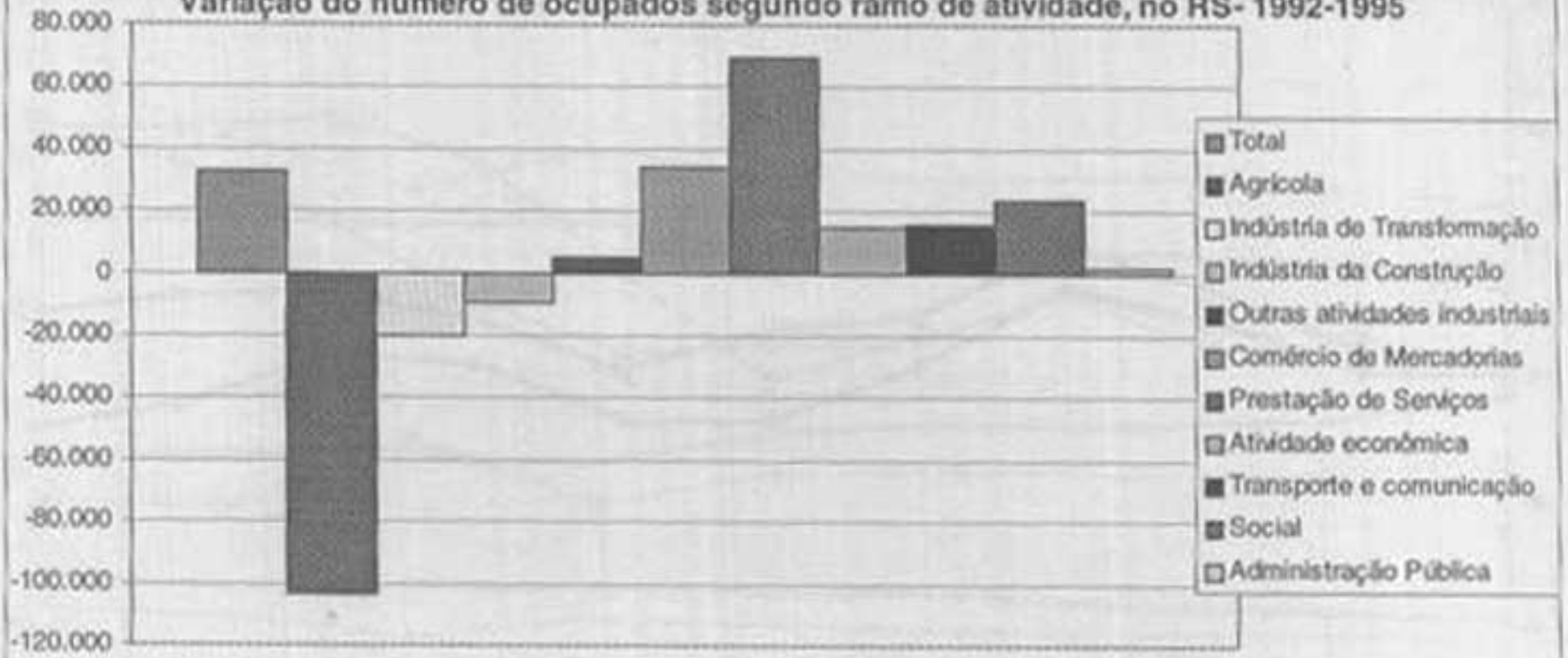


Gráfico 6

Varição do número de pessoas ocupadas por posição na ocupação, no RS - 1990-95

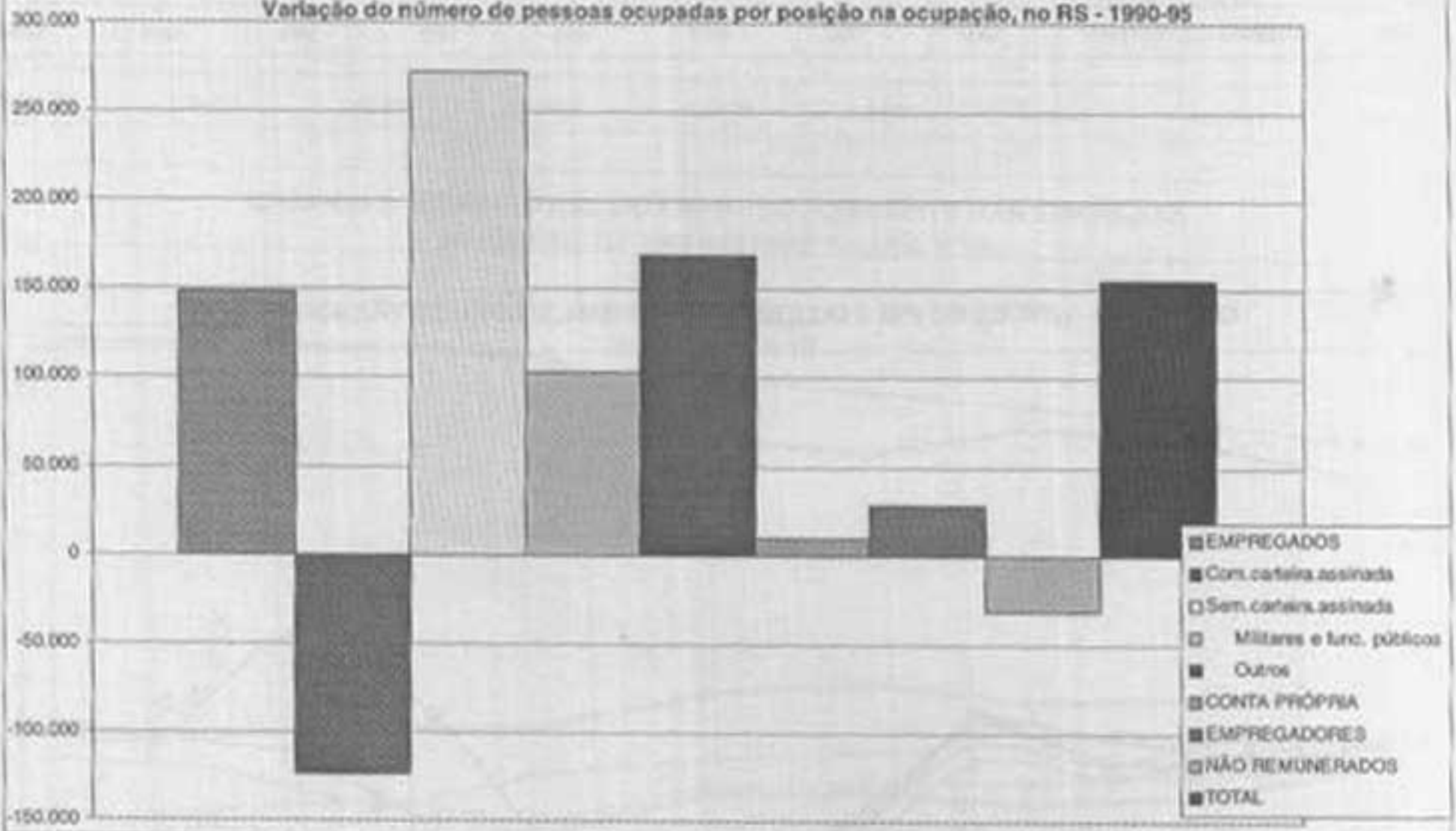
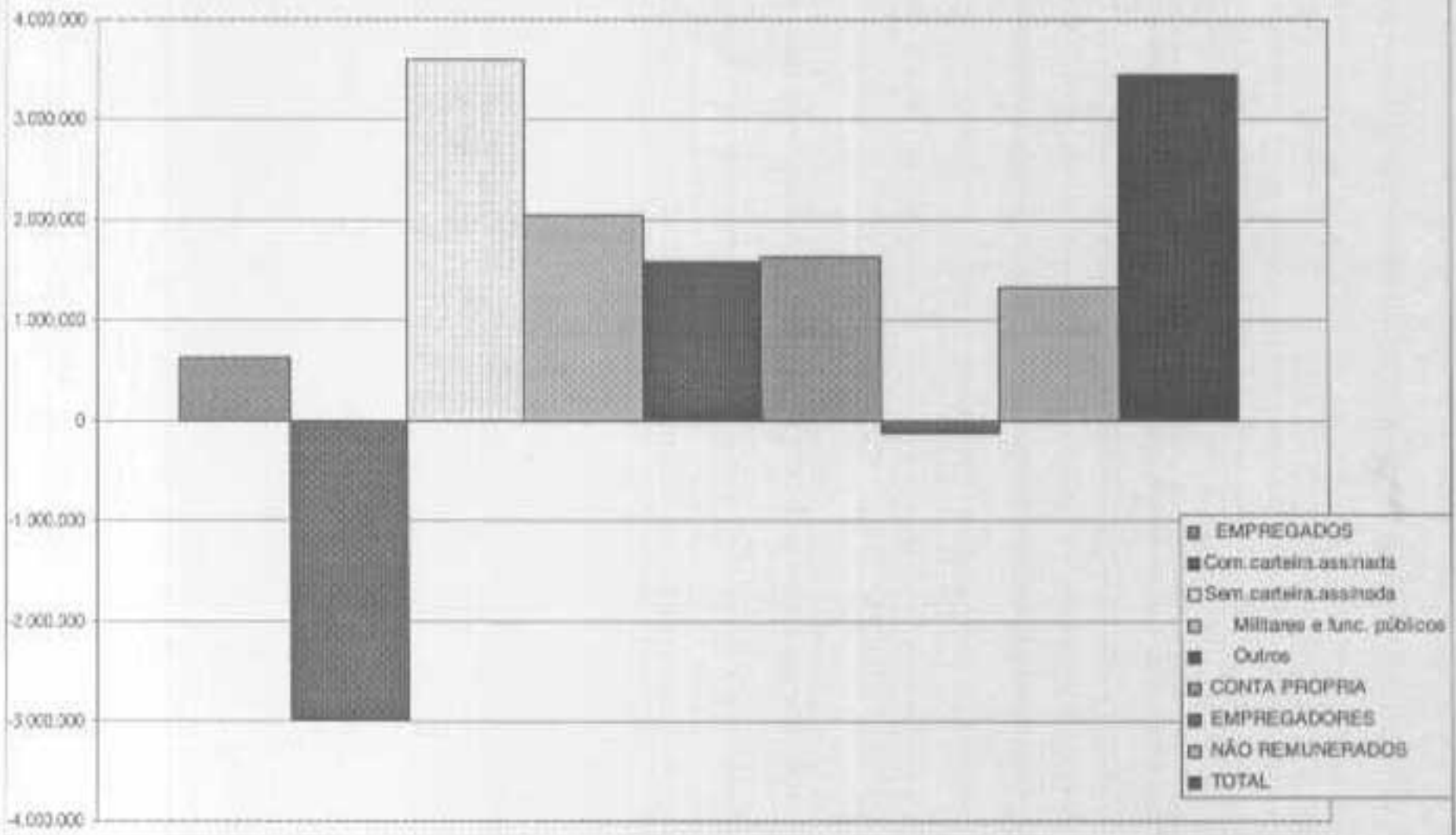


Gráfico 7
Variação do número de pessoas ocupadas por posição na ocupação, no Brasil - 1990-95



RESUMO EXECUTIVO

04/01/2010



RESUMO EXECUTIVO

APRESENTAÇÃO

O presente documento sintetiza o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Temático "Desafios do Emprego", do Projeto RS 2010. Para o tratamento do tema é necessária uma ancoragem nos fenômenos que, em escala mundial, têm colocado o desemprego e a precarização do trabalho como expressão por excelência dos desajustes macrossociais desencadeados pelos processos de reestruturação produtiva e pela forma que têm assumido a mundialização, a qual vem consagrando o domínio do mercado como instância reguladora total e o acirramento da concorrência desregulada entre indivíduos, entre empresas, nações e blocos econômicos. No âmbito nacional, onde esses fenômenos se configuram de modo mais efetivo na década de 90, pelo menos dois elementos condicionam sua manifestação: de um lado o legado histórico de um mercado de trabalho altamente heterogêneo e marcado pela precariedade; de outro, a experiência recente do País. Quanto a essa, assiste-se a uma brutal recessão nos no início dos anos 90, com recuperação a partir de 1993 e a implantação, em 1994, do Plano Real. Toda a década é marcada pela intensificação do processo de abertura comercial¹ e pelo aprofundamento da reestruturação produtiva e empresarial, induzindo a um rápido crescimento da produtividade industrial e a uma certa desindustrialização²-, ao mesmo tempo em que seguem ausentes uma estratégia produtiva e de desenvolvimento para o País³.

Como consequência da forma de inserção da economia nacional no contexto da economia internacional crescentemente globalizada, o mercado de trabalho brasileiro, e por decorrência o do RS, que já havia passado por transformações importantes nos anos de crise da década precedente, sofre nova deterioração em suas condições gerais. Assim sendo, neste documento, busca-se identificar as principais características do mercado de trabalho gaúcho e sua evolução recente - com ênfase na década de 90 -, como condição primeira para que se possa construir uma compreensão integrada da realidade regional que venha a embasar visões prospectivas e propostas de intervenção. Enfatiza-se a preocupação diagnóstica, procurando-se detectar os impactos da conjuntura recente sobre a força de trabalho, em que se destacam a queda do emprego formal, a rápida diminuição do emprego industrial, as trajetórias divergentes do PIB e do emprego, o aumento no rendimento médio

¹ A tarifa média de importação passa de 110% em 1985 para menos de 15% em 1995 (BARROS et al., 1996).

² Conforme Coutinho (1996), a desindustrialização se dá em três frentes: 1) redução do valor agregado em cadeias industriais complexas, onde importados substituem parte da produção dos componentes, peças, etc. Exemplo: indústria automobilística, na qual o "índice de nacionalização" estaria em 85%, a caminho dos 60%; 2) produtos importados ocupam parte da produção doméstica de bens finais. Exemplo: calçados, vestuário, alimentos industrializados, etc.; e 3) supressão da produção em algumas áreas, tais como certas especialidades da química, bens de capital, etc.

³ "As recentes alterações visando (...) à ampliação das alíquotas de importação de alguns setores (automobilístico, têxteis, por exemplo) e ao favorecimento às exportações resultam menos de uma mudança de estratégia ou do reconhecimento da necessidade de políticas articuladas de defesa da produção e do emprego nacional e mais da pressão de lobbys de setores organizados interessados em medidas ad hoc e/ou em medidas temporárias visando a efeitos eleitorais." (Mattoso, Baltar, 1997).

real e a melhora na distribuição da renda, a precarização das relações de trabalho e das formas de inserção no mercado de trabalho e a elevação do desemprego e sua manutenção em patamar elevado.

Por fim, tecem-se algumas considerações sobre propostas e reflexões que possam embasar um enfrentamento conseqüente da problemática do emprego, destacando-se a importância de abordá-la de forma articulada às questões mais amplas do desenvolvimento econômico e social do Estado e do País, bem como elencam-se algumas das principais políticas voltadas ao mercado de trabalho que vêm sendo implementadas no RS.

1. PRINCIPAIS MOVIMENTOS DO MERCADO DE TRABALHO NO RS, NOS ANOS 90

No contexto dos anos 90, as questões relevantes no âmbito do mercado de trabalho, embora com determinantes distintos dos que prevaleceram na década anterior, situam-se, ainda, nos problemas referentes ao desemprego e à precarização das condições e relações de trabalho. Entre os principais movimentos que se podem observar no mercado de trabalho destacam-se os seguintes.

1.1. Queda do emprego formal

Nos diferentes intervalos de tempo considerados para o decênio 86-96, a situação do emprego formal no Rio Grande do Sul é menos favorável do que a do agregado nacional: na expansão do final da década de 80, nosso mercado formal cresce menos; na recessão do início dos anos 90, a retração é maior no Estado (tabela 1). A pequena retomada que, no país, se verifica em 1993 e 1994 é superior à que ocorre no Rio Grande do Sul (de 1992 a 1994); por fim, nos dois últimos anos, o mercado de trabalho formal sofre, em nível estadual, uma retração mais significativa. Ao final de 1996, o emprego no Brasil ostentava perda de 4,9% relativamente ao patamar de 1989, e uma recuperação de 4,6% relativamente ao pior ano do decênio (1992). Já no RS, em 1996 o volume de emprego era o mais baixo do período, 10,3% abaixo do ápice de 1989, o que representa a perda de 194 mil postos, configurando ainda um recuo de cerca de 5 mil empregos (0,3%) relativamente a 1991 – até então o pior ano da série. Em nenhum dos setores de atividade mais importantes do ponto de vista da oferta de emprego há variação positiva, no período. A retração é fortemente concentrada no setor que, ao nível estadual, mais peso ostenta no mercado formal de trabalho, a indústria de transformação, que reduz seu contingente em 20%, dispensando quase 120 mil trabalhadores – 62% do total de postos de trabalho fechados. Dentro da indústria, analogamente, o principal gênero é aquele que mais desemprega: vestuário e calçados extingue 43 mil postos de trabalho, 36% da retração do emprego industrial gaúcho.

Entre o final de 1993 e o de 1996, período que permite abordar a “era” do Real, o Estado teve uma perda de 5% dos seus empregos formais. A indústria sofreu a maior retração, 7,2%,

havendo crescimento nos serviços (4,1%) e no comércio (8,4%)⁴. No Brasil, houve virtual estabilidade no volume global de emprego (uma variação positiva de 0,5%).

Tanto no Brasil como, de forma mais acentuada, no Rio Grande do Sul, vem crescendo a participação das pequenas empresas na oferta de postos de trabalho no mercado formal, especialmente na indústria de transformação. O trabalho nas empresas menores caracteriza-se por mais elevadas taxas de rotatividade⁵ - um traço histórico de nosso mercado de trabalho⁶ - e por desvantagens salariais. Além disso, nas empresas menores a probabilidade de vínculo não legalizado é maior, contribuindo para a precarização das relações de trabalho⁷.

1.2. Rápida diminuição do emprego industrial

Em toda a série do emprego formal utilizada, a indústria é o setor onde a redução no volume de emprego é mais pronunciada e pode ser visualizada como tendência bastante definida⁸. No RS, o emprego formal do secundário apresenta-se bastante concentrado em alguns segmentos. Em 1996, o gênero vestuário e calçados respondia por 27,4% do emprego industrial gaúcho (7,6% do total de postos de trabalho formais no Estado)⁹. Somente nesse segmento produtivo o Estado perdeu 36,8 mil empregos nos três últimos anos (tabela 2), número que chega a superar a perda líquida total de postos de trabalho na indústria (36,5 mil). Considerando-se que o gênero vestuário e calçados encontra-se entre aqueles mais forte e reconhecidamente atingidos pela abertura comercial e pela sobrevalorização cambial, fica evidenciado o peso que esses fatores vêm tendo sobre o mercado de trabalho.

Os dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), que não se restringem ao emprego formal, indicam que, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), foram eliminados 30 mil postos de trabalho na indústria de transformação, entre 1993 e 1996. A indústria de calçados foi responsável pelo corte de 19 desses 30 mil empregos. A participação do emprego industrial no emprego total caiu de 24,3% para 21,2%, no período.

A expectativa a respeito dos novos investimentos na indústria do país, ademais, é de que

⁴ O setor administração pública não está sendo aqui considerado pois houve, entre 1993 e 1994, uma distorção na classificação setorial da RAIS, que "transferiu" empregos classificados anteriormente naquele setor para a rubrica "outros".

⁵ Segundo dados da RAIS/95, enquanto na média de todas as firmas os trabalhadores com menos de um ano de serviço representam 29,7%, nas empresas com até quatro trabalhadores esse contingente atinge 43%; nas de 5 a 9 empregados, 40,8%; e à progressão na dimensão da empresa corresponde a regressão neste percentual, até chegar-se a 11,6% nas empresas com mil empregados ou mais.

⁶ Segundo Gustavo Gonzaga, a proporção de trabalhadores industriais com menos de dois anos de trabalho na mesma empresa chega a 47%, no Brasil; 39%, nos EUA; 31%, na Inglaterra; 22%, na França; 21%, na Alemanha; 13%, na Itália. (Gaz. Mercantil, 1997 A).

⁷ As práticas de terceirização tendem a ampliar o universo de firmas pequenas, que geralmente contratam em condições mais precárias, seja em relação ao tempo de duração do vínculo empregatício, seja à cobertura legal e às próprias condições de trabalho e salários. Conforme estudo da Fundação SEADE-SP, no período 1989-95, cresceu 46,0% a subcontratação, por parte das empresas, de emprego assalariado. Nessa modalidade, houve incremento de 40,4% para o emprego formal e de 85,7% para o informal, evidenciando-se, portanto, uma associação entre terceirização e precarização do mercado de trabalho.

⁸ Conforme a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego, Salário e Valor da Produção, do IBGE, a indústria brasileira diminuiu em mais de um terço (34,3%) o volume de ocupados no período 1989-96. No intervalo 1995-96 registrou-se a maior queda anual da década, com retração de 11,1%, superando a variação negativa de 1991 (10,1%) - Pesq. Industr. Mensal, 1997.

⁹ Em segundo lugar aparecia a indústria de produtos alimentares, com 15,4% do total da indústria. Somando-se a metalúrgica e a mecânica, tinha-se quatro gêneros concentrando 60% da força de trabalho da indústria de transformação rio-grandense.

eles se concentrem em reposição de máquinas e equipamentos, desobstrução de gargalos e redução de custos, com requerimentos decrescentes de mão-de-obra.

1.3. Trajetórias divergentes do PIB e do emprego

Ao longo dos anos 90 constata-se uma clara dissociação do comportamento do emprego relativamente à evolução do produto interno bruto – PIB. No Estado, já a partir de 1990 os índices começam a distanciar-se, enquanto nos dados do país esse comportamento configura-se dois anos depois (gráfico 1). No Rio Grande do Sul, em 1996, o índice do produto encontra-se 25% acima do índice do emprego. No Brasil, o diferencial é de 15%. Vão-se assim consolidando os efeitos do ajuste estrutural empreendido por significativa parcela do universo de empresas.

A indústria, por estar mais imediatamente exposta à concorrência estrangeira e à mudança dos paradigmas produtivos, é onde os constrangimentos e o conseqüente ajuste ganham maior relevo (gráfico 2). A contração relativa na oferta de postos de trabalho demonstra-se ainda mais evidente nesse setor: em 1996, no agregado nacional, o índice do produto industrial encontra-se 28,6% acima do índice do emprego. A diferença é menor, no Estado, com o índice do PIB superando o do emprego em 23%. O que se observa, todavia, é que os dez anos aqui abordados mostram um saldo **nulo** de crescimento do produto industrial, de forma que todos os ganhos de eficiência produtiva revertem numa vultosa exclusão de força de trabalho, em termos absolutos¹⁰.

1.4. Ampliação do emprego no setor terciário

Entre 1992 e 1995, segundo a PNAD-IBGE, o nível geral de ocupação no RS teve pequeno crescimento (0,7%), tendo sido criados 32.864 postos de trabalho. Tal resultado associa-se às quedas no emprego agrícola (-6,6%) e no do secundário (-2,2%), compensadas pelo aumento no nível ocupacional do terciário (7,3%). Neste último setor registrou-se crescimento em todos os ramos de atividade sendo que os incrementos mais expressivos, em termos de novos postos de trabalho criados, ocorreram nos ramos prestação de serviços (69.214) comércio de mercadorias (34.131) e social (23.584). A administração pública, considerada na PNAD como parte do setor, apresentou a menor variação (0,7%), tendo criado apenas 1.508 novos postos (tabela 3).

1.5. Aumento do rendimento médio real e melhora na distribuição de renda

A evolução do rendimento real do trabalho nos anos 90 permite distinguir dois períodos. Na recessão (90-92) há declínio do nível de rendimento e aumento da pobreza. No País, a

¹⁰ A mensuração dos ganhos de produtividade da indústria tem sido bastante debatida, já que tende a ser superestimada quando não se consideram fatores como a difusão da prática da terceirização pelas empresas e a crescente incorporação de componentes importados nos produtos finais. De qualquer forma, há consenso de que o aumento da produtividade é muito expressivo.

proporção de pobres passa de 22% em 1990 para 30% em 1992 (Rocha, 1997). A partir de 1994, inverte-se o movimento: o rendimento médio real dos trabalhadores aumentou 28% entre 1993-95, enquanto a proporção de pobres declinou de 30% para 20%. Melhora na distribuição de renda, dado que os trabalhadores de menores rendimentos tiveram ganhos proporcionalmente maiores. Houve também ganhos maiores para os trabalhadores não assalariados. O comportamento dos rendimentos após a estabilização deveu-se principalmente a dois fatores: 1) os grupos de menores rendas deixaram de pagar o "imposto inflacionário", obtendo ganhos estimados em cerca de 10% (Singer, 1997); 2) tal segmento, que concentra os pequenos prestadores de serviços, foi favorecido pelo aumento da demanda por essas atividades, que não sofrem a concorrência dos importados.

Na RMPA, houve incremento de 12,1% no rendimento médio real dos ocupados, com ganho mais expressivo para os grupos não assalariados e para os de rendimentos mais baixos (gráfico 3). Registrou-se aumento de 18,8% no rendimento médio real dos 25% dos trabalhadores com menores rendimentos, ao passo que para os 25% com maiores rendimentos a elevação foi de 9,6%.

Não obstante a melhora nos rendimentos e a diminuição da pobreza, há que se qualificar seus impactos e especular a respeito da continuidade desse movimento, considerando-se que: 1) os ganhos, mormente os salariais, parecem estar se esgotando, entre outros fatores porque o elevado desemprego inibe a ação de trabalhadores e sindicatos, como também pela inexistência de política salarial¹¹. O incremento no rendimento médio real do trabalho vem se desacelerando. Conforme a PED-RMPA, foi de 8,8%, em 1995, e de 7,5%, em 1996, tomando como referência o ano anterior; 2) a melhora nos rendimentos não alterou significativamente o quadro perverso de concentração de renda que tipifica a sociedade brasileira. Na RMPA, a parcela de renda apropriada pelos 25% mais pobres subiu pífios 0,5 % entre 1993 e 1996, passando de 6,5% para 6,8%.

1.6. Precarização das relações de trabalho e das formas de inserção

Não obstante o aumento do nível geral de ocupação, que acusou incremento de 3,5% no RS entre 1990 e 1995, a abertura dos dados por posição na ocupação demonstra aprofundamento da precarização nas relações de trabalho¹². A literatura sobre o tema associa o emprego assalariado no setor privado com carteira de trabalho assinada e o assalariamento no setor público a formas não precárias de inserção, uma vez que obedecem aos padrões legais estabelecidos, proporcionando ao trabalhador a cobertura trabalhista e previdenciária. As formas

¹¹A respeito, dados do DIEESE (1997) informam que, já no segundo semestre de 1996, diminuía o número de categorias de trabalhadores que conseguiam zerar a inflação do período ou reajustar seus salários acima da inflação. Assim, enquanto 88,9% conseguiram aumentos acima do INPC/IBGE em janeiro de 1996, apenas 41,7% obtiveram ganhos em outubro daquele ano.

¹²Na análise ora empreendida, algumas categorias serão distintas das atualmente apresentadas pela PNAD, pois procedeu-se a uma compatibilização metodológica da série, a fim de manter sua comparabilidade, devido às modificações introduzidas pelo IBGE em 1992.

precárias, por sua vez, estão vinculadas aos assalariados sem carteira assinada, conta própria ou autônomo, trabalhador doméstico e aos não remunerados. A precariedade está associada à maior incidência de fatores como ausência de proteção trabalhista e previdenciária, elevada rotatividade, longas jornadas de trabalho e baixos rendimentos.

As formas mais precárias de inserção, que já haviam esboçado crescimento relativamente maior nos anos 80, seguem movimento ascendente no período recente. Diferentemente do ocorrido na década de 80, quando todas as categorias apresentaram crescimento, nos anos 90 as formas legalizadas, no setor privado, recuam 7,0%. O emprego sem carteira assinada sobe expressivos 29,7%; o trabalho por conta própria, 0,9% – gráfico 4. Note-se que o assalariamento sem carteira, embora com variação positiva tanto no período recessivo quanto no de estabilização, tem crescimento bem maior no primeiro (20,3% e 7,8 %, respectivamente). Como resultado dessa evolução foram eliminados 123.578 postos de trabalho assalariado legalizado, no setor privado, enquanto criaram-se 178.866 postos de trabalho em categorias consideradas precárias¹³.

Na RMPA, entre 1993 e 1996, a tendência é semelhante, com queda do emprego mais formalizado (-0,4% no assalariamento no setor privado com carteira assinada e -2,2% no público) e crescimento das formas precária de inserção (3,4% entre os assalariados do setor privado sem carteira assinada, 10,3% entre os autônomos e 24,8% no emprego doméstico). Nesse período foram gerados 75 mil postos de trabalho na RMPA e eliminados 33 mil, com saldo positivo de 42 mil novos postos (tabela 4).

1.7. Elevação do desemprego e manutenção das taxas em patamar elevado

Qualquer que seja a fonte de informação ou a metodologia utilizada¹⁴ – assiste-se, no Brasil, a uma elevação das taxas de desemprego e sua permanência em patamar elevado. Dado o fraco desempenho do nível ocupacional, parcela expressiva dos indivíduos que ingressaram na População Economicamente Ativa (PEA) não lograram encontrar uma ocupação, ampliando, assim, o contingente em desemprego. Na Grande São Paulo¹⁵, por exemplo, a taxa média anual de desemprego, após elevar-se no período de crise do início da década (11,7% em 91 e 15,2% em 92, segundo a PED-GSP), manteve-se elevada mesmo com a recuperação do nível de atividade econômica a partir de 1993. Em 1995 e 1996 tal indicador atingiu o patamar de 13,2% e 15,1%, bem acima das médias anuais para a segunda metade dos anos 80 que, após o pico de 1985 (12,2%), apresentou movimento declinante.

¹³ Uma comparação com a evolução do mercado de trabalho no âmbito nacional, para o período 1990-95, indica que o sentido das mudanças segue o padrão observado no Estado, embora as magnitudes sejam distintas. Conforme a PNAD-IBGE, o emprego com carteira declina frente a incrementos bem superiores à média geral de crescimento do nível ocupacional (5,57%) daquelas formas de inserção precária: não remunerados 26,47%, empregados sem carteira 11,26% e conta própria 11,54%.

¹⁴ Aqui, prioriza-se a utilização da PED na análise do desemprego, dada a maior adequação de sua metodologia para captar a realidade de mercados de trabalho como o brasileiro, quando comparada com os levantamentos efetuados pelo IBGE. A respeito do tema, ver FUNDAÇÃO SEADE (s/d).

¹⁵ A utilização de dados para o País, bem como para o RS, relativos ao comportamento do desemprego nos anos 90, fica prejudicada devido às alterações metodológicas efetuadas pelo IBGE em seu levantamento anual - a PNAD - a partir de 1992.

O incremento do desemprego foi maior no período recessivo (1989-93) do que no de estabilização (pós 1993). Todavia, a conjuntura econômica mais favorável desse último não reverteu a tendência de crescimento do desemprego, especialmente do desemprego aberto¹⁶.

Na RMPA, a taxa média de desemprego, de 12,2% da PEA em 1993, sobe para 13,1% em 1996 (Tabela 4), após pequeno declínio nos anos precedentes, chegando-se a um contingente de 198 mil desempregados, em média, no ano de 1996. Tal comportamento foi determinado pela elevação da taxa de desemprego aberto, de 7,3% para 9,1% da PEA nos anos extremos do período, visto que a de desemprego oculto caiu (de 4,9% para 4,0%). O perfil dos desempregados sofre alterações nesta década, atingindo mais diretamente a força de trabalho primária: aquelas categorias que têm, geralmente, maior responsabilidade para o orçamento familiar – chefes e pessoas do sexo masculino – e apresentam participação mais efetiva e permanente na PEA. O tempo médio despendido na procura por trabalho, por sua vez, ampliou-se de 25 para 31 semanas entre 1993 e 1996, corroborando hipóteses de que, a exemplo do já verificado nos países desenvolvidos, instala-se entre nós o desemprego de longa duração.

TABELA 1

ESTOQUES DE EMPREGOS FORMAIS POR SETORES SELECIONADOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA E TOTAL 1986-1996*

	RIO GRANDE DO SUL					BRASIL				
	Indústria transform.	Construção civil	Comércio	Serviços	Total	Indústria transform.	Constr. civil	Comércio	Serviços	Total
1986	568.904	38.786	276.896	445.895	1.767.144	5.985.585	994.672	2.877.158	6.217.617	22.163.827
1987	557.232	36.325	273.337	460.254	1.781.114	5.837.800	966.111	2.919.157	6.553.263	22.617.787
1988	571.642	43.675	285.065	474.825	1.834.121	5.870.602	1.052.423	3.007.802	6.789.057	23.661.579
1989	586.977	52.504	291.628	488.187	1.879.537	6.151.639	1.078.332	3.165.017	6.997.232	24.486.553
1990	507.207	43.475	268.983	466.720	1.768.986	5.464.436	959.341	2.979.260	6.446.719	23.198.656
1991	476.488	38.140	245.002	447.502	1.698.546	5.106.018	975.256	2.812.584	6.364.383	23.004.264
1992	482.366	39.452	234.323	438.514	1.693.192	4.713.262	903.982	2.644.743	6.143.231	22.272.798
1993**	504.940	41.341	239.582	440.520	1.773.382	4.771.353	890.334	2.732.735	6.129.271	23.165.827
1994**	486.671	36.347	240.827	407.531	1.784.909	4.813.577	769.400	2.797.717	5.904.461	23.667.241
1995**	476.701	62.890	267.229	467.830	1.717.403	4.881.182	1.072.049	3.329.287	7.177.504	23.596.735
1996*	468.431	62.379	259.653	458.363	1.686.397	4.730.917	1.052.670	3.312.254	7.122.099	23.291.862

Fonte: MTb (RAIS 86 a 95 e CAGED/ Lei 4923/65)

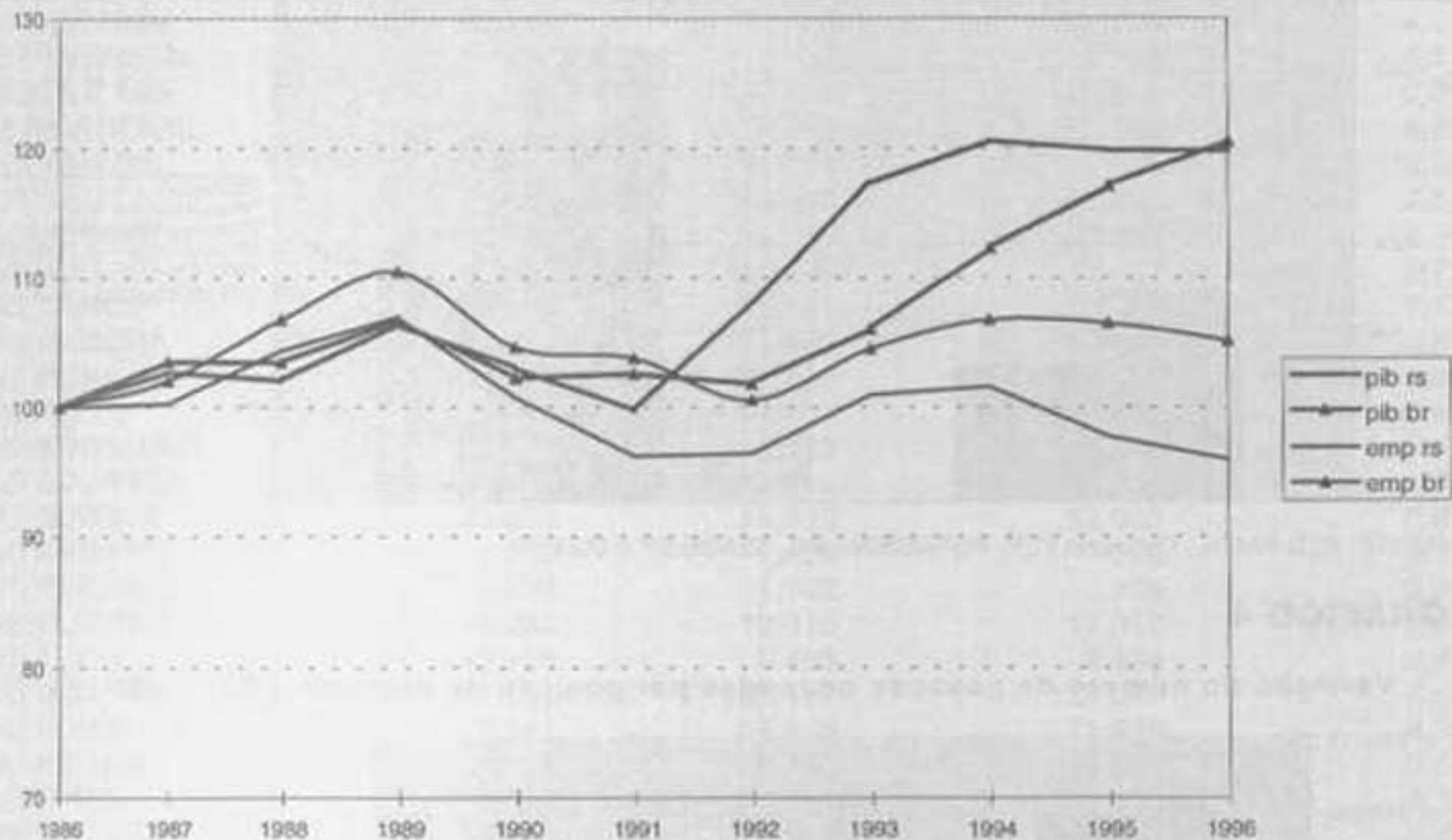
* OBS: a estimativa de 1996 foi obtida pela atualização, a partir do saldo de admissões e desligamentos (CAGED), do estoque de empregos em 31/12/95 (RAIS 95 - preliminar). Tal compatibilização é aproximativa.

**OBS: Os dados referentes aos anos de 1993 a 1995 são preliminares.

¹⁶. De acordo com a metodologia da PED o **desemprego aberto** compreende as pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores à entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias. O **desemprego oculto**, por sua vez, refere-se às pessoas que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores à Pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e, ao mesmo tempo, realizaram algum trabalho, de forma irregular (bicos, biscates, etc.), como estratégia de sobrevivência (desemprego oculto pelo trabalho precário), bem como os indivíduos sem trabalho e que não procuraram nos últimos 30 dias por desestímulo do mercado ou circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses (desemprego oculto pelo desalento).

GRÁFICO 1

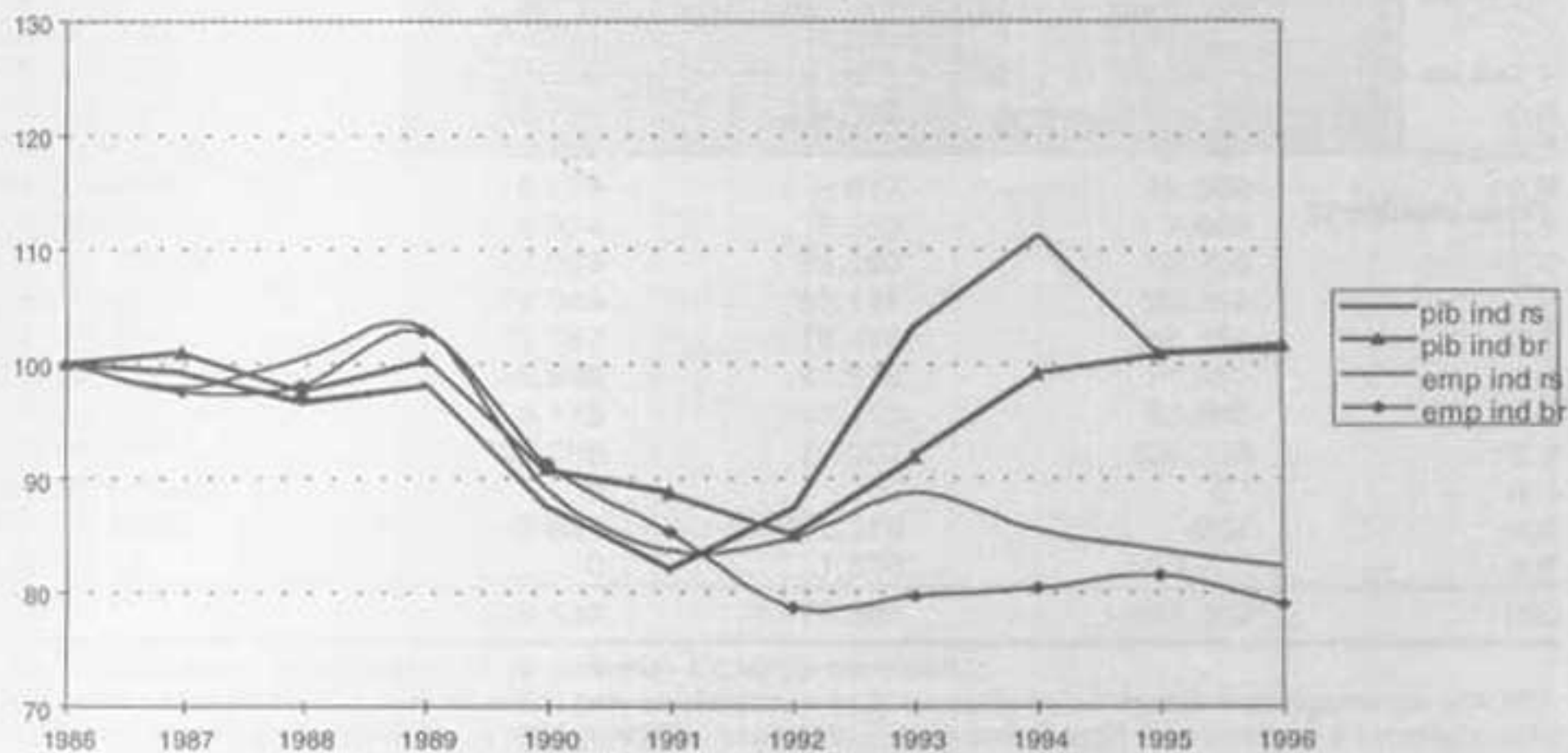
ÍNDICES DO PIB E DO EMPREGO FORMAL (todos os setores de atividade) - BRASIL E RS - 1986-1996



Fonte dos Dados Brutos: NCR/FEE (PIB) e MTb (emprego) -- OBS: 1986=100

GRÁFICO 2

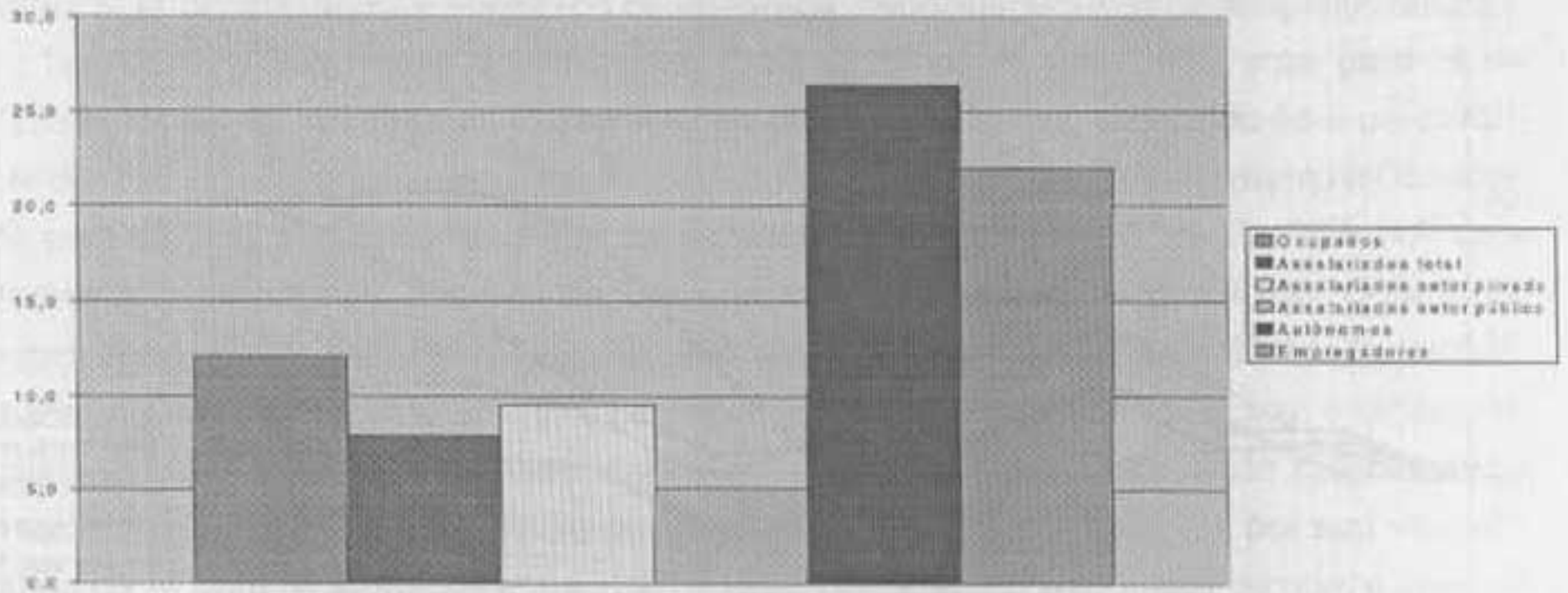
ÍNDICES DO PIB E DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - BRASIL E RS - 1986-1996



Fonte dos Dados Brutos: NCR/FEE (PIB) e MTb (emprego) -- OBS: 1986=100

GRÁFICO 3

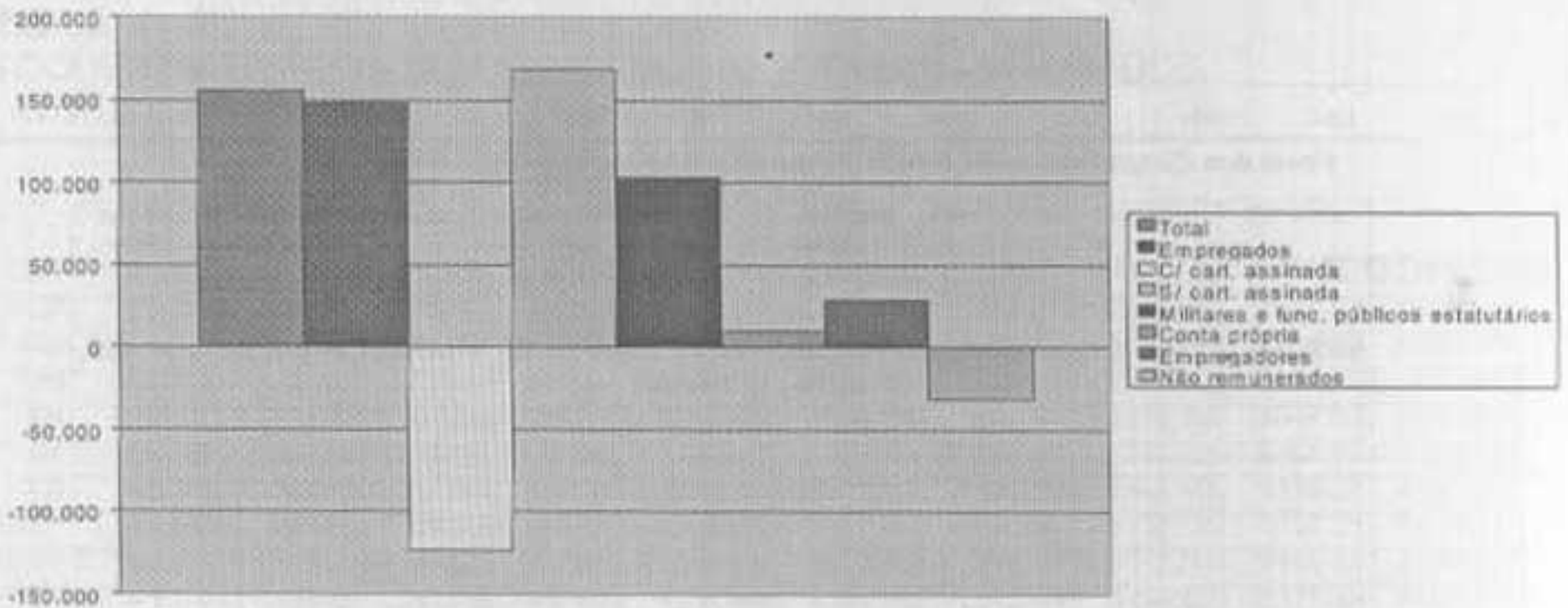
Varição do índice do rendimento médio dos ocupados, no trabalho principal, por posição na ocupação/RMPA - 1993 - 96



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

GRÁFICO 4

Varição do número de pessoas ocupadas por posição na ocupação/ RS - 1990 - 95



Fonte: PNAD/IBGE

TABELA 2

ESTOQUES DE EMPREGO EM 1989, 1993* E 1996**, POR ATIVIDADES ECONÔMICAS (IBGE), E PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES NO EMPREGO TOTAL EM 1996**

	31/12/89	31/12/93	estim.31/12/96*	% em 96
AGR CR ANIM	28.000	37.676	69.900	4,1
EXTR VEGETAL	718	856	1.510	0,1
PESCA E AGR	604	462	217	0,0
EXTR MINERAL	5.393	5.292	3.560	0,2
IND N METAL	15.381	12.234	12.989	0,8
IND METAL	60.802	49.040	42.860	2,5
IND MECANICA	49.491	36.065	37.162	2,2
IND ELET/COM	14.195	11.573	12.303	0,7
IND TRANSP	20.967	21.121	18.749	1,1
IND MADEIRA	19.916	15.933	12.908	0,8
IND MOBILIAR	21.763	21.249	22.530	1,3
IND PAPEL	9.785	5.751	7.152	0,4
IND BORRACHA	6.224	5.617	8.017	0,5
IND COUR/PEL	25.847	21.542	21.115	1,3
IND QUIMICA	20.828	16.599	12.956	0,8
IND FARM/VET	1.565	1.429	1.372	0,1
IND PERF/SAB	1.636	1.702	2.994	0,2
IND PLASTICO	10.983	12.015	17.317	1,0
IND TEXTIL	15.195	8.493	7.304	0,4
IND VES/CALC	171.130	165.187	128.398	7,6
IND ALIMENTO	73.141	58.915	71.929	4,3
IND BEBIDAS	11.008	9.143	8.970	0,5
IND FUMO	5.175	7.237	5.748	0,3
IND EDT/GRAF	12.912	10.842	12.568	0,7
IND DIVERSAS	19.033	13.253	3.090	0,2
CONSTR CIVIL	52.504	41.341	62.379	3,7
IND UTIL PUB	20.559	19.969	25.189	1,5
COM VAREJO	240.649	194.795	209.493	12,4
COM ATACADO	50.979	44.787	50.160	3,0
INST FINANC	61.004	55.581	48.783	2,9
COM/ADM IMOV	13.180	14.187	22.197	1,3
SER TRANSP	72.245	53.314	78.473	4,7
SER COMUNIC	11.894	11.959	11.402	0,7
SER ALOJ/ALM	28.274	29.211	35.489	2,1
SER REP/MANT	11.520	9.382	574	0,0
SER PESSOAIS	13.720	14.951	5.067	0,3
SER DOMICIL	16.889	8.617	15.906	0,9
SER DIVERSAO	6.324	6.553	7.805	0,5
SER TEC/PROF	27.883	26.460	38.236	2,3
SER AUXILIAR	88.043	85.147	26.352	1,6
SER SOCIAIS	93.187	76.470	42.754	2,5
SER MED/ODON	35.849	41.578	71.463	4,2
SER ENSINO	8.175	7.110	53.855	3,2
ADM PUBLICA	362.286	79.007	325.737	19,3
ORG INTERNAC	0	0	27	0,0
ATIV N ESPEC	42.681	402.119	-307	0,0
IGNORADO	0	1.538	10.715	0,6
Total	1.879.537	1.773.302	1.685.367	100

Fonte dos dados brutos: MTb (Rais 89, 93, 95-preliminar- e CAGED- Lei 4923/65)

* OBS: a estimativa do ano de 1996 foi obtida pela atualização, a partir do saldo de admissões e desligamentos (CAGED-MóduloI), do estoque de empregos em 31/12/95 (RAIS/95 - preliminar). Tal compatibilização é aproximativa e imperfeita como comprovam os resultados negativos obtidos em algumas atividades.

** OBS: dados preliminares

TABELA 3

PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL, NO RS - 1992-95

RAMOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL	1992	1995	VARIACÃO 1992-95	
			%	Absoluta
Total	4.989.222	5.022.086	0,7	32.864
Primário	1.565.185	1.461.702	-6,6	-103.483
Secundário	1.117.668	1.093.028	-2,2	-24.640
Indústria de Transformação	824.688	804.487	-2,4	-20.201
Indústria da Construção	246.570	237.125	-3,8	-9.445
Outras atividades industriais	46.410	51.416	10,8	5.006
Terciário	2.183.948	2.342.711	7,3	158.863
Comércio de Mercadorias	522.620	556.751	6,5	34.131
Serviços	1.661.328	1.785.960	7,5	124.632
Prestação de Serviços	760.514	829.728	9,1	69.214
Serv. Aux. da ativ. Econ.	159.431	174.200	9,3	14.769
Transporte e comunicação	143.631	159.188	10,8	15.557
Social	389.525	413.109	6,1	23.584
Administração Pública	208.227	209.735	0,7	1.508
Outras Atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	122.421	124.645	1,8	2.224

FONTE: PNAD - IBGE

TABELA 4

PRINCIPAIS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO, NA RMPA - 1993/96

ESTIMATIVAS E TAXAS	1993	1994	1995	1996	VARIACÃO	
					Absoluta	%
População total (1)	3.133	3.202	3.272	3.342	209	6,7
PIA	2.534	2.618	2.674	2.764	230	9,1
PEA	1.445	1.438	1.487	1.509	64	4,4
População Ocupada	1.269	1.276	1.327	1.311	42	3,3
Indústria	308	301	291	278	-30	-9,7
Comércio	206	202	226	219	13	6,3
Serviços	596	605	624	635	39	6,5
Construção Civil	75	76	85	79	4	5,3
Serviços Domésticos	77	85	94	96	19	24,7
População Ocupada						
Assalariada	862	871	894	859	-3	-0,3
Setor Público	191	193	182	187	-4	-2,2
Setor Privado	670	678	711	671	1	0,1
Com carteira	581	580	602	579	-2	-0,4
Sem carteira	89	98	110	92	3	3,4
Autônomos	209	204	220	231	22	10,3
Para o público	145	149	171	166	21	14,5
Para empresa	65	54	49	64	-1	-1,5
Empregados Domésticos	77	86	94	96	19	24,8
Outros	121	116	118	125	4	3,6
Desempregados	176	162	160	198	22	12,5
Taxa de participação(%)	57	54,9	55,6	54,6		-4,2
Taxas de desemprego(%)						
Total	12,2	11,3	10,7	13,1		7,4
Aberto	7,3	8	8,1	9,1		24,7
Oculto	4,9	3,3	2,6	4		-18,4

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Estimativa em 1000 pessoas, elaborada pelo Núcleo de Sistematização de Indicadores FEE

2. O ENFRENTAMENTO DA PROBLEMÁTICA DO EMPREGO: BREVES CONSIDERAÇÕES

As correlações entre ganhos de produtividade, crescimento econômico e emprego têm nucleado a discussão sobre os elevados níveis de desocupação de mão-de-obra verificados mundialmente. Uma primeira abordagem privilegia os ganhos de produtividade do trabalho possibilitados pelas inovações tecnológicas e organizacionais como fator de redução – ou de inibição ao crescimento – das oportunidades ocupacionais. Outra destaca a insuficiência do crescimento econômico, argumentando que as taxas de crescimento da produtividade que vêm sendo obtidas presentemente não têm sido superiores às que os países centrais ostentaram nas décadas de 50 e 60, quando beiravam o pleno emprego.

A problemática do emprego no Brasil dos anos 90, afinada com as determinações internacionais, evidencia que essas duas interpretações não são excludentes: de um lado, o comportamento do PIB explicita, ao longo dos últimos dez anos, crônica incapacidade da economia brasileira para sustentar uma trajetória de crescimento consistente. No setor industrial, o produto, no ano passado, não excedia sequer em 2% o patamar de 1986. De outro lado, são inegáveis os ganhos de produtividade impulsionados pela abertura comercial e, em certa medida, pela própria estabilização. Com escasso crescimento econômico, os ganhos de eficiência produtiva redundam em restrição ao emprego¹⁷.

Também no que tange às estratégias de enfrentamento do problema do desemprego, podem-se detectar duas grandes linhas. A primeira propugna pela necessidade de “adaptação” da oferta de trabalho à nova configuração dos sistemas produtivos – com destaque para as “qualificações” dos trabalhadores – e por transformações normativas nas relações de trabalho, que facilitariam “ajustes” nos custos do trabalho. Por esses dois caminhos, endógenos ao mercado de trabalho, tenderia a haver uma (re)adequação entre oferta e demanda de mão-de-obra. A segunda abordagem enfatiza a necessidade de políticas públicas e mecanismos regulatórios que dêem suporte a uma elevação sustentada da atividade econômica e das taxas de investimento, contemplando também a importância de políticas compensatórias para setores sociais mais atingidos pelas restrições do mercado.

As propostas centradas na idéia de um “ajuste” (*match*) entre oferta e demanda de trabalho dão grande ênfase às qualificações, que vêm sendo alvo de políticas específicas em boa parte do mundo. A justificção dessas políticas costuma tomar como referência um tipo-ideal de “novo trabalhador” – polivalente, criativo, responsável, com elevadas habilidades cognitivas –, que se mostra excessivamente calcado no setor industrial e, ainda assim, nos mais avançados processos de produção. Nesse sentido, o discurso sobre a “qualificação” como imperativo

¹⁷ O desafio consiste em atingir taxas de crescimento que permitam compensar os novos ganhos de produtividade e, ainda, incorporar gradativamente os contingentes já expulsos da força de trabalho. Márcio Pochmann estimou em 6% a taxa de crescimento necessária para que o Brasil consiga ter variação positiva no emprego (Gazeta Mercantil, 1997B).

para a geração de empregos encerra exageros e, sobretudo, imprecisões, quando mais não seja porque a indústria tem perdido relevância na geração de empregos diretos, tanto nos países industrializados como nos periféricos. Mais do que isso, a tarefa de qualificar trabalhadores pressupõe um direcionamento para funções ou atividades específicas, em ambientes econômicos e processos produtivos sempre singulares. Sem identificar ou induzir focos de dinamismo econômico, notadamente aqueles com significativo potencial de absorção de força de trabalho, as políticas de qualificação perdem acuidade, precisamente na sua alegada tarefa de "ajustar" a oferta a uma demanda precariamente pressuposta.

Sem negar que a oferta de cursos visando à reconversão profissional ou à capacitação para a atividade autônoma possa ser um mecanismo de amortecimento dos custos pessoais e sociais que incidem sobre o mercado de trabalho, pode-se afirmar que a "credencial" que vem se mostrando mais importante para definir a qualidade da inserção dos indivíduos nesse mercado é a escolaridade - fator que, no Brasil, é sabidamente escasso¹⁸. Evidentemente, a questão educacional não pode ser reduzida às exigências ou conveniências do sistema produtivo, mas com certeza a educação básica constitui-se em fator central da competitividade sistêmica, cuja carência não pode ser suprida com cursos profissionalizantes.

Um segundo eixo pelo qual o desemprego é relacionado a variáveis internas ao mercado de trabalho atribui "disfunções" à institucionalidade que, ao longo deste século, foi construída com o objetivo de regulamentar as relações de trabalho. A destruição desse aparato normativo, considerado enrijecedor, - via flexibilização/desregulamentação - passou a ser um dos preceitos mais difundidos. No país, ele aparece associado ao chamado "custo Brasil", expressão que supostamente sintetiza as restrições à competitividade nacional, mas cuja utilização tem evidenciado que o alvo preferencial é o custo do trabalho, e, em especial, os encargos sociais, cujo peso é considerado muito elevado¹⁹.

Tal debate merece melhor qualificação. Considerando como encargos todas as despesas incidentes sobre a folha de pagamento das empresas, Pastore (1994) e a FIESP sustentam que eles cresceriam em aproximadamente 100% a unidade salarial. Quando, entretanto, se retiram desse cômputo rubricas que, a rigor, devem ser consideradas salário (13º salário, adicional de férias, repouso remunerado), chega-se a um valor entre 20 e 25% do total da folha (Amadeo, 1994; Fiocca, 1996). Ademais, o custo/hora total da mão-de-obra na indústria manufatureira do país - ao redor de US\$ 3,00 (Santos, 1996) - situa-se bem abaixo do verificado para a maioria dos países europeus, para o Japão, os EUA, e os Tigres Asiáticos. Assim, em um contexto como o brasileiro, o rebaixamento salarial indiretamente proposto - que configura uma via de "competitividade espúria" (Santos, 1996) - teria efeitos muito mais perversos do que os que vêm sendo observados nos países mais industrializados, onde só não têm sido

¹⁸ Segundo a PNAD de 1995, 53,5% dos brasileiros de 10 anos de idade ou mais não têm sequer cinco anos de estudo; 72,1% não cursaram mais do que sete. No Rio Grande do Sul esses percentuais ficam em 38,8% e 60,2%, respectivamente.

¹⁹ Tal enfoque tem entre um de seus expoentes J. Pastore (1994 e 1996) e, no plano político, foi consubstanciado em projeto de lei que o governo federal remeteu ao Congresso Nacional, propondo o contrato temporário de trabalho.

mais dramáticos porque aquelas sociedades haviam alcançado um padrão de vida e de relações de trabalho bastante elevado.

As causas dos problemas que emergem na órbita do mercado de trabalho não podem ser dissociadas de um conjunto de elementos exógenos a ele, decorrentes, principalmente, da concorrência desregulada. Nas palavras de Mattoso (1996), a reestruturação do capital, "(...) em um quadro geral de globalização financeira, instabilidade econômica e de emergência de uma nova onda de inovações tecnológicas, produtivas e organizacionais, rompeu com as pre-vacentes formas de concorrência e com os instrumentos e mecanismos nacionais e internacionais que as regulavam". Para um enfrentamento efetivo dos desafios do emprego, não se podem desconsiderar fatores essenciais para um processo de desenvolvimento socialmente sustentável, como as taxas de crescimento econômico, a configuração e os gargalos do sistema produtivo, as estratégias de inserção do país na divisão internacional do trabalho, a capacitação tecnológica e a distribuição da riqueza nacional, entre outros.

Isso implica contrapor-se às propostas que favorecem apenas a adaptação passiva ao processo de globalização e às estratégias privadas da concorrência, priorizando-se o estabelecimento de uma política nacional de desenvolvimento, direcionada à defesa da produção e do emprego. Nessa tarefa a esfera pública governamental tem inegável responsabilidade, não obstante reconhecer-se o debilitamento de sua capacidade de decisão em todo esse processo. Nesse sentido, é importante destacar que o enfrentamento das transformações em curso, que em âmbito planetário vêm ampliando as inseguranças no mundo do trabalho, não ocorre de forma homogênea nos diversos países, tampouco o processo é inelutável como quer fazer crer o discurso hegemônico. Assim, "(...) em contraposição ao ultra-liberalismo dos EUA e Inglaterra, vários países mantiveram ou criaram diferentes instrumentos negociados de regulação e/ou das relações e condições de trabalho" (Mattoso, *apud* Singer, 1996). A título de exemplo podem-se citar a Holanda, a Alemanha e a Itália, que preservaram negociações setoriais e nacionais e orientaram e regularam sistematicamente as condições de concorrência e do mercado de trabalho, atenuando o aprofundamento generalizado das desigualdades sócio-econômicas, decorrente da evolução do novo estágio de desenvolvimento capitalista (Mattoso, 1996, e Pochmann, 1995).

Dentro desse marco mais geral de defesa da produção e do emprego, não se abordarão, aqui, as questões – essenciais – relacionadas a uma condução estratégica da reestruturação produtiva e da inserção competitiva do país. Podem-se, todavia, destacar alguns eixos importantes em uma agenda pública para geração de emprego e renda, diante dos quais os estados da federação teriam significativa margem de atuação. Embora tais medidas não tenham a capacidade de, isoladamente, resolver o problema do emprego, certamente indicam caminhos possíveis e, não raro, necessários. São eles:

- geração de empregos em áreas de infra-estrutura (saneamento, educação, transporte, saúde, etc.), o que, além de aumentar a competitividade sistêmica – elemento crucial do "custo Brasil" – tem efeitos importantes sobre a qualidade de vida da popu-

lação;

- geração de empregos nas áreas menos suscetíveis à competição externa, como serviços e construção civil. Poderiam ser contemplados, por exemplo, programas de habitação e saneamento para a população de baixa renda. Nas atividades de serviços do setor privado fortemente empregadoras podem-se "(...) propor incentivos que neutralizem a tendência de substituição de mão-de-obra por capital, advinda do avanço tecnológico" (Ramos, Reis, 1997);
- implementação de programas de renda mínima vinculados à educação básica, que teriam impactos positivos sobre a pobreza e contribuiriam para a redução do trabalho infantil, bem como para garantir escolaridade básica para os segmentos mais pobres da população, ampliando suas oportunidades de melhor inserção no mundo do trabalho quando adultos;
- erradicação do trabalho infantil, o qual apresenta, historicamente, proporções elevadas entre a população ativa do Estado e do país²⁰. Um esforço nesse sentido, além de resgatar a infância, protegendo e defendendo os direitos da criança e do adolescente, tende a ampliar o número de postos de trabalho para a população adulta, que deve ter prioridade para ocupar os empregos existentes - veja-se a elevada participação de chefes de domicílio no contingente de desempregados (30%, na RMPA, em 1996 - PED-RMPA) -, maximizando-se a renda das famílias mais pobres, uma vez que o trabalho adulto é mais bem remunerado;
- acesso ao crédito para micro-produtores, normalmente excluídos das linhas tradicionais de financiamento, ampliando-se experiências exitosas em países latino-americanos e que vêm sendo implementadas em alguns municípios brasileiros;
- promoção/estímulo ao engajamento dos diferentes atores sociais nas políticas de desenvolvimento regional. Nesse sentido é importante o fortalecimento da municipalização, bem como das Câmaras Setoriais e, no caso do Rio Grande do Sul, dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, atores privilegiados para discutir, propor e assumir compromissos públicos (não necessariamente estatais) de defesa da produção e do emprego.

Esses são alguns exemplos de potenciais eixos de atuação do poder público e da sociedade, diante da multiplicidade de determinantes que configuram o precário quadro do mercado de trabalho contemporâneo. Quaisquer que sejam as estratégias adotadas, algumas questões perpassam necessariamente este debate, o qual precisa ser apropriado pelo mais amplo e significativo conjunto de atores sociais. Entre essas questões, enfatizando-se a realidade do Brasil, e do Rio Grande do Sul em particular, cabe destacar:

²⁰ De acordo com dados da PNAD, em 1995 encontravam-se na PEA estadual 23,05% da população entre 10 e 14 anos de idade e mais da metade (53,84%) dos jovens de 15 a 17 anos. Juntos, esses dois segmentos representavam 637.149 trabalhadores.

- a constituição do MERCOSUL, que implica impactos sobre diversas atividades econômicas – e, portanto, sobre o emprego – no país e, de forma especial, no Estado, bem como redefine o âmbito ao qual a regulação de inúmeros aspectos político-institucionais estarão referidos. Nesta linha de preocupação estariam em jogo formas de estímulo à competitividade ou apoio à reconversão daqueles segmentos mais diretamente afetados pela concorrência intra-bloco – como seria o caso, por exemplo, da agroindústria gaúcha –, da mesma forma que a uniformização, dentro do Mercosul, dos instrumentos de regulamentação das relações capital-trabalho, em suas diversas dimensões;
- os impactos sociais de uma reforma agrária, notadamente as condições para que uma tal política garanta sustentabilidade das pequenas propriedades rurais, fixando e, eventualmente, atraindo população para o campo;
- as implicações e os limites dos movimentos de expansão observados no trabalho autônomo e na parcela do assalariamento a cargo das pequenas e médias empresas. Há que avaliar em que medida o dinamismo dessas formas de inserção no mercado de trabalho – e, correlatamente, desse perfil de organização da atividade econômica – está condicionado pela existência e pela performance de um núcleo de empresas de maior porte e/ou mais avançadas tecnologicamente. A clareza na compreensão desse aspecto permitiria questionar a validade e dimensionar a extensão de políticas públicas voltadas ao fomento do trabalho autônomo e de empreendimentos de pequeno porte, bem como avaliar necessidade e o conteúdo de uma regulamentação das relações entre esses diferentes agentes econômicos;
- as políticas de qualificação profissional e sua relação com a escolarização da população. Trata-se de hierarquizar a prioridade dada a cada uma dessas vertentes de política pública, avaliando-se se não se estão fragmentando esforços e pulverizando recursos para dar qualificação profissional a uma população cujo grande *handicap* no mercado de trabalho seria a falta de escolaridade básica – fator que, ademais, tem impactos negativos sobre a qualidade de vida e o exercício da cidadania. Cabe questionar se o próprio aproveitamento dos treinandos em cursos profissionalizantes não seria limitado pela insuficiente escolaridade formal, e, em caso afirmativo, se esses cursos deveriam ter ampliada a carga horária destinada às chamadas “habilidades básicas” (lógicas, matemáticas, de expressão).
- implantação e desenvolvimento, ou aperfeiçoamento, de sistemas de avaliação dos programas/ políticas públicas na área do trabalho, com o intuito de determinar sua eficácia – isto é, a quantidade, qualidade e duração das ocupações geradas – bem como de redefinir constantemente as metas e os instrumentos dessas políticas. Esse esforço de avaliação e planejamento será tão mais efetivo quanto mais representativos e transparentes forem as instâncias por ele responsáveis.

ANEXO

PRINCIPAIS POLÍTICAS DE EMPREGO NO RS

A premência de políticas voltadas para o mercado de trabalho tem desencadeado iniciativas do poder público, seja no sentido de implementar novas formas de atuação nesse campo, seja no de reorientar, reforçar ou articular instrumentos e agências preexistentes. Em março de 1996, o governo estadual gaúcho lançou o Programa "RS Emprego – um trabalho de todos", que passou a congrega, sob a coordenação de um Comitê multiinstitucional, programas já em andamento e novas linhas de intervenção "com a finalidade de qualificar a mão-de-obra, incrementar a geração de empregos e assegurar condições operacionais e de competitividade a micro e pequenos empreendedores" (Decreto 36.530, 12.03.96).

Atualmente sob responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), o Programa compreende uma pluralidade de ações de natureza e alcance bastante diferenciados, com recursos que provêm de fontes diversas e cuja articulação é, ademais, recente. Nesse sentido, um esforço de **avaliação** da concepção que o embasa e da condução que está tendo cada uma de suas "linhas" é tarefa tão importante quanto superior às circunstâncias do presente documento. De forma assumidamente aproximativa, podem-se subdividir os principais instrumentos em dois grupos:

1. PROGRAMAS DE ÂMBITO FEDERAL, MANTIDOS PRIMORDIALMENTE COM RECURSOS DO FAT²¹ E GERENCIADOS, NO ESTADO, PELA SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (STCAS), FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL (FGTAS) E SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO (SINE)/RS.
AS PRINCIPAIS FRENTES DE ATUAÇÃO SÃO:

1.1. Intermediação

Objetivo: visa à adequação entre a oferta e a demanda de mão-de-obra, atuando junto ao mercado de trabalho através do levantamento da oferta e da demanda de emprego nos municípios onde o SINE se faz representado, procurando adequar as vagas ofertadas pela comunidade à mão-de-obra que busca uma colocação no mercado de trabalho, constituída de pessoas desempregadas ou em busca de seu primeiro emprego, bem como daquelas que, embora empregadas, aspiram a uma melhor colocação.

²¹ O FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) é constituído por recursos do PIS e do Pasep, provenientes de três fontes: alíquota de 0,65% aplicada sobre o faturamento das empresas privadas e das receitas das empresas públicas e de economia mista; alíquota de 1% sobre as receitas da União, Estados e municípios e sobre a folha de pagamento de entidades sem fins lucrativos; e retorno das aplicações realizadas pelo BNDES com os recursos do FAT, já que 40% da arrecadação do Fundo é canalizada para que o Banco financie projetos de desenvolvimento econômico e geração de empregos.

Resultado da Intermediação de Mão-de-obra no RS e variação (%) - 1996/97

Especificação	Acumulado 1996	Acumulado Jan.-Jun./96	Acumulado Jan.-Jun./97	Variação Percentual Jan.-Jun./97-Jan.-Jun./96
Vagas	75.204	34.936	39.625	13,42
Inscritos	274.116	134.157	155.957	16,25
Encaminhados	...	62.291	67.593	8,51
Colocados	29.748	14.395	17.469	21,35

FONTE: Relatórios de Intermediação – SINE/RS

1.2. Atendimento ao Seguro-Desemprego

Objetivo: prestar atendimento ao trabalhador demitido sem justa causa, propiciando condições de recolocação no mercado de trabalho e/ou promovendo a sua qualificação/requalificação profissional, bem como encaminhando o requerimento do Seguro-Desemprego.

Total de requerentes no RS - jan.-jun./1997: 105.174 indivíduos

1.3. Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER

Objetivo: gerar novas fontes de renda e empregos através de apoio técnico e financeiro às micro e pequenas empresas ou pessoas interessadas em ter seu próprio negócio (setor informal). A **coordenação nacional** pertence ao Ministério do Trabalho, enquanto que a **estadual** fica a cargo da FGTAS-SINE, da STCAS. A regulamentação do Programa é feita pela Comissão Tripartite Paritária de Emprego do RS. Os **recursos** são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e os agentes financeiros são o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Situação atual: O Programa iniciou em 1995 e a FGTAS vem implementando um sistema de monitoramento e avaliação do mesmo. Conforme levantamento daquela instituição, até o primeiro semestre de 1997 a situação do Programa era a que segue: **número de municípios** operando o PROGER - 90 municípios (o RS tem um total de 467 municípios, dos quais 159 já constituíram Comissão Municipal de Emprego, cuja existência é pré-requisito para o Programa, visto que ele é operado por tais comissões); **total de recursos liberados:** R\$ 15.000.000,00; **total de empreendimentos contratados:** 773 empreendimentos; **total de novas ocupações a gerar (previsão):** 1.745 novas ocupações.

1.4. Plano Estadual de Qualificação - PEQ - RS - 1996/97

Objetivo: "(...) garantir qualificação e requalificação profissional para o conjunto da PEA - População Economicamente Ativa -, urbana e rural, de modo a propiciar sua permanência, inserção ou reinserção no mercado de trabalho, ampliando também sua oportunidade de geração de renda (...), e melhoria da qualidade do emprego e da vida do trabalhador (...)" (Resol. nº 126, de 23/10/96, do CODEFAT).

O Plano Estadual integra o Plano Nacional de Educação Profissional - PLANFOR, da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional - SEFOR, e é executado no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego. Os recursos são provenientes do FAT, no âmbito do Programa do Seguro Desemprego. Em nível estadual, o PEQ está sob a responsabilidade da STCAS-FGTAS/SINE. Desde 1996 o PEQ vem sendo acompanhado e avaliado pela UFRGS.

Situação geral do Plano, relativa ao ano de 1996: recursos comprometidos: R\$ 25.000.040,00; treinandos: 65.503 indivíduos; concluintes: 56.193 indivíduos; municípios atendidos: 226 municípios.

1.5. Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)

Objetivo: conhecer e acompanhar a situação do mercado de trabalho regional, através de levantamento sistemático, com periodicidade mensal, de dados sobre emprego, desemprego e rendimentos da População Economicamente Ativa (PEA). Implantada pela Fundação de Economia e Estatística - FEE, em 1992, a PED-RMPA é executada mediante convênio com a FGTAS/SINE-RS (STCAS), com a Fundação SEADE-SP e com o DIEESE.

2. PROGRAMAS DE ÂMBITO ESTADUAL

Destaca-se a linha de crédito *RS Emprego* operada pelo Banrisul, que utiliza recursos do Estado, do Banco, do BNDES e de um Fundo vinculado ao Programa RS Emprego. Trata-se de financiamento a pessoas jurídicas de qualquer ramo de atividade, que tenham obtido, no exercício anterior, receita bruta até determinado limite (R\$ 560.000,00 no ano de 1996). Não há compromisso do tomador do empréstimo de **gerar empregos** – a **manutenção** de postos já existentes é considerada suficiente para que a empresa obtenha crédito com taxa de juros de 2,8% a.m. e redutor de 0,10% por emprego efetivamente gerado (comprovado mediante registro no FGTS), no limite de dez empregos (ou 1% de redução, atingindo-se a taxa mínima de 1,8% a.m.). Entre março de 1996, quando teve início, e julho de 1997, essa modalidade de financiamento apoiou, segundo informações oficiais, a geração de 10 mil empregos, numa média de 1,2 emprego por empresa tomadora do crédito. O valor médio emprestado para cada empresa foi de R\$ 5 mil, totalizando R\$ 39,6 milhões. Uma segunda modalidade de apoio à geração de postos de trabalho pelas empresas são incentivos fiscais, notadamente a linha *Nosso Emprego* do Fundopem, que retorna a empresas industriais que comprovem a geração de pelo menos 30 empregos (diretos ou, sob determinadas condições, indiretos) uma parcela de até 75% do incremento real do ICMS que ela obtiver. Outras ações estaduais, destituídas de instrumentos financeiros diretos, buscam estimular iniciativas ou mudanças de atitude da comunidade de forma a atenuar as restrições do mercado de trabalho – difusão de uma atitude empreendedora entre jovens, idosos e mulheres; formação de empresas de participação comunitária, cooperativas de trabalho, etc.

BIBLIOGRAFIA

- AMADEO, Edward J. (1994). O consenso sobre encargos trabalhistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2.2, 04 jun.
- BARROS, R. P. de *et alii*. (1996). O impacto da abertura comercial sobre o mercado de trabalho brasileiro. In: XXIV Encontro Nacional da ANPEC, **Anais...** Campinas, Ed. Parma.
- COUTINHO, L. (1996). Desindustrialização escancarada. **Folha de São Paulo**, 7 de jul. p. 2-5
- DIEESE (1997). Aumentam os obstáculos às negociações salariais. **Boletim DIEESE**, São Paulo, n.191, fev.
- FIOCCA, Demian (1996). O que são encargos sociais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2.2, 31 jan.
- FORRESTER, Viviane (1997). **O Horror Econômico**. São Paulo: Unesp.
- FUNDAÇÃO SEADE (s/d). As taxas de desemprego na PED e na PME: uma comparação (1985- 1989). **Boletim**, São Paulo, Fundação SEADE, n. 52.
- GAZETA MERCANTIL (1997 A) Brasil tem a maior rotatividade de mão-de-obra. São Paulo, p.A-6. (28.04.97).
- GAZETA MERCANTIL (1997 B) Mercado de trabalho perde mais de 733 mil vagas em três anos. São Paulo, p.A-5. (25.06.97).
- INFORME PED: Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA (1993/1996). Porto Alegre, FEE.
- MATTOSO, J. e BALTAR, P. (1997). Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Ensaio FEE**, v.18, n.1.
- MATTOSO, J. E. L. (1996). Emprego e Concorrência Desregulada: Incertezas e Desafios. In: OLIVEIRA, C. A . B. de, MATTOSO, J. E. L., (orgs.) **Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou Volta ao Passado?** São Paulo: Scritta.
- MATTOSO, Jorge (1995). **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Scritta.
- MONTAGNER, Paula e BRANDÃO, Sandra M. Chagas (1996). Desemprego: Novos aspectos de um mesmo problema. **São Paulo em Perspectiva**, v.10, n.1. São Paulo, p.36, jan-mar.
- PASTORE, José (1994). Encargos sociais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2.2, 05 jul.
- PASTORE, José (1996). A batalha dos encargos sociais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2.2, 28 fev.
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (1996). São Paulo: Fundação SEADE/ DIEESE, dez.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL (1997). Rio de Janeiro, IBGE, dez.96.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS: Brasil (1989/1995). Rio de Janeiro. IBGE.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS: Rio Grande do Sul (1972, 1983/1995). Rio de Janeiro, IBGE.
- POCHMAN, Mário (1995). **Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança: um estudo sobre as experiências da França, da Itália e do Brasil desde o segundo pós-guerra aos dias de hoje**. São Paulo: LTR.
- RAMOS, L., REIS, J.G.A. (1997). **Emprego no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro, IPEA, texto para discussão n. 468, março.
- ROCHA, S. (1997) Crise, Estabilização e Pobreza – 1990 a 1995. **Conjuntura Econômica**, São Paulo, FGV, jan.
- SANTOS, A . L. dos (1996). Encargos sociais e custo do trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A . B. de, e MATTOSO, J. E. L., (orgs.) **Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou Volta ao Passado?** São Paulo: Scritta.
- SINGER, P. (1996). Desemprego e Exclusão Social. Mudanças Econômicas e Desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, v.10, n.1. São Paulo, p.3, jan-mar.
- SINGER, P. (1997). A Distribuição Acidental. **Folha de São Paulo**, São Paulo, pág. 2-2, 30 jan.



FICHA TÉCNICA

**GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ANTONIO BRITTO**

**SECRETÁRIO DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
JOÃO CARLOS BRUM TORRES**

**CONSULTOR SÊNIOR
ANTONIO BARROS DE CASTRO**

**COMISSÃO DE COORDENAÇÃO
Instalada em 7 de março de 1997**

JOÃO CARLOS BRUM TORRES
Secretário. da Coordenação e Planejamento e Coordenador Geral do Projeto

RUBENS SOARES DE LIMA
Presidente da Fundação de Economia e Estatística- FEE

FLÁVIO FERREIRA PRESSER
Presidente da Fundação. Estadual de . Proteção ao Ambiental – FEPAM

LAI DE PINHO SALENGUE
Presidente da Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional — METROPLAN

PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA
Presidente da Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul- FAPERGS

NUNO RENAN LOPES DE FIGUEIREDO PINTO
Representante da Federação das Indústria do Rio Grande do Sul - FIERGS

ÁLVARO ANTÔNIO LOUZADA GARCIA
Diretor Técnico da Fundação de Economia e Estatística FEE

MARIA HELENA CATTANI LOHMANN
Diretora do Departamento de Planejamento Estratégico SCP

SÔNIA MARIA MOREIRA DE MELLO
Chefe da Divisão de Diretrizes Estratégicas -SCP

Obs.: A economista Maria Aparecida Grendene de Souza substituiu a economista Maria Helena Cattani Lohmann na direção do Departamento de Planejamento Estratégico e, em virtude disso, nessa Comissão.



PRIMEIRA ETAPA

novembro de 1996 a junho 1997

Equipe técnica

ÁREA ECONÔMICA

ADA SÍLVIA B. DE PICCOLI (METROPLAN)
ADALBERTO ALVES MAIA NETO (FEE)
ALBERTO MARCOS. NOGUEIRA (SCP)
ANA ELISA E. FERREIRA (SCP)
CLARISSE CASTILHOS (FEE)
ESTEBAN CARRION SANTANA (METROPLAN)
JEFERSON LUIS BITTENCOURT (SCP)
JORGE ACCURSO (FEE)
JORGE SOUZA FILHO (SCP)
JÚLIO CÉSAR VOLPI (METROPLAN)
MARIA CRISTINA PASSOS (FEE)
MARIA DOMINGUES BENETTI (FEE)
PAULO HAMESTER (METROPLAN)
PEDRO BANDEIRA (SCP)
VIVIAN FURSTENAU (FEE)

ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

ALFREDO D. HECHT (CEEE)
CARLOS R. RIBEIRO (SEMC)
CÉLIA MARIA T. ROHENKOHL (CRT)
FLÁVIO BRINCKMANN (SCP)
LUIS RENATO PONS DE ARAUJO (CORSAN)
MARCOS KAPPEL RIBEIRO (CEEE)
MARGARETH V. MACCHI SILVA (METROPLAN)
MARIA DA GRAÇA SILVEIRA (SCP)
RENATO MACHADO (CORSAN)
SÍLVIO BARBOSA (SCP)



ÁREA FINANCEIRA

ROGÉRIO STUDART (CONSULTOR)

colaboradores:

ALDO ERNESTO LOZEKAN (BANRISUL - GRUPO DE ACOMPANHAMENTO)
JOSÉ ERNESTO A PASQUOTO (CONSULTOR - GRUPO DE ACOMPANHAMENTO)
PAULO FIORI (BRDE - GRUPO DE ACOMPANHAMENTO)
PAULO RENATO FERREIRA DA SILVA (CEEE - GRUPO DE ACOMPANHAMENTO)

ÁREA SOCIAL

CLÁUDIO ACCURSO
CLÍTIA MARTINS (FEE)
GLENDA P. ÁVILA (SCP)
GUILHERME XAVIER SOBRINHO (FEE)
JÚLIA ORTIZ AMBROS (SCP)
MIRIAN DE TONI (FEE)
ROSSETTA MAMMARELLA (FEE)
VERA HELENA FONSECA (SCP)

Consultores

ANITA BRUMER (UFRGS)
ANTONIO DAVID CATTANI (UFRGS)
ANTÔNIO PADULA (UFRGS)
DAISY SCHRAMM ZENI
EDUARDO MALDONADO FILHO (UFRGS)
EVA SAMIOS (UFRGS)
FLÁVIO FLIGENSPAN (UFRGS)
JOAL DE AZAMBUJA ROSA
NELSON GIORDANO DELGADO (UFRRJ)
ROGÉRIO STUDART (UFRJ)
ROSANE EMILIA ROSSINI
SÉRGIO SCHNEIDER (UFRGS)



SEGUNDA ETAPA

agosto de 1997 a novembro de 1998

GRUPO DE SISTEMATIZAÇÃO

JOÃO CARLOS BRUM TORRES

SECRETÁRIO DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

ANTÔNIO BARROS DE CASTRO

CONSULTOR SÊNIOR

MARIA APARECIDA GRENDENE DE SOUZA

COORDENADORA

ÁLVARO ANTÔNIO LOUZADA GARCIA

JOAL DE AZAMBUJA ROSA

MARIA DOMINGUES BENETTI

NUNO RENAN LOPES DE FIGUEIREDO PINTO

RUBENS SOARES DE LIMA

SÔNIA MARIA MOREIRA DE MELLO

Equipe técnica

ADALBERTO ALVES MAIA NETO (FEE)

ALBERTO MARCOS NOGUEIRA (SCP)

ANA ELISA DAMIANI (METROPLAN)

CINTIA RUBIM PEDRO (SCP)

FLAVIO BRINCKMAMM (SCP)

GHISSIA HAUSER (METROPLAN)

GLENDA ÁVILA (SCP)

JEFERSON LUIS. BITTENCOURT (SCP)

JORGE ACCURSO (FEE)

VERA HELENA FONSECA (SCP)

CÍNTIA FERRAN DE SOUZA (ESTAGIÁRIA)



Consultores:

FERNADO FRANCO AZAMBUJA
FRANCISCO EDUARDO PIRES DE SOUZA (UFRJ)
HELEIETH I. B. SAFFIOTI
MARCELO SAVINO PORTUGAL
MARIO CORDEIRO DE CARVALHO Jr.
VERA MARTINS COSTA VELHO

INSTITUIÇÕES CONVENIADAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL- UFRGS
FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS FDRH
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RIO GRANDE DO SUL-FAPERGS

RECURSOS FINANCEIROS:

TESOURO DO ESTADO
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RIO GRANDE DO SUL-FAPERGS

PROJETO GRÁFICO

DÍGRAFO DESIGN GRÁFICO

Malu Rocha

Vera Pellin D'Avila

EDITORAÇÃO

PRIMEIRA IMAGEM

Miguel Ovídio Cunha Thomassim

FOTOLITOS

COMPUARTE

IMPRESSÃO

EDELBRA GRÁFICA E EDITORA LTDA